

REOT 2019

*RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
DE BARCELOS*



**BARCELOS**  
MUNICÍPIO

Janeiro 2020



**ÍNDICE**

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. METODOLOGIA .....	11
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL .....	14
4. IGT'S DE ORDEM SUPERIOR COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO .....	15
5. IGT'S E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE BARCELOS .....	17
6. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	17
6.1. DEMOGRAFIA .....	17
6.1.1. População Residente .....	17
6.1.2. Estrutura Etária .....	21
6.1.3. Estrutura Familiar .....	24
6.1.4. Níveis de Instrução .....	25
6.2. ATIVIDADES ECONÓMICAS .....	26
6.2.1. População Ativa .....	26
6.2.2. População Empregada por Setor Atividade Económica .....	28
6.2.3. População Desempregada .....	29
6.2.4. Tecido Empresarial e Produtivo .....	31
6.2.5. Turismo .....	34
6.3. PARQUE HABITACIONAL .....	35
6.3.1. Edifícios .....	35
6.3.2. Alojamentos .....	36
6.4. AMBIENTE .....	38
6.4.1. Áreas Verdes .....	38
6.4.2. Valores e Recursos Florestais .....	39
6.4.3. Recursos Hídricos .....	42
6.4.4. Qualidade Ambiental .....	46
6.4.5. Alterações Climáticas .....	49
6.5. MOBILIDADE E TRANSPORTES .....	51
6.5.1. Planos de Mobilidade .....	51
6.5.2. Rede Viária .....	52
6.5.3. Rede de Transportes .....	54
6.5.4. Acidentes Rodoviários .....	55
6.5.5. Redes de Mobilidade Suave .....	56
6.5.5.1. Mobilidade Pedonal .....	56
6.5.5.2. Mobilidade Ciclável .....	57
6.6. EQUIPAMENTOS COLETIVOS .....	59
6.7. INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS .....	61
6.7.1. Energia .....	62

6.7.1.1. Rede Elétrica .....	62
6.7.1.2. Rede de Abastecimento de Gás .....	63
6.7.1.3. Consumo de Combustíveis Fósseis .....	63
6.7.2. Rede de Abastecimento de Água .....	64
6.7.3. Rede de Saneamento .....	66
6.7.4. Rede de Telecomunicações .....	68
6.8. OCUPAÇÃO DO SOLO .....	69
6.8.1. Carta de Ocupação de Solo - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 .....	70
6.8.2. Áreas Agrícolas .....	71
6.8.3. Áreas de Florestas .....	73
6.8.4. Territórios Artificializados .....	74
6.9. VALORES E RECURSOS TERRITORIAIS .....	76
6.9.1 – Bens Imóveis Classificados e Bens Imóveis em Vias de Classificação .....	76
6.9.1.1. – Identificação .....	76
6.9.1.2. – Intervenção e Investimento .....	78
6.9.2. – Bens Imóveis Inventariados .....	79
6.9.2.1. – Identificação .....	79
6.9.2.2. – Intervenção .....	79
6.9.3 – Recursos Geológicos .....	81
6.9.3.1 Identificação .....	81
6.9.3.1.1 Concessões Mineiras .....	81
6.9.3.1.2 Contrato de Prospeção e Pesquisa .....	82
6.9.3.1.3 Pedreiras .....	82
6.9.3.1.4 Concessões de Água Mineral Natural .....	82
6.9.3.2 Pedidos de Suspensão .....	83
6.9.3.3 Procedimentos de Adaptação .....	83
6.9.3.4 Caducidade de Pedidos de Prospeção e Pesquisa .....	83
6.9.3.5 Pedidos de Prospeção e Pesquisa .....	83
6.9.4. Reserva Ecológica Nacional (REN) .....	85
6.9.4.1 Identificação de Compromissos/ Exclusões .....	85
6.9.4.2 Pedidos de intervenção e Operações Urbanísticas em REN .....	86
6.9.4.3 Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) .....	87
6.9.5. Reserva Agrícola Nacional - RAN .....	88
6.9.5.1 Pedidos de intervenção e Operações Urbanísticas em RAN .....	89
6.9.5.2 Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) .....	92
6.9.6. – Turismo .....	92
6.9.6.1 Registo Nacional de Turismo .....	95
6.9.6.1.1 Alojamento Local .....	96
6.9.6.1.2 Empreendimentos Turísticos .....	97
6.9.6.1.3 Agentes de Viagens e Turismo e Agentes de Animação Turística .....	98
6.9.6.2 Oferta Turística .....	98
6.9.6.2.1 Alojamento Local .....	99
6.9.6.2.2 Empreendimentos Turísticos .....	102
6.9.6.2.3 Albergues de Peregrinos .....	103
6.9.6.3 Dinâmica do Alojamento Turístico .....	104
6.9.6.3.1 Dormidas .....	104
6.9.6.3.2 Taxa Líquida de Ocupação .....	105
6.9.6.3.3 Estadia Média .....	105
6.9.6.3.4 Proveitos Totais dos Alojamentos Turísticos .....	106
6.9.6.4 Dinâmica dos Albergues de Peregrinos .....	107

6.10. DINÂMICA URBANÍSTICA .....	109
6.10.1. Nº total de licenças Emitidas (incluindo alvarás de loteamento) .....	110
6.10.2. Área de Construção Total .....	111
6.10.3. Área de Construção Nova .....	111
6.10.4. Reabilitação de Edifícios Face a Novos Edifícios Licenciados .....	112
6.10.5. Fogos licenciados .....	112
6.10.6. Nº de Obras de Edificação Registados (por tipo de Entidade Promotora) .....	113
6.10.7. Nº de Obras de Edificação Concluídas (por tipo) .....	114
6.10.8. Nº de Alvarás de Autorização de Utilização .....	115
6.10.9. Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e Respetiva Dimensão .....	115
6.10.10. Nº de Intervenções de Renovação, Requalificação e Reabilitação Urbana .....	117
6.10.11. Operações Urbanísticas por Categoria de Solo .....	118
6.10.11.1 Área do Concelho por Categoria do Uso do Solo - PDM 2015 .....	118
6.10.11.2 Área de operações urbanísticas por Categoria do Uso do Solo .....	122
6.10.12. Taxa de Execução de áreas de Atividades Económicas .....	125
6.10.13. Taxa de Execução em Solo Urbano .....	125
6.10.14. Taxa de Execução em Solo Urbanizável .....	128
7.RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS .....	130
7.1. Incêndios Florestais .....	132
7.2. Cheias e Inundações .....	133
7.3. Movimentos de Massa .....	134
8.AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO .....	135
8.1. Objetivos do Plano Diretor Municipal .....	135
8.2. Avaliação do Programa de Execução do Plano .....	136
8.3. Outras Ações e Projetos .....	138
9.ANÁLISE SWOT .....	139
10.RECOMENDAÇÕES PARA A REVISÃO DO PDM/ CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	141
BIBLIOGRAFIA .....	143

**ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1	Indicadores considerados no REOT por domínio e área temática .....	11
Quadro 2	Freguesias do concelho de Barcelos, área e densidade populacional em 2011 .....	15
Quadro 3	Evolução da população residente entre 2001 e 2017 .....	18
Quadro 4	Densidade populacional em 2011 .....	20
Quadro 5	Evolução da população residente por grupos etários entre 2015 e 2017 .....	21
Quadro 6	Índice de juventude e envelhecimento em 2015 e 2017 .....	22
Quadro 7	Índices de dependência em 2011, 2015 e 2017 .....	23
Quadro 8	Evolução do número de famílias entre 2001 e 2011 .....	24
Quadro 9	População residente segundo o nível de escolaridade em 2001 e 2011 .....	25
Quadro 10	Taxa de analfabetismo em 2001 e 2011 .....	26
Quadro 11	Taxa de abandono escolar em 2001 e 2011 .....	26
Quadro 12	População ativa em 2001 e 2011 .....	27
Quadro 13	População empregada em 2001 e 2011 .....	28
Quadro 14	População desempregada em 2011, 2015 e 2018 .....	29
Quadro 15	Variação do número de desempregados entre 2015 e 2017 .....	30
Quadro 16	Evolução do número de empresas entre 2011 e 2017 .....	31
Quadro 17	Número de empresas por atividade económica em 2015, 2016 e 2017 .....	32
Quadro 18	Dimensão das empresas segundo o número de pessoas ao serviço em 2017 .....	32
Quadro 19	Evolução do número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos entre 2011 e 2017 ..	33
Quadro 20	Evolução do volume de negócios (milhões €) entre 2011 e 2017 .....	34
Quadro 21	Evolução do número de edifícios entre 2011 e 2017 .....	35
Quadro 22	Época de construção dos edifícios .....	36
Quadro 23	Evolução do número de alojamentos familiares clássicos entre 2011 e 2017 .....	36
Quadro 24	Freguesias do concelho com maior e menor densidade de alojamentos em 2011 .....	36
Quadro 25	Forma de ocupação dos edifícios em Barcelos em 2011 .....	37
Quadro 26	Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção do ambiente, 2017 .....	38
Quadro 27	Capitação dos espaços verdes em 2011 .....	39
Quadro 28	Capitação dos espaços verdes em 2017 .....	39
Quadro 29	Área florestal ardida no período de 2015 a 2018 .....	39
Quadro 30	Informação estatística de DFCl (defesa da floresta contra incêndios) .....	40
Quadro 31	Informação estatística de fogos florestais .....	41
Quadro 32	Massas de água superficiais, e classificação do estado e classes de qualidade, 2013-2015, comparada e desagregada por NUT's .....	44
Quadro 33	Indicadores de ambiente, 2013-2015, 2016 e 2017, comparada e desagregada por NUT's .....	46
Quadro 34	Resíduos urbanos por tipo de recolha e tipo de destino, 2016, comparada e desagregada por NUT's .....	47
Quadro 35	Consumo anual de energia elétrica (kWh) por Tipo de consumo, no Concelho .....	49
Quadro 36	Áreas da REN por ecossistema .....	50
Quadro 37	Processos de intervenção em zona de recarga de aquíferos e sujeita a risco de inundação .....	51
Quadro 38	Percentagem do modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares .....	55
Quadro 39	Percentagem da utilização do automóvel como transporte nas deslocações pendulares .....	55
Quadro 40	Número de acidentes de viação .....	56
Quadro 41	Percentagem do modo pedonal nas deslocações pendulares .....	57
Quadro 42	Quadro comparativo relativo à evolução dos equipamentos coletivos .....	59
Quadro 43	Evolução da extensão da rede elétrica .....	62
Quadro 44	Indicadores de energia, comparada e desagregada por NUT's .....	62
Quadro 45	Evolução do consumo de gás natural, comparada e desagregada por NUT's .....	63
Quadro 46	Vendas de combustíveis para consumo, comparada e desagregada por NUT's .....	64
Quadro 47	Evolução da % de alojamentos servidos por água, comparada e desagregada por NUT's ..	64
Quadro 48	Evolução da distribuição de água por habitante, comparada e desagregada por NUT's ..	65

Quadro 49	Evolução do volume de água distribuído, comparada e desagregada por NUT's .....	65
Quadro 50	Água abastecida pelas entidades gestoras de sistemas públicos urbanos, comparada e desagregada por NUT's .....	65
Quadro 51	Evolução da % de água segura, comparada e desagregada por NUT's .....	66
Quadro 52	Evolução da rede pública de águas residuais, comparada e desagregada por NUT's.....	66
Quadro 53	Evolução do volume de águas residuais drenadas por habitante, comparada e desagregada por NUT's .....	67
Quadro 54	Drenagem e tratamento de águas residuais, comparada e desagregada por NUT's .....	67
Quadro 55	Indicadores de comunicações, comparada e desagregada por NUT's .....	68
Quadro 56	Acessos do serviço telefónico fixo, comparada e desagregada por NUT's .....	68
Quadro 57	Estações e postos de correio, comparada e desagregada por NUT's .....	69
Quadro 58	Acessos ao serviço de internet em banda larga em local fixo por segmento de mercado, comparada e desagregada por NUT's .....	69
Quadro 59	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Megaclases .....	70
Quadro 60	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas Agrícolas.....	71
Quadro 61	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas de Florestas .....	73
Quadro 62	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Territórios Artificializados ..	74
Quadro 63	Listagem dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação .....	77
Quadro 64	Classificação dos imóveis .....	78
Quadro 65	Zonas de proteção dos imóveis .....	78
Quadro 66	Evolução dos bens imóveis classificados e em vias de classificação no concelho .....	78
Quadro 67	Investimentos no “conjunto constituído pela igreja e convento de vilar de frades, cerca e outros elementos construídos na sua envolvente” .....	78
Quadro 68	Designação dos bens imóveis da carta patrimonial .....	79
Quadro 69	Processos de licenciamento incidentes sobre bens imóveis inventariados .....	80
Quadro 70	Relação dos bens imóveis inventariados intervencionados face ao nº total de imóveis inventariados .....	80
Quadro 71	Relação dos bens imóveis inventariados intervencionados face ao nº total de licenciamento do concelho .....	81
Quadro 72	Concessões mineiras .....	82
Quadro 73	Contratos de prospeção e pesquisa .....	82
Quadro 74	Pedreiras .....	82
Quadro 75	Concessões de água mineral natural .....	82
Quadro 76	Pedreiras - adaptação (2015-2018) .....	83
Quadro 77	Avisos de cessação (2015-2018) .....	83
Quadro 78	Pedidos de contratos de prospeção e pesquisa (2015-2018) .....	84
Quadro 79	Exclusões e compromissos da REN aprovada .....	85
Quadro 80	Operações Urbanísticas incidentes sobre exclusões e compromissos da REN aprovada ...	86
Quadro 81	Tipo de área da REN afetada por compromisso/ exclusão .....	86
Quadro 82	Área de exclusões/compromissos vs área de operações urbanísticas incidente sobre exclusões e compromissos da REN aprovada .....	86
Quadro 83	Pedidos de intervenção em REN .....	87
Quadro 84	Operações Urbanísticas em REN .....	87
Quadro 85	Processos RERAE por tipologia de atividade em REN .....	88
Quadro 86	Compromissos RERAE em REN .....	88
Quadro 87	Pedidos de intervenção e pareceres favoráveis em RAN .....	90
Quadro 88	Pedidos de intervenção e pareceres favoráveis em RAN por ano .....	90
Quadro 89	Operações Urbanísticas em RAN .....	91
Quadro 90	Processos RERAE por tipologia de atividade em RAN .....	92
Quadro 91	Exclusões RERAE na RAN .....	92
Quadro 92	Alojamento local - nº registos por ano .....	96
Quadro 93	Alojamento local - nº quartos por ano .....	96
Quadro 94	Alojamento local - nº camas/beliches por ano .....	96
Quadro 95	Alojamento local - titularidade (2015-2018) .....	97

Quadro 96	Alojamento local por freguesia (2015-2018) .....	97
Quadro 97	Empreendimentos turísticos (2015-2018) .....	98
Quadro 98	Agentes de animação turística por ano (2015-2018) .....	98
Quadro 99	Agentes de animação turística por freguesia (2015-2018) .....	98
Quadro 100	Oferta do número de alojamentos locais .....	99
Quadro 101	Oferta turística - alojamento local no concelho .....	100
Quadro 102	Oferta do número de empreendimentos Turísticos .....	102
Quadro 103	Oferta turística – empreendimentos turísticos no concelho .....	103
Quadro 104	Oferta turística – albergues de peregrinos .....	104
Quadro 105	Evolução do número de dormidas .....	104
Quadro 106	Evolução da Taxa líquida de ocupação cama (%).....	105
Quadro 107	Evolução da estadia média por Município, da NUT III Cávado .....	106
Quadro 108	Evolução dos proveitos totais dos alojamentos turísticos (milhares/€) .....	106
Quadro 109	Albergues de peregrinos por tipo de pagamento .....	107
Quadro 110	Dinâmica albergues de peregrinos - dormidas .....	108
Quadro 111	Dinâmica albergues de peregrinos - taxa líquida de ocupação .....	108
Quadro 112	Nº total de licenças emitidas por classificação de solo e ano .....	110
Quadro 113	Área de construção total .....	111
Quadro 114	Área de construção nova .....	111
Quadro 115	Reabilitação de edifícios face a novos edifícios licenciados .....	112
Quadro 116	Número total de fogos licenciados .....	112
Quadro 117	Obras de edificação por entidade promotora .....	113
Quadro 118	Número de obras de edificação concluídas (por tipo) .....	114
Quadro 119	Número de alvarás de autorização de utilização .....	115
Quadro 120	ARU's – Áreas de reabilitação urbana .....	116
Quadro 121	Intervenções integradas em ARU .....	117
Quadro 122	Relação existente entre o nº de fogos na UF Barcelos e no Concelho .....	117
Quadro 123	Área em solo urbano - urbanizado .....	118
Quadro 124	Área em solo urbano - urbanizável .....	119
Quadro 125	Área em solo rural .....	121
Quadro 126	Área de operações urbanísticas em solo urbano .....	123
Quadro 127	Área de operações urbanísticas em solo rural .....	124
Quadro 128	Taxa de execução das áreas de atividades económicas .....	125
Quadro 129	Taxa de execução em solo urbano .....	126
Quadro 130	Taxa de execução em solo urbano por categoria de uso do solo .....	127
Quadro 131	Taxa de execução em solo urbanizável .....	129
Quadro 132	Taxa de execução em solo urbanizável por categoria de uso do solo .....	129
Quadro 133	Riscos naturais, mistos e tecnológicos considerados no Concelho de Barcelos .....	131
Quadro 134	Classe de perigosidade de incêndio florestal vs predominância do uso do solo (COS 2015)	132

**ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1	Evolução da população residente entre 2001/2011 e 2015/2017 .....	18
Gráfico 2	Evolução da população por grupos etários entre 2015 e 2017 .....	22
Gráfico 3	Taxa bruta de natalidade (%) entre 2011 e 2017 .....	23
Gráfico 4	Taxa bruta de mortalidade entre 2011 e 2017 .....	24
Gráfico 5	População residente segundo o nível de escolaridade em 2001 e 2011 .....	25
Gráfico 6	Evolução da população ativa entre 2001 e 2011 .....	27
Gráfico 7	Evolução da taxa de atividade (%) entre 2001 e 2011 .....	27
Gráfico 8	Evolução da população empregada entre 2001 e 2011 .....	28
Gráfico 9	Evolução da população empregada por setor de atividade entre 2001 e 2011 .....	29
Gráfico 10	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção e Pensionistas da Segurança Social entre 2011 e 2017 .....	30
Gráfico 11	Evolução do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos por atividade económica .....	33
Gráfico 12	Área total arduada no concelho de Barcelos .....	41
Gráfico 13	Qualidade da água superficial nos rios Neiva, Cávado e Este .....	43
Gráfico 14	Evolução dos parâmetros de qualidade da estação 69/N1 .....	44
Gráfico 15	Quantidade de água subterrânea da estação 69/N1 .....	45
Gráfico 16	Evolução do número de estabelecimentos escolares, entre os anos letivos de 2014/15 e 2016/17 .....	60
Gráfico 17	Evolução do n.º de alunos a frequentar estabelecimentos escolares, entre os anos letivos 2014/15 e 2017/18 .....	60
Gráfico 18	Número de médicos por 1000 habitantes entre 2015 e 2017 .....	61
Gráfico 19	Número de enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2015 e 2017 .....	61
Gráfico 20	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Megaclases .....	70
Gráfico 21	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas Agrícolas .....	72
Gráfico 22	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas de Florestas .....	73
Gráfico 23	Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Territórios Artificializados ...	75
Gráfico 24	Oferta por município, do número de alojamentos locais na NUT III Cávado .....	99
Gráfico 25	Oferta por município, do número de empreendimentos Turísticos na Nut III Cávado ...	102
Gráfico 26	Evolução do número de dormidas por Município, na NUT III Cávado .....	104
Gráfico 27	Evolução comparativa do número de dormidas do Município na NUT III Cávado .....	105
Gráfico 28	Estadia média (2017).....	106
Gráfico 29	Proveitos totais dos alojamentos turísticos por Município, na NUT III Cávado (milh./€)...	107
Gráfico 30	Dormidas em Albergues .....	108
Gráfico 31	Taxa líquida de Ocupação em Albergues .....	109
Gráfico 32	Classificação Solo – Licenças emitidas .....	110
Gráfico 33	Área de Construção Total vs Área de Construção Nova .....	111
Gráfico 34	Reabilitação vs Edifícios Novos .....	112
Gráfico 35	Número total de fogos licenciados .....	113
Gráfico 36	Obras de edificação por entidade promotora .....	114
Gráfico 37	Número de obras de edificação concluídas .....	115
Gráfico 38	Relação existente entre o nº de fogos na UF Barcelos e no Concelho .....	118
Gráfico 39	Área de Espaços Urbanizados .....	119
Gráfico 40	Área de Espaços Urbanizáveis .....	120
Gráfico 41	Solo Urbanizado vs Solo Urbanizável .....	120
Gráfico 42	Área Espaços do Solo Rural .....	121
Gráfico 43	Solo Urbano vs Solo Rural .....	122
Gráfico 44	Área de operações urbanísticas em solo urbano vs solo rural .....	122
Gráfico 45	Área de operações urbanísticas em solo urbano .....	123
Gráfico 46	Área de operações urbanísticas em solo rural .....	124
Gráfico 47	Área de operações urbanísticas por ano .....	125
Gráfico 48	Taxa de Execução em Solo Urbano .....	126
Gráfico 49	Taxa de Execução em Solo Urbanizável .....	128

**ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1	Enquadramento regional do concelho de Barcelos .....	14
Figura 2	Enquadramento administrativo do concelho de Barcelos .....	14
Figura 3	Evolução da população nas freguesias do concelho entre 2001 e 2011 .....	19
Figura 4	Densidade populacional por freguesia em 2011 .....	20
Figura 5	Densidade de alojamentos por freguesias em 2011 .....	37
Figura 6	Leitos dos cursos de água no concelho de Barcelos .....	42
Figura 7	Rede Viária proposta pelo PDM de Barcelos (2015) .....	53
Figura 8	Projeto do nó de ligação do IPCA à circular rodoviária .....	53
Figura 9	Carta de Ocupação de Solo - Megaclasses .....	71
Figura 10	Ocupação e Uso do Solo 2015 - Áreas Agrícolas .....	72
Figura 11	Ocupação e Uso do Solo 2015 - Áreas de Florestas .....	74
Figura 12	Ocupação e Uso do Solo 2015 – Territórios Artificializados .....	75
Figura 13	Identificação dos recursos geológicos na área concelhia .....	84
Figura 14	Identificação Condicionante REN .....	85
Figura 15	Identificação Condicionante RAN .....	89
Figura 16	ARU's – Áreas de Reabilitação Urbana .....	116

## 1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio, e da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei nº 31/2014, de 30 de maio, as entidades responsáveis pela elaboração de programas e planos territoriais, devem promover a sua permanente avaliação, o que implica a nível municipal, a elaboração, de 4 em 4 anos, de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

De acordo com o n.º4 do Artigo 189º do decreto-lei acima referido, os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”.

Essencialmente o REOT constitui um modelo de avaliação, que fornece informação sobre o estado do ordenamento do território e permite medir o nível de execução dos objetivos e da concretização das ações propostas no PDM em vigor.

Pretende-se assim, com a elaboração do presente REOT proceder a uma análise e avaliação da execução das estratégias de desenvolvimento territorial contidas no PDM de Barcelos, aprovado pelo Aviso nº 77222/2015 de 13 de julho, de modo a verificar a necessidade da sua eventual alteração. Para esta análise é essencial perceber as dinâmicas urbanas ocorridas no território concelhio durante o período de vigência do Plano.

Este documento será submetido a um período de discussão pública, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal e divulgado através do *site* da Câmara Municipal.

O REOT encontra-se estruturado em 3 partes: numa 1ª parte procedeu-se a uma análise e avaliação do estado de ordenamento do território; numa 2ª parte é avaliada a execução do PDM em vigor tendo em conta as ações previstas no Programa de Ação e a execução das UOPG's; numa 3ª parte apresenta-se as principais conclusões e recomendações.

## 2. METODOLOGIA

O presente REOT incidiu sobre dois domínios de avaliação: um deles referente à avaliação das dinâmicas ocorridas no território concelhio, componente importante na transformação e evolução dos tecidos urbanos, e o outro referente à avaliação do grau de execução das ações previstas no PDM.

Para o efeito, foram definidos um conjunto de indicadores de avaliação e monitorização considerados mais representativos do ponto de vista da caracterização e evolução do território, designadamente:

**Quadro 1** – Indicadores considerados no REOT por domínio e área temática

Domínio	Área Temática	Indicador
Avaliação do Estado de Ordenamento do Território	Demografia	População Residente Estrutura Etária Estrutura das famílias Nível Instrução
	Atividades Económicas	População Ativa População Empregada por Setor Atividade Económica População Desempregada Tecido Empresarial e Produtivo Turismo
	Parque Habitacional	Edifícios Alojamentos
	Ambiente	Áreas verdes Valores e recursos florestais Gestão dos recursos hídricos Qualidade ambiental Alterações climáticas
	Mobilidade e Transportes	Planos de Mobilidade Rede Viária Rede de Transportes Acidentes Rodoviários Redes de Mobilidade Suave - Mobilidade Pedonal Redes de Mobilidade Suave -Mobilidade Ciclável
	Equipamentos Coletivos	Educação Apoio Social Saúde Desportivos Culturais Nº Equipamentos coletivos Nº de Alunos Nº de Utentes

Avaliação do Estado de Ordenamento do Território	Infraestruturas Territoriais	<p>Rede Elétrica</p> <p>Rede de abastecimento de gás</p> <p>Consumo de combustíveis</p> <p>Rede de abastecimento de água</p> <p>Rede de saneamento</p> <p>Rede de telecomunicações</p>
	Ocupação do Solo	<p>Carta de Ocupação de Solo - COS2010/COS2015 - Megaclasses</p> <p>Carta de Ocupação de Solo - COS2010/COS2015 – Áreas Agrícolas</p> <p>Carta de Ocupação de Solo - COS2010/COS2015 – Áreas de Florestas</p> <p>Carta de Ocupação de Solo - COS2010/COS2015 – Territórios Artificializados</p>
	Valores e Recursos Territoriais	<p>Bens Imóveis Classificados e Bens Imóveis em Vias de Classificação</p> <p>Bens Imóveis Inventariados</p> <p>Recursos Geológicos</p> <p>Reserva Ecológica Nacional (REN)</p> <p>Reserva Agrícola Nacional - RAN</p> <p>Turismo</p>
	Dinâmica Urbanística	<p>Nº Licenças emitidas (total) (incluindo alvarás de loteamento)</p> <p>Área de construção total</p> <p>Área de construção nova</p> <p>Reabilitação de edifícios face a novos edifícios licenciados</p> <p>Fogos licenciados</p> <p>Nº de obras de edificação registados (por tipo de Entidade Promotora)</p> <p>Nº de obras de edificação concluídas (por tipo)</p> <p>Nº de Alvarás de Autorização de Utilização</p> <p>Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e respetiva dimensão</p> <p>Nº de intervenções de renovação, requalificação e reabilitação urbana</p> <p>Relação existente entre o nº de fogos na sede de Concelho e na totalidade do Município</p> <p>Área do Concelho por Categoria do Uso do Solo - PDM 2015 (solo urbano – urbanizado e urbanizável - e solo rural)</p> <p>Operações urbanísticas por categoria de solo</p> <p>Taxa de Execução das Áreas de Atividades Económicas</p> <p>Taxa de execução do solo em solo urbano</p> <p>Taxa de execução do solo em solo urbanizável</p>
Riscos Naturais e Antrópicos	Riscos Naturais/ Mistos/ Tecnológicos	<p>Incêndios florestais</p> <p>Cheias e inundações</p> <p>Movimentos de massa</p>

Este relatório foi elaborado com recurso a dados estatísticos dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação do Instituto Nacional de Estatística (INE), pela recolha de informação diversa sobre o território Municipal e através de dados de informação geográfica com vista a obter um retrato da evolução da ocupação do território.

Estabeleceu-se para a avaliação dos indicadores analisados períodos compreendidos entre os anos de 2015 a 2018, anos de execução do PDM, de forma a aferir as alterações e evoluções ocorridas neste período. De referir que nas situações que se considerou relevante, a análise abrange um período mais alargado, possibilitando uma visão mais ampla das dinâmicas ocorridas. Nessas situações, o período temporal utilizado foi o referente aos anos 2001 e 2011, data dos dois últimos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação do INE.

Apesar de alguns dos dados estatísticos utilizados corresponderem a um período temporal anterior ao período de vigência do PDM, foram considerados por corresponderem aos dados estatísticos mais atuais e disponíveis.

Sempre que possível foram utilizados os dados mais recentes referentes aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, nomeadamente os relativos às Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, igualmente provenientes do INE, para a atualização de alguns indicadores de modo a avaliar as tendências mais recentes.

Procedeu-se à recolha e sistematização da informação constante na base de dados documental (GIMB) dos serviços da CMB, bem como no Sistema de Informação Geográfica (SIG) do serviço da Divisão de Planeamento Urbanístico e Ambiente.

Foram ainda consultados os diferentes serviços do Município, por área de atuação, por forma a sistematizar a maior informação disponível.

Para além desta informação de base, o REOT recorreu a informação sobre o território Municipal proveniente de diversos documentos com incidência na área do município, assim como a bases de dados provenientes dos diferentes organismos consultados.

A nível geográfico os indicadores foram analisados por concelho e sempre que possível por freguesia. A análise incide ainda sobre outros níveis geográficos, nomeadamente sobre a Região Norte (NUT II) e a Sub-Região Cávado (NUT III) e concelhos que a integram, de forma a fazer uma análise comparativa das tendências evolutivas do concelho de Barcelos com as respetivas unidades territoriais em que se insere.

A par desta análise são também elencados os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de âmbito Nacional, Regional e Intermunicipal com incidência no Município de Barcelos que se encontram em vigor, em processo de alteração e os que foram revogados. Para além dos IGT's anteriormente referidos, são ainda identificados um conjunto de documentos e instrumentos estratégicos de âmbito municipal.

A avaliação referente ao grau de execução do PDM incidiu sobre o Programa de Execução onde estão definidas um conjunto de propostas e medidas de intervenção que visam a concretização da estratégia de desenvolvimento e ordenamento preconizada para o território municipal.

### 3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

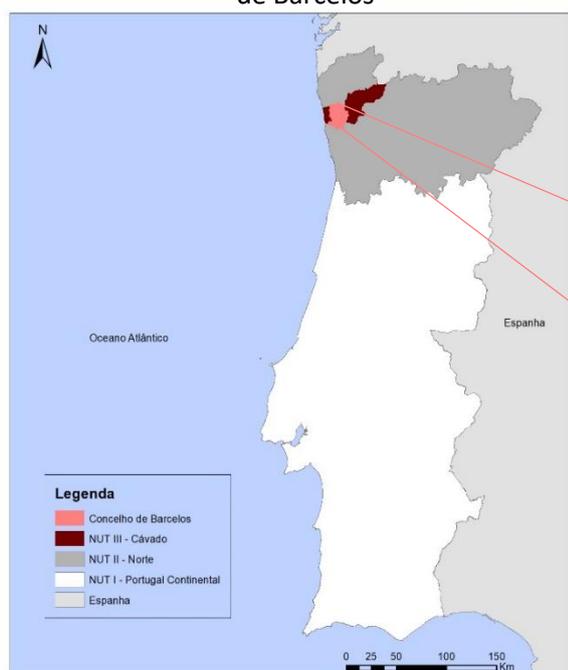
O concelho de Barcelos localiza-se na região Norte de Portugal inserindo-se na NUT II – Região Norte e na NUT III - Sub-região Cávado, juntamente com os concelhos de Amares, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Muito próximo da costa atlântica, apresenta-se envolvido por sete concelhos: Braga, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Verde.

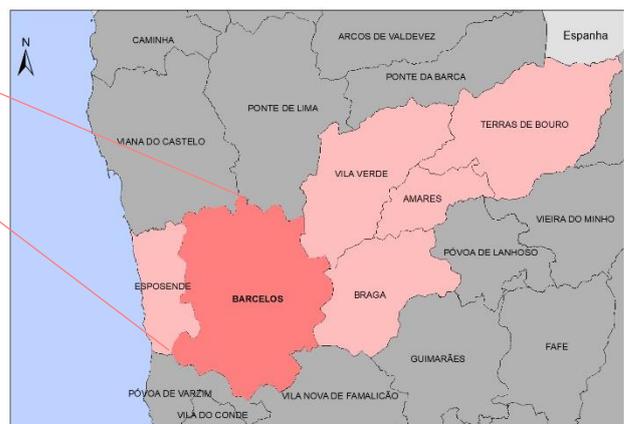
A proximidade a centros urbanos importantes como Porto (50 Km), Braga (18 Km) e Viana do Castelo (30 Km) e, as boas acessibilidades viárias (A3, A11 e A28), permitem uma fácil deslocação para quem chega e para quem sai do concelho de Barcelos, não só para os centros urbanos supracitados, mas também para a Galiza (Vigo). Ao nível das acessibilidades destaca-se, ainda, o atravessamento do concelho pela linha de caminho-de-ferro, com ligações ao Porto e à Galiza.

Com uma área de 379Km<sup>2</sup> e uma população residente, em 2017, de 117 007 habitantes, segundo as Estimativas Anuais da População Residente do INE, repartida por 61 freguesias, resultado da nova reorganização administrativa, faz de Barcelos o concelho com maior número de freguesias.

**Figura 1 – Enquadramento Regional do Concelho de Barcelos**



**Figura 2 – Enquadramento Administrativo do Concelho de Barcelos**



**FONTE:**

CAOP 2018 (2018), Direção-Geral do Território, 2018.  
 Sistema de Referência e Datum: PT-TM06.ETRS89  
 Projeção Cartográfica: Geodetic Reference System 1980,  
 Transversa de Mercator

**Quadro 2 – Freguesias do Município de Barcelos, área e densidade populacional em 2011**

Freguesias	População (2011)	Área (Km2)	Densidade Populacional (2011)	Freguesias	População (2011)	Área (Km2)	Densidade Populacional (2011)
<b>Município</b>	<b>120391</b>	<b>378,8</b>	<b>318</b>	Perelhal	1749	6,8	257
Abade de Neiva	2024	7,5	270	Pousa	2272	6,6	344
Aborim	891	6,2	144	Remelhe	1309	6,1	215
Adães	790	2,7	293	Rio Covo Sta. Eugénia	1483	3,1	474
Airó	913	3	304	Roriz	2152	6,5	331
Aldreu	904	4,8	188	Galegos S. <sup>ta</sup> Maria	2987	4,6	649
Alvelos	2145	3,4	631	Galegos S. Martinho	1930	3,1	623
Arcozelo	12840	3,4	3776	Tamel S. Veríssimo	3025	3,3	917
Areias	1014	2,5	406	Silva	913	2,2	415
Balugães	841	2,7	311	Ucha	1420	4,3	330
Barcelinhos	1781	2,8	636	Várzea	1904	3	635
Barqueiros	1957	8,1	242	Ucha	1420	4,3	330
Cambeses	1300	3,3	394	Várzea	1904	3	635
Carapeços	2277	8,1	281	Vila Seca	1197	4,3	278
Carvalhoal	1391	2,6	535	União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova	1456	10,1	144
Carvalhos	691	3,5	197	União de Freguesias de Areias de Vilar e Encourados	1879	10,2	184
Cossourado	825	6,4	129	União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V. F. S. Martinho	11108	9,4	1182
Cristelo	1875	7,7	244	União de Freguesias de Campo e Tamel S. Fins	2711	4,8	565
Fornelos	803	4,3	187	União de Freguesias de Carreira e Fonte Coberta	2033	5,3	384
Fragoso	2193	12,6	174	União de Freguesias de Chorente, Goios, Courel, Pedra Furada e Gual	2568	16,1	160
Gilmonde	1516	5,6	271	União de Freguesias de Creixomil e Mariz	1208	6,9	175
Lama	1271	3,3	385	União de Freguesias de Gamil e Midões	1386	6,2	224
Lijó	2306	4,2	549	União de Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	2066	12,1	171
Macieira de Rates	2083	7,9	264	União de Freguesias de Negreiros e Chavão	2364	7	338
Manhente	1703	3,9	437	União de Freguesias de Quintiães e Aguiar	1736	7,3	238
Martim	2375	5,3	448	União de Freguesias de Tamel S. <sup>ta</sup> Leocádia e Vilar do Monte	1420	11,1	128
Moure	925	2,5	370	União de Freguesias de Alvito São Pedro, Alvito S. Martinho e Couto	1438	8,6	167
Oliveira	1004	5,5	183	União de Freguesias de Sequeade, Bastuço S. João e Bastuço Sto. Estevão	1916	6,3	304
Palme	1073	8,3	129	União de Freguesias de Silveiros e Rio Covo Sta. Eulália	2151	8,1	266
Panque	680	6,3	108	União de Freguesias de Tregosa e Durrães	2132	6,7	318
Paradela	850	8,4	101	União de Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte Fralães	3814	12,4	308
Pereira	1318	3,8	347	União de Freguesias de Vila Cova, e Feitos	2564	15,8	162

Fonte: INE, Censos 2011

**4. IGT's DE ORDEM SUPERIOR COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO**

Os Instrumentos de Gestão Territorial de escala supramunicipal condicionam, através das suas orientações, os instrumentos de nível municipal. Desta forma, a revisão do PDM deverá verter estas normas de forma a torná-las vinculativas dos particulares.

No território municipal vigoram os seguintes instrumentos de gestão territorial, que estabelecem objetivos e /ou metas de sustentabilidade que devem orientar o PDM:

- a) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado e publicado na Lei nº 99/2019, de 5 de setembro;
- b) Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado e publicado no Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação nº 19-D/98, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto;
- c) Plano Nacional da Água (PNA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 76/2016, de 31 de maio;
- d) Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- e) Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC);
- f) Estratégia Nacional para as Florestas 2014-2020 (ENF);
- g) Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030);
- h) Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030 (PNAC 2020);
- i) Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2020);
- j) Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC);
- k) Programa Nacional para o Uso Eficiente de Água 2012-2020 (PNUEA);
- l) Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020);
- m) PENAASAR 2020 – Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020;
- n) Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030);
- o) Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015);
- p) Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2015);
- q) Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAEE 2020);
- r) Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGRH) que integram a Região Hidrográfica I (RH1) – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Declaração de Retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro;
- s) Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGRH) que integram a Região Hidrográfica 2 (RH2) – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Declaração de Retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro;
- t) Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N);
- u) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM), aprovado e publicado pelo Decreto Regulamentar nº 17/07, de 28 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro;
- v) Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (Norte 2020);
- w) Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial (PEDT) do Cávado;
- x) Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Braga.

## 5 – IGT's E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE BARCELOS

No âmbito municipal é possível identificar um conjunto de documentos e instrumentos estratégicos, de relevância para o desenvolvimento do Concelho, bem como diretrizes para o ordenamento e planeamento do território em diversas áreas, nomeadamente:

- a) Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Aviso nº7722/2015 de 13 de julho, alterado pelo Aviso nº13666/2017, de 16 novembro, pelo Aviso nº13894/2018 de 27 de setembro e Aviso nº14173/2018 de 3 de outubro;
- b) Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – aprovação ICNF a 25 maio 2016;
- c) Carta Educativa – 2010;
- d) Plano Operacional – Ação Social – 2016;
- e) Plano Estratégico Barcelos 2020;
- f) Plano Municipal de Emergência – 2019;
- g) Programas estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana – 2016/2018;
- h) PAMUS – Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável do Cávado – 2016;
- i) Programas Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana Centro Histórico, Barcelos Nascente Um e Barcelos Nascente Dois.

## 6. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Este capítulo aborda a evolução das dinâmicas urbanas ocorridas no concelho de Barcelos em diferentes domínios tendo por referência os períodos temporais compreendidos entre 2015 a 2018, período de vigência do PDM, e entre 2001 e 2011, data dos dois últimos Censos.

Em alguns dos temas analisados procura-se efetuar um enquadramento com a região Norte, a sub-região Cávado e concelhos que a integram, de modo a contextualizar a análise e perceber se a evolução sentida no concelho segue as tendências presentes na sua região.

Os períodos de referência assim como os âmbitos geográficos utilizados, encontram-se sujeitos às limitações decorrentes da disponibilidade de elementos estatísticos.

### 6.1. DEMOGRAFIA

Neste ponto pretende-se fazer uma análise evolutiva sobre a população e famílias, no sentido de avaliar as principais tendências recentes que marcam as dinâmicas demográficas em Barcelos no que respeita ao declínio demográfico, ao envelhecimento da população, à melhoria dos níveis de qualificação e às alterações nas famílias.

A importância em conhecer a evolução destes fenómenos no território é determinante pelo contributo que pode fornecer para orientar a definição de ações de intervenção no território.

#### 6.1.1. População Residente

A população residente no município de Barcelos era, em 2011, de 120 391 habitantes, menos 1 705 do que em 2001, contrariando a evolução positiva da população que se verificou nas últimas décadas. Barcelos apresentou um crescimento positivo da população até 2001, verificando-se a partir de 2011 uma tendência

de decréscimo da população. Neste período intercensitário, a quebra registada na população residente foi de 1,4%.

Este resultado negativo para o Concelho, no referido período, não acompanha as tendências de aumento da população, embora a um ritmo bem mais moderado do que na última década, verificado quer na região Norte quer na sub-região Cávado.

Contudo, no período entre 2015 e 2017, verifica-se uma inversão na tendência de crescimento da população quer na região Norte quer na sub-região Cávado, registando-se uma evolução negativa de 0,8% e 0,6%, respetivamente. Para Barcelos a tendência de decréscimo da população continua a fazer-se sentir, registando nesse período uma diminuição de 1,3% da população residente.

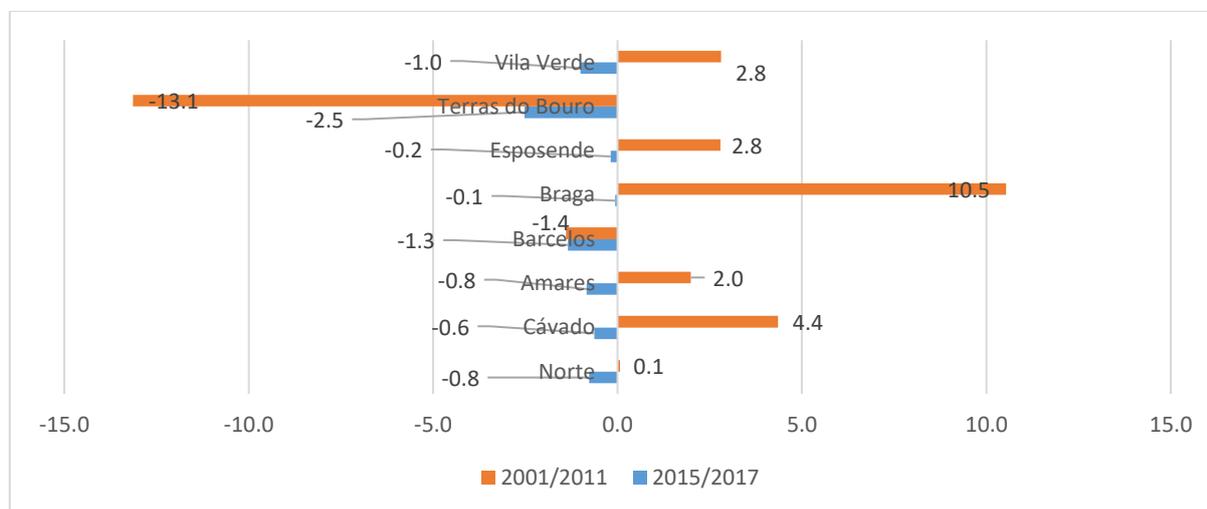
**Quadro 3 – Evolução da população residente entre 2001 e 2017**

Unidades Territoriais	População Residente				Variação da População	
	2001	2011	2015	2017	2001/2011	2015/2017
Região Norte	3 687 293	3 689 682	3 603 778	3 576 205	0,1%	-0,8%
Sub-região Cávado	393 063	410 169	406 530	403 953	4,4%	-0,6%
Barcelos	122 096	120 391	118 605	117 007	-1,4%	-1,3%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2015 e 2017

Comparativamente com as unidades territoriais de referência, verifica-se, entre 2015 e 2017, uma tendência de decréscimo da população quer na região Norte quer na sub-região Cávado, registando Barcelos o segundo maior decréscimo (1,3%) logo a seguir a Terras do Bouro que registou o decréscimo mais significativo da população residente (2,5%). Os concelhos que registaram menores quebras da população residente foram Braga e Esposende, com respetivamente, -0,1% e -0,2%.

**Gráfico 1 – Evolução da população residente entre 2001/2011 e 2015/2017**



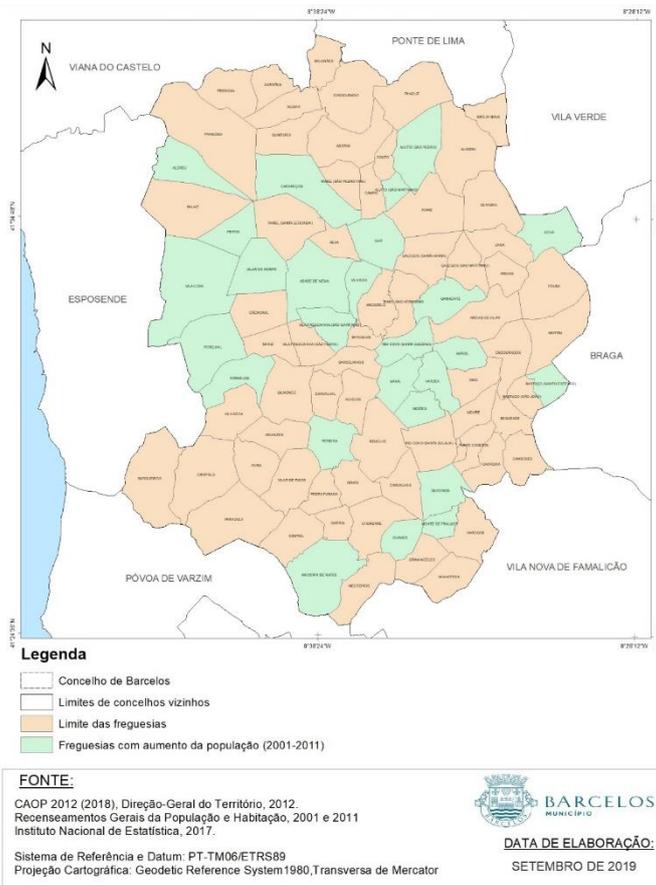
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2015 e 2017

À escala da freguesia, considerando os dados dos Censos de 2011, e num contexto de evolução negativa, verifica-se que 26 freguesias do concelho registaram um aumento da população. O cartograma da Figura 3 mostra que a tendência de crescimento registada se verificou nas freguesias do núcleo urbano, e nas freguesias situadas a noroeste e a sudeste do concelho, coincidentes com os principais eixos viários, característico de um concelho com uma urbanização de carácter difuso.

Estes dados mostram uma mudança na estrutura de ocupação do território, em que o concelho apresenta uma área contínua de expansão urbana que se desenvolve desde o núcleo urbano, onde assumem maior importância as freguesias periféricas ao núcleo urbano e as freguesias rurais do concelho, acentuando a

tendência de dispersão populacional e refletindo a fraca capacidade de atratividade e de fixação da população da sede do concelho.

**Figura 3 – Evolução da população nas freguesias do concelho entre 2001 e 2011**



De acordo com os Censos de 2011, e tendo em conta a nova organização das freguesias, verifica-se que as freguesias mais populosas são Arcozelo com 12 840 habitantes, e a União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V.F.S. Martinho com 11 108 habitantes, seguidas, embora com valores bastante inferiores, da União de Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte Fralães e da freguesia de Tamel S. Veríssimo com respetivamente, 3 814 e 3 025 habitantes.

As freguesias que apresentam menor número de habitantes são Panque com um total de 680 residentes e Carvalhos com 691 residentes.

Em síntese, em 2011, a freguesia de Arcozelo e a União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V.F.S. Martinho concentravam 20% da população total do Município, e 80% encontravam-se concentrados nas restantes freguesias do concelho.

Os dados referentes à densidade populacional, definida como sendo a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território, expressa em número de habitantes por  $m^2$ , mostram que as freguesias mais densamente povoadas são Arcozelo, com 3 776 hab./ $Km^2$ , e União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V.F.S. Martinho com 1 182 hab./ $Km^2$ , seguidas da freguesia de Tamel S. Veríssimo com 917 hab./ $Km^2$ , valores bastante superiores à média do concelho, que é de 318 hab./ $Km^2$ , confirmando a concentração populacional e urbana nestas freguesias.

Nas restantes freguesias verificam-se valores bastante inferiores a 1 000 hab/Km<sup>2</sup>, o que mostra uma distribuição geográfica dos residentes bastante desigual, apresentando algumas freguesias valores superiores à média do município.

As freguesias de Paradelas e Panque são as que apresentam os valores mais baixos para a densidade populacional com, respetivamente, 101 e 108 hab/Km<sup>2</sup>.

A densidade populacional registada no concelho (318 hab/km<sup>2</sup>), manifesta-se superior à densidade média registada na região Norte (173hab/Km<sup>2</sup>) e inferior à média da densidade na sub-região Cávado (329hab/Km<sup>2</sup>).

Os concelhos de Braga e Esposende são os que apresentam uma densidade populacional mais elevada com respetivamente, 990 e 359 habitantes por Km<sup>2</sup>.

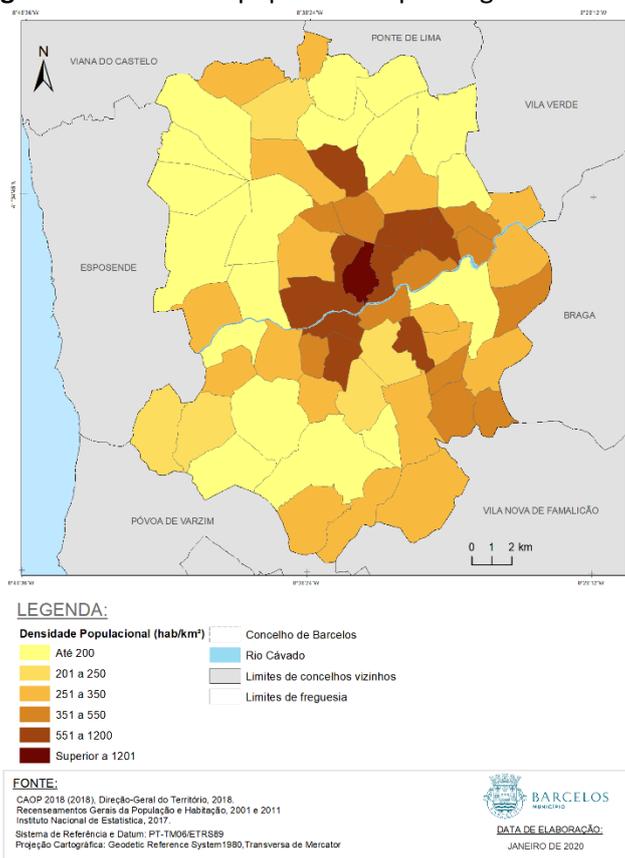
**Quadro 4 – Densidade populacional em 2011**

Unidades Territoriais	Densidade Populacional (Hab./Km <sup>2</sup> )
Norte	173
Cávado	329
Amares	231
Barcelos	318
Braga	990
Esposende	359
Terras de Bouro	26
Vila Verde	209

Fonte: INE, Censos 2011

Atendendo à relação entre o número de habitantes e a superfície, verifica-se que no concelho o povoamento é mais concentrado na área urbana da cidade e freguesias limítrofes, bem como a nascente e sul do concelho, conforme se pode verificar na figura abaixo.

**Figura 4 – Densidade populacional por freguesia em 2011**



### 6.1.2. Estrutura Etária

A estrutura etária da população residente em Barcelos revela um envelhecimento da população, como resultado quer da diminuição do número de jovens quer do aumento da população idosa, acompanhando as tendências demográficas atuais, ou seja, o envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária.

Desde a última década intercensitária, 2011, Barcelos tem vindo progressivamente a perder jovens (0-14 anos) e a ganhar população idosa (65 e mais anos). Em 2011, o número de jovens era ainda superior ao número de idosos, apresentando Barcelos à data uma população ainda jovem.

Ao analisar os dados expressos no quadro da evolução da estrutura etária da população verifica-se que, no período em análise, todas as unidades territoriais denotam o peso do grupo etário da população com 65 e mais anos face ao grupo da população das classes mais jovens.

**Quadro 5 – Evolução da população residente por grupos etários**

Unidades Territoriais	0 - 14 Anos			15 - 24 Anos			25 - 64 Anos			65 e mais anos		
	2 011	2015	2017	2 011	2015	2017	2 011	2015	2017	2 011	2015	2017
Norte	557 233	489 458	467 038	425 876	409 070	400 604	2 075 134	2 022 348	1 992 433	631 439	682 902	716 130
Cávado	67 406	59 357	56 239	51 263	49 839	48 680	232 833	232 591	230 305	58 667	64 743	68 729
Amares	3 139	2 532	2 368	2 392	2 337	2 279	10 261	10 235	10 158	3 097	3 196	3 342
<b>Barcelos</b>	<b>20 002</b>	<b>16 681</b>	<b>15 452</b>	<b>15 677</b>	<b>15 177</b>	<b>14 631</b>	<b>68 165</b>	<b>68 036</b>	<b>66 990</b>	<b>16 547</b>	<b>18 711</b>	<b>19 934</b>
Braga	29 667	27 195	26 301	22 098	21 370	21 001	105 835	105 777	104 889	23 894	27 160	29 191
Esposende	5 655	5 154	4 888	4 265	4 171	4 130	19 285	19 329	19 239	5 049	5 386	5 720
Terras de Bouro	945	752	700	837	741	717	3 692	3 429	3 342	1 779	1 733	1 728
Vila Verde	7998	7043	6 530	5994	6043	5 922	25595	25785	25 687	8301	8557	8 814

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2015 e 2017

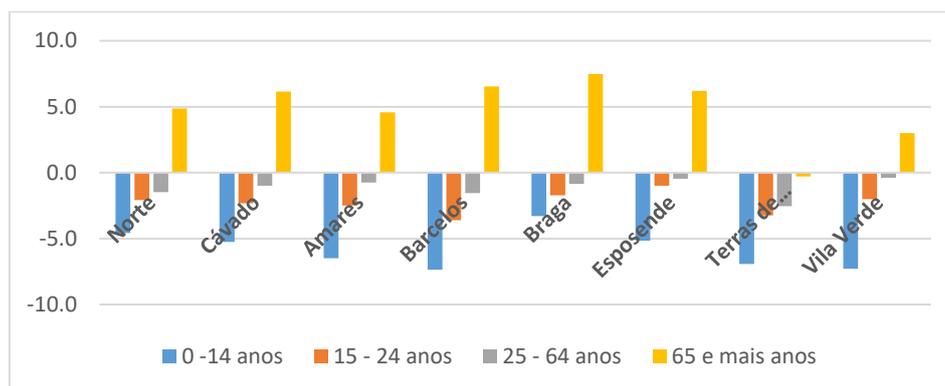
Entre 2015 e 2017, a população do concelho que integra o grupo etário dos jovens (0 aos 14 anos) foi o que sofreu o decréscimo mais significativo (-7,4%), perdendo 1 229 indivíduos nesta classe etária, sendo a sua representatividade no concelho de 13,2%. Este facto resulta da continuação da tendência já verificada desde o último período censitário, 2011, da diminuição da população jovem em Barcelos.

O grupo etário dos 65 e mais anos tem vindo a ganhar cada vez mais importância, registando um aumento de 623 indivíduos, tendo sido o único grupo etário a registar uma evolução positiva, 6,5%. A representatividade da população idosa corresponde a 17% da população total do concelho, valor que já ultrapassa o da população jovem, o que representa a perda da capacidade de substituição de gerações devido à regressão do número de jovens e ao aumento da população idosa.

Por sua vez, o grupo etário dos jovens em idade ativa, dos 15 aos 24 anos, sofreu um decréscimo de 3,6%, o que representa uma tendência de um envelhecimento da população em idade ativa, facto que contribuirá a curto prazo para a diminuição da taxa de natalidade e da força produtiva, representando em 2017, 12,5% da população do concelho.

O decréscimo menos significativo registou-se no grupo etário dos 25 aos 64 anos (-1,5%) que mantém a sua representatividade no concelho em 57,2%, ou seja, mais de metade da população do concelho encontra-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos.

Esta evolução da estrutura etária da população em Barcelos, que resultou num aumento da proporção de idosos e numa diminuição da proporção das classes mais jovens, mostra comportamento idêntico ao registado nas unidades territoriais de referência.

**Gráfico 2** – Evolução da população por grupos etários entre 2015 e 2017

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2015 e 2017

Como consequência desta evolução, o índice de envelhecimento, indicador que mede a relação entre o número de idosos e o número de jovens, tem vindo a aumentar expressivamente. Se em 2011 existiam 83 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos, em 2015 passa para 112 idosos, e em 2017 essa relação sobe para 129 idosos por cada 100 jovens, reiterando a crescente tendência de envelhecimento da população e a prevalência da população com 65 e mais anos sobre a população entre os 0 e 14 anos.

A evolução do índice de juventude no concelho mostra a tendência inversa, ou seja, em 2011 existiam 121 jovens por cada 100 idosos, em 2015 só já existiam 89, passando para 77 jovens em 2017.

**Quadro 6** – Índice de juventude e de envelhecimento em 2011, 2015 e 2017

Indicadores	2011	2015	2017
Índice de Envelhecimento	83	112	129
Índice de Juventude	121	89	77

Fonte: INE, Censos 2011, Estimativas Anuais da População Residente 2015 e 2017

Por outro lado, a análise dos índices de dependência, que permitem avaliar a dependência da população jovem e da população idosa em relação à população ativa, mostra uma ligeira diminuição da dependência dos jovens, passando de 20 jovens (0 aos 14 anos) a cargo por cada 100 indivíduos em idade ativa, para os 19, em 2017, revelando a tendência da quebra da taxa de natalidade.

Por outro lado, o índice de dependência de idosos aumentou de 22 idosos dependentes para 24, em igual período, refletindo o aumento da esperança média de vida da população.

Em consequência, o índice de dependência total (número de dependentes por cada 100 pessoas ativas) cresce ligeiramente (1%), passando de 42 indivíduos dependentes por cada 100 ativos em 2015, para os 43 dependentes em 2017.

Comparativamente com as unidades territoriais de referência, Barcelos apresenta uma situação mais favorável (43,3), registando um índice de dependência total inferior ao verificado quer na região Norte (49,1) quer na região Cávado (44,8).

**Quadro 7 – Índices de dependência em 2015 e 2017**

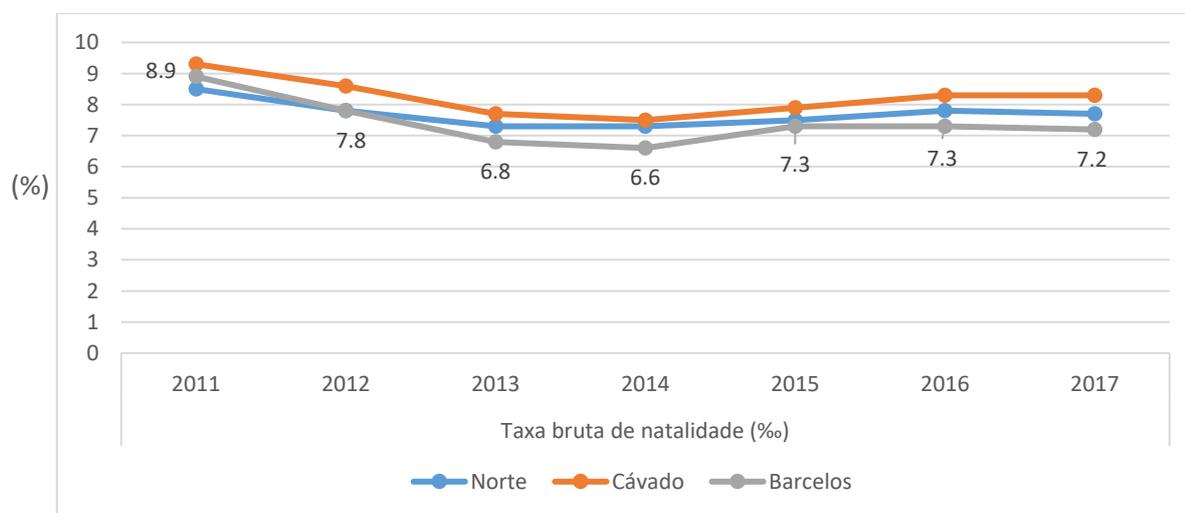
Indicadores	2015			2017		
	Norte	Cávado	Barcelos	Norte	Cávado	Barcelos
Índice Dependência Jovens	20,1	21,0	20,0	19,5	20,2	18,9
Índice Dependência de Idosos	28,2	22,9	22,5	29,6	24,6	24,4
Índice Dependência Total	48,3	43,9	42,5	49,1	44,8	43,3

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2015 e 2017

A evolução da taxa bruta de natalidade tem vindo a decrescer desde 2011, ano em que se registou um valor de 8,9 nascimentos por cada mil habitantes, diminuindo para 6,6 nascimentos, em 2014.

A partir de 2015 verifica-se uma tendência de crescimento da taxa de natalidade, passando para 7,3 nascimentos por cada mil habitantes, valor que se mantém constante até 2017. Contudo, este aumento tem sido pouco expressivo, tendo o valor atingido em 2017 - 7,2 nascimentos por cada mil habitantes, inferior ao registado em 2011, ano em que o número de nascimentos foi de 8,9 por cada mil habitantes.

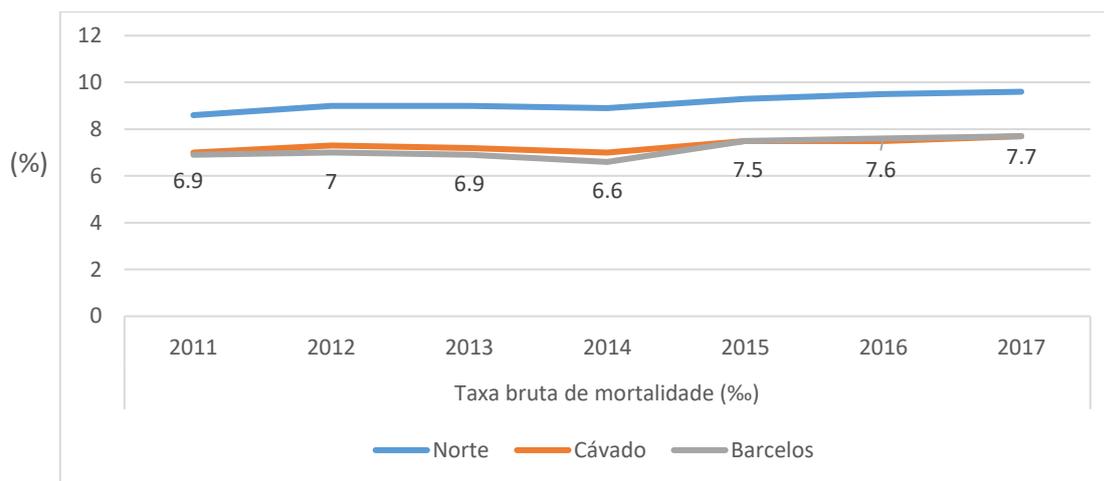
Comparativamente com a região Norte e a sub-região Cávado, o concelho apresenta a taxa de natalidade mais baixa.

**Gráfico 3 – Taxa Bruta de Natalidade (%.), entre 2011 e 2017**

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 e 2017

A taxa de mortalidade não registou alterações significativas entre 2011 e 2014, passando de 6,9 óbitos por mil habitantes em 2011, para 6,6 óbitos em 2014. A partir dessa data verificou-se um aumento ligeiro, passando de 7,5 óbitos por mil habitantes em 2015, para 7,7 óbitos em 2017.

Comparativamente com as unidades territoriais de referência, Barcelos apresenta uma taxa de mortalidade igual à observada na sub-região Cávado, mas inferior à registada na região Norte.

**Gráfico 4 – Taxa Bruta de Mortalidade (%), entre 2011 e 2017**

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 e 2017

### 6.1.3. Estrutura Familiar

Em 2011 o concelho de Barcelos apresentava uma evolução significativa no número de famílias, com mais 3 421 famílias do que em 2001, registando uma taxa de variação de 9,9% entre o período censitário de 2001 e 2011.

Esta evolução positiva contrasta com o declínio observado quanto à população residente, facto que tem origem sobretudo nas diferenças importantes verificadas ao nível da estrutura da família.

As famílias com 3 ou 4 pessoas são as mais representativas em ambos os momentos censitários, registando-se um aumento de 1 819 famílias entre 2001 e 2011.

Contudo, verifica-se, em 2011, um crescimento bastante acentuado das famílias com 1 ou 2 pessoas, 42,4%, o que representa mais 3 918 famílias, facto que resulta dos atuais fenómenos de alteração da situação da família, como a maior representatividade das famílias monoparentais e a crescente longevidade da população.

Em sentido oposto, há um expressivo decréscimo das famílias mais numerosas, compostas por 5 ou mais pessoas, com menos 2 296 famílias em 2011 (-31,4%).

**Quadro 8 – Evolução do número de famílias em Barcelos em 2001 e 2011**

Indicadores	2001	2011	Variação (%)
População residente	122 096	120 391	-1,4
Número total de Famílias	34 631	38 052	9,9
Famílias com 1 ou 2 pessoas	9 242	13 160	42,4
Famílias com 3 ou 4 pessoas	18 048	19 867	10,1
Famílias com 5 ou mais pessoas	7 322	5 026	-31,4
Média de Indivíduos por Família	3,5	3,2	-0,3

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

#### 6.1.4. Níveis de Instrução

O concelho de Barcelos registou uma melhoria significativa nos níveis de qualificação da população na última década intercensitária, verificando-se um significativo aumento da proporção da população com os graus de escolaridade mais elevados (secundário e superior), e um decréscimo significativo do valor percentual de residentes sem nenhum nível de escolaridade.

**Quadro 9** – População residente segundo o nível de escolaridade em 2001 e 2011

Anos	Unidades Territoriais	Nenhum nível escolaridade	Ensino Básico 1ºCiclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Secundário	Superior
2001	Norte	14,7	29,9	16,2	12,2	9,2	3,5
	Cávado	14,8	27,9	18,6	12,4	9,1	3,6
	Barcelos	15,1	30,3	22,8	10,7	6,6	1,7
2011	Norte	8,0	32,1	12,3	15,8	15,1	13,5
	Cávado	7,8	28,7	13,5	16,2	15,8	14,5
	Barcelos	7,7	31,8	17,0	17,4	14,0	9,0
<b>Varição</b>	Barcelos	-7,4%	1,5%	-5,8%	6,7%	7,4%	7,3%

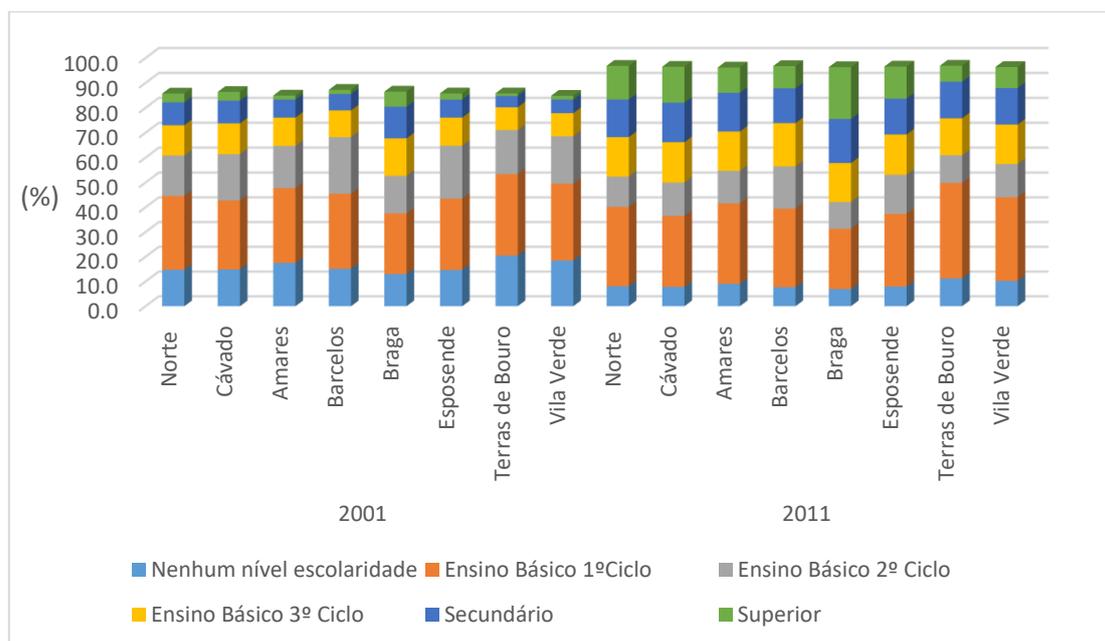
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Contudo a população do concelho ainda apresenta baixos níveis de qualificação, verificada pela percentagem significativa de população detentora do ensino básico (66,2%), situação idêntica à registada nas unidades territoriais em que se insere.

Apesar do significativo aumento, o valor percentual de residentes com o grau de escolaridade mais elevado (9%), permanece ainda aquém do observado no contexto regional (13,5%) e sub-regional (14,6%), apresentando ainda o concelho valores modestos neste nível de ensino.

Os residentes sem nenhum nível de escolaridade baixou para mais de metade, passando de 15,1% em 2001 para 7,7% em 2011, apresentando Barcelos um valor inferior ao registado na região Norte e na sub-região Cávado.

**Gráfico 5** - População residente segundo o nível de escolaridade em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente à taxa de analfabetismo o concelho registou, no período intercensitário, um decréscimo de cerca de 3 pontos percentuais, passando de 7,6% para 4,6%, valor percentual próximo do registado na sub-região Cávado (4,5%) e inferior ao registado na região Norte (5,0%).

Comparativamente com os concelhos da sub-região Cávado, Barcelos apresenta a terceira menor taxa de analfabetismo, sendo apenas superado por Braga e Esposende, com respetivamente 3,3% e 4,3%.

**Quadro10 – Taxa de Analfabetismo em 2001 e 2011**

Unidades Territoriais	2001	2011
Norte	8,3%	5,0%
Cávado	7,6%	4,5%
Amares	10,8%	6,2%
Barcelos	7,6%	4,6%
Braga	5,8%	3,4%
Esposende	7,3%	4,3%
Terras de Bouro	15,6%	9,3%
Vila Verde	11,9%	7,3%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No mesmo período, a taxa de abandono escolar registou um decréscimo significativo, passando de 3,0% para 1,3%, com os valores do concelho, em 2011, a serem inferiores aos valores registados na Região Norte (1,5%) e na Sub-Região Cávado (1,4%).

**Quadro 11 – Taxa de abandono escolar em 2001 e 2011**

Unidades Territoriais	2001	2011
Norte	3,5%	1,5%
Cávado	2,6%	1,4%
Amares	4,0%	1,7%
Barcelos	3,0%	1,3%
Braga	1,4%	1,3%
Esposende	3,1%	1,5%
Terras de Bouro	4,1%	1,1%
Vila Verde	4,4%	1,7%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

## 6.2. Atividades Económicas

O presente sub-capítulo tem por objetivo apresentar alguns dados estatísticos referentes à caracterização das dinâmicas socioeconómicas do território.

A estrutura e a dinâmica económica de um território constituem indicadores importantes para a definição de estratégias de desenvolvimento municipal.

### 6.2.1. População Ativa

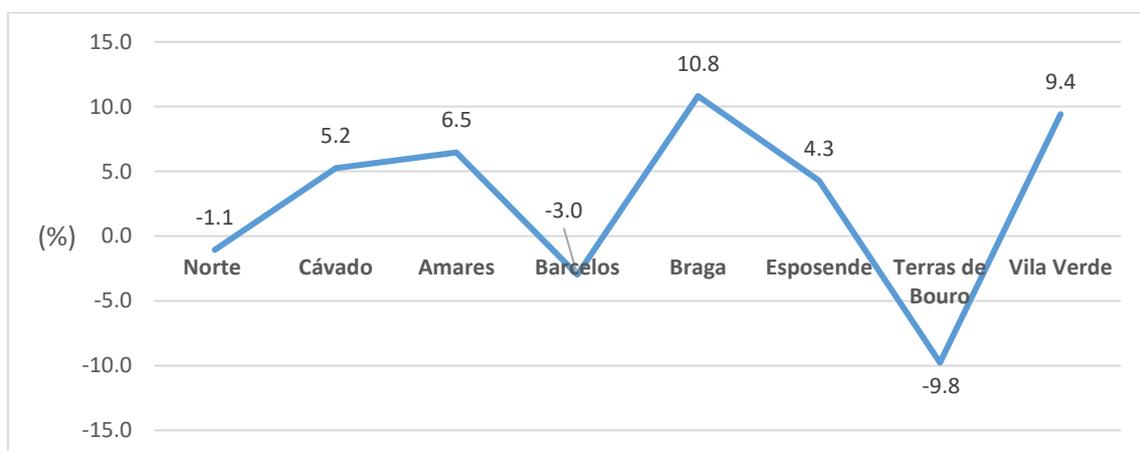
Em 2011, o município de Barcelos registava 59 734 residentes ativos, o que representava 49,6% da população residente. Comparativamente a 2001, quando existiam 61 565 residente ativos, verifica-se uma evolução negativa de 3%, traduzindo-se numa perda de 1 831 ativos.

**Quadro 12 – População ativa em 2001 e 2011**

Unidades Territoriais	População Ativa		
	2001	2011	Variação (%)
Norte	1 775 015	1 756 065	-1,1
Cávado	193 443	203 581	5,2
Barcelos	61 565	59 734	-3,0

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No mesmo período intercensitário, com variação negativa apresentam-se igualmente a Região Norte e o concelho de Terras de Bouro, que perderam respetivamente 1,1% e 9,8% da população ativa.

**Gráfico 6 – Evolução da População Ativa, entre 2001 e 2011**

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Apesar da diminuição da população ativa e da diminuição da taxa de atividade que se verificou na última década intercensitária, e comparativamente com os restantes concelhos da sub-região Cávado, o concelho de Barcelos apresentava, em 2011, a segunda maior taxa de atividade juntamente com Esposende, 49,6%, sendo apenas superado pelo concelho de Braga, que registava uma taxa de atividade de 52%.

O território concelhio apresenta ainda taxas de atividade superiores às observadas na Região Norte (47,6%) e iguais às observadas na sub-região Cávado (49,6%).

**Gráfico 7 – Evolução da Taxa de Atividade (%) entre 2001 e 2011**

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A população empregada, por sua vez, representava, em 2011 - 87,9% da população ativa, com 52 512 pessoas empregadas. Contudo estes valores representam uma diminuição face a 2001, período em que cerca de 96% da população ativa estava empregada (58 934 pessoas).

**Quadro 13 – População empregada em 2001 e 2011**

Unidades Territoriais	Pop. Empregada		Variação 2001/2011
	2001	2011	
Norte	1 656 103	1 501 883	-9,3%
Cávado	182 190	177 601	-2,5%
Barcelos	58 934	52 512	-10,9%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Esta tendência de diminuição da população empregada verifica-se na generalidade das unidades territoriais, apresentando Barcelos o segundo maior decréscimo (-10,9%), logo a seguir a Terras do Bouro (-15,7%).

A exceção verifica-se nos concelhos de Braga e Vila Verde onde se regista, no mesmo período, um aumento da população empregada, de 3,4% e 0,8%, respetivamente.

**Gráfico 8 - Evolução da população empregada entre 2001 e 2011**



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

### 6.2.2. População empregada por setor de atividade económica

Quando analisada a distribuição da população empregada do concelho de Barcelos por sector de atividade económica, verifica-se que, em 2011, 54,3% dos residentes ativos estavam empregados no setor secundário, contabilizando 28 523 indivíduos, o que confirma a importância da indústria na economia do concelho assim como o seu carácter industrial.

De seguida aparece o setor terciário, que emprega 42,3% dos residentes ativos, num total de 22 195 indivíduos, e por fim o setor primário que emprega apenas 3,4% da população, contabilizando um total de 1 794 indivíduos.

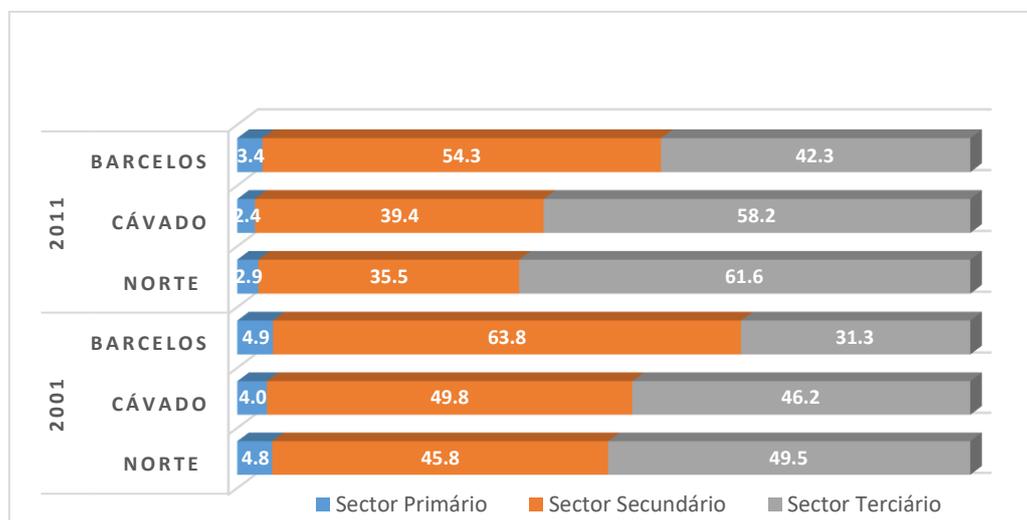
O setor terciário tem vindo a ganhar uma importância crescente no contexto económico do concelho em detrimento dos outros setores, verificando-se ter sido o único a registar um aumento da proporção da população empregada, no último período intercensitário 2001/2011, passando de 31,3% para 42,3%, tendência igualmente observada no contexto regional e sub-regional.

Os restantes setores de atividade registaram um decréscimo no mesmo período de tempo, sendo o mais significativo no setor primário que registou um decréscimo de 37,4% da população empregue, perdendo

assim este setor de atividade representatividade a favor do setor terciário, em sintonia com as tendências de abandono progressivo das atividades agrícolas e de um desenvolvimento das atividades terciárias.

Apesar do decréscimo verificado no setor secundário, este continua a ser o mais representativo e o principal empregador do concelho de Barcelos, contrariamente ao que se verifica na região Norte e na sub-região Cávado, onde o setor terciário se assume como preponderante.

**Gráfico 9** – Evolução da população empregada por setor de atividade, entre 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

### 6.2.3. População Desempregada

No que diz respeito à população desempregada, em 2011, Barcelos totalizava 7 222 desempregados. A grande maioria dos desempregados (82,2%) encontrava-se em situação de procura de novo emprego, sendo que 17,8% estava à procura do 1º emprego. Relativamente à composição da população desempregada verifica-se que existiam mais mulheres (52,3%) do que homens (47,7%) desempregados.

Atualmente, e segundo os dados do IEFP, verifica-se uma tendência crescente de descida do número de desempregados. Em 2018 existiam em Barcelos, 2 265 desempregados, menos 2 193 indivíduos do que em 2015. Estes valores representam um decréscimo de 38,3%, entre 2011 e 2015, e de 49,2% entre 2015 e 2018, o que representa quase metade do número de desempregados contabilizados em 2015.

Da análise dos dados, verifica-se que o desemprego é agora superior nos homens (50,2%) do que nas mulheres (49,8%), apesar dessa diferença ser muito ténue e a procura de novo emprego (90,7%) apresentar valores muito superiores relativamente à procura do 1º emprego (9,3%). Os dados relativos ao tempo de inscrição dos desempregados mostram que é superior a proporção de desempregados inscritos há menos de 1 ano (62,1%) relativamente aos que estão inscritos há 1 ano ou mais (37,9%).

**Quadro 14** – População desempregada em 2015 e 2018

Anos	Número Desempregados	Homens		Mulheres		Novo Emprego		1º Emprego		Menos de 1 ano		1 Ano e mais	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2011	7222	3446	47,7%	3776	52,3%	5938	82,2%	1283	17,8%	-	-	-	-
2015	4458	2301	51,6%	2157	48,4%	3805	85,3%	653	14,6%	2603	58,4%	1855	41,6%
2018	2265	1137	50,2%	1128	49,8%	2056	90,7%	209	9,3%	1406	62,1%	859	37,9%

Fonte: IEFP, 2018, INE Censos 2011

Os valores registados para o desemprego apresentam-se favoráveis para o concelho, sendo o decréscimo verificado no número de desempregados, no período 2015 a 2018, superior ao observado no contexto regional e sub-regional, sendo apenas superado pelo concelho de Amares que regista a maior descida do número de desempregados (-55,6%), representando uma diminuição de mais de metade do número de desempregados face a 2015.

**Quadro 15** – Variação do número de desempregados entre 2015 e 2018

Unidade Territorial	Número de Desempregados		Variação (%)
	2 015	2018	
Norte	231 005	137 025	-40,7
Cávado	24017	14394	-40,1
Amares	1 190	528	-55,6
Barcelos	4 458	2 265	-49,2
Braga	11 196	6 435	-42,5
Esposende	1 404	740	-47,3
Terras de Bouro	521	306	-41,3
Vila Verde	2 247	1 203	-46,5

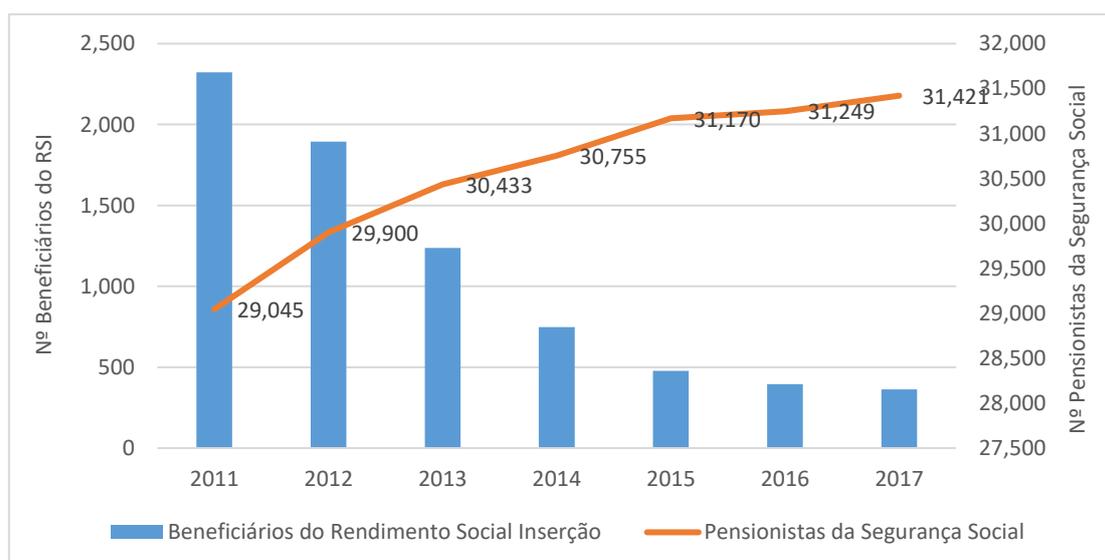
Fonte: IEFP, 2018

A vulnerabilidade social assume múltiplas facetas, onde para além dos problemas relacionados com o desemprego, existem também situações de forte precaridade económica e de idosos a viverem sozinhos.

O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) tem vindo a registar um decréscimo significativo no período em análise. Em 2017 o concelho contabilizava 364 beneficiários, menos 1 959 face a 2011.

O número de pensionistas apresenta uma tendência de subida, contabilizando-se em 2017, 31 421 pensionistas, mais 2 376 do que em 2011, valores que demonstram o elevado envelhecimento da população do concelho, representando em 2017, 26,8% da população total.

**Gráfico 10** – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção e Pensionistas da Segurança Social de Barcelos entre 2011 e 2017



Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

#### 6.2.4. Tecido empresarial e produtivo

O número de empresas sediadas no concelho tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Segundo os dados do INE, em 2017, existiam 13 245 empresas, registando-se um aumento de 743 empresas relativamente ao ano de 2015, o que representa um crescimento de 5,9%.

Em termos evolutivos, apesar da tendência crescente ao longo do período em análise, o concelho apresenta um resultado modesto comparativamente com as unidades territoriais de referência.

**Quadro 16** – Evolução do número de empresas entre 2011 e 2017

Unidades Territoriais	Número de Empresas							Variação (%)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2015/2017
Norte	361 159	348 819	374 475	386 677	396 653	405 518	418 082	5,4
Cávado	41 078	39 702	41 023	41 906	43 125	44 484	46 075	6,8
Amares	1 602	1 531	1 564	1 701	1 783	1 851	1 914	7,3
Barcelos	11 827	11 404	12 064	12 304	12 502	12 866	13 245	5,9
Braga	19 060	18 414	18 621	18 710	19 428	20 072	20 920	7,7
Esposende	3 929	3 799	3 872	3 992	4 071	4 211	4 339	6,6
Terras de Bouro	574	550	673	729	785	816	840	7,0
Vila Verde	4 086	4 004	4 229	4 470	4 556	4 668	4 817	5,7

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

O tecido empresarial do concelho caracteriza-se por apresentar uma estrutura onde predominam as unidades produtivas ligadas ao “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e à “Indústria transformadora”, com respetivamente, 2 925 e 2 562 empresas, em 2017, e que representam no seu conjunto 41,4% do total das empresas existentes no concelho.

Dentro da indústria transformadora a “Indústria têxtil e de vestuário” destaca-se como a atividade económica que regista o maior número de empresas (1 760), apresentando um crescimento, face a 2015, de 3,1%. A “Construção” aparece logo a seguir com 1 085 empresas, apresentando um aumento de 8,8% no período 2015 a 2017.

Contudo, o maior crescimento deu-se sobretudo nas empresas ligadas ao setor terciário económico, nomeadamente nas “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (11,6%) apresentando em 2017, 1 118 empresas, nas “Atividades de consultoria científica, técnica e similares” (14,4%) com 970 empresas, e nas “Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas” (10,7%) com 982 empresas sediadas no concelho.

De acordo com os dados do INE, Barcelos caracteriza-se por uma estrutura fortemente marcada pelo peso do comércio e serviços, constatando-se que o setor terciário mantém uma posição dominante em detrimento das restantes atividades, concentrando 45,2% das empresas existentes no concelho. De seguida aparece o setor secundário que representa 40,8%, e por último o setor primário que corresponde apenas a 10,5% do total das empresas do concelho, tendo sido o único setor de atividade a registar uma diminuição no número de empresas (-5,1%), entre 2015 e 2017.

Estes valores refletem a tendência que se tem vindo a verificar nos últimos anos, para a terciarização da economia e a perda gradual de importância do setor primário.

**Quadro 17** – Número de empresas por atividade económica em 2015, 2016 e 2017

Anos	Nº Empresas por atividade económica									
	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria transformadora	Indústria têxtil e do vestuário	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Atividades de consultoria científicas, técnicas e similares	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	Outras Atividades
2015	12 502	1 477	2 483	1 707	997	2 911	1 002	848	887	190
2016	12 866	1 454	2 530	1 761	1 054	2 928	1 039	896	909	295
2017	13 245	1 402	2 562	1 760	1 085	2 925	1 118	970	982	441
Varição 2015/2017	5,9%	-5,1%	3,20%	3,1%	8,8%	0,5%	11,6%	14,4%	10,7%	132,1%

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2015 a 2017

Analisando a dimensão das empresas tendo em conta o número de pessoas ao serviço verifica-se que, em 2017, as empresas existentes no concelho eram maioritariamente de pequenas dimensões, micro, pequenas e médias empresas, com menos de 10 pessoas ao serviço e representam 93,7% do tecido empresarial de Barcelos.

Como se pode verificar no quadro abaixo, 93,7% das empresas (12 412) não empregam mais do que 10 pessoas, e apenas 5,2% (695) empregam entre 10 e 49 funcionários.

A preponderância no concelho de pequenas empresas é semelhante à verificada nas unidades territoriais de referência.

**Quadro 18** – Dimensão das empresas segundo o número de pessoas ao serviço em 2017

Unidades Territoriais	Total empresas	Menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
Norte	418 082	400 034	15 442	2 349	257
Cávado	46 075	43 744	2 005	305	21
Amares	1 914	1 835	70	9	0
Barcelos	13 245	12 412	695	133	5
Braga	20 920	19 918	864	124	14
Esposende	4 339	4 161	153	23	2
Terras de Bouro	840	826	11	3	0
Vila Verde	4 817	4 592	212	13	0

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2017

Relativamente ao número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos verificou-se uma quebra no período entre 2011 a 2012 (-4,6%), registando-se uma tendência de aumento a partir de 2013. Esta tendência de crescimento apresenta-se idêntica ao verificado nas restantes unidades territoriais

Entre 2015 e 2017, registou-se um aumento de 4 250 pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho, a que corresponde um crescimento de 9,2%.

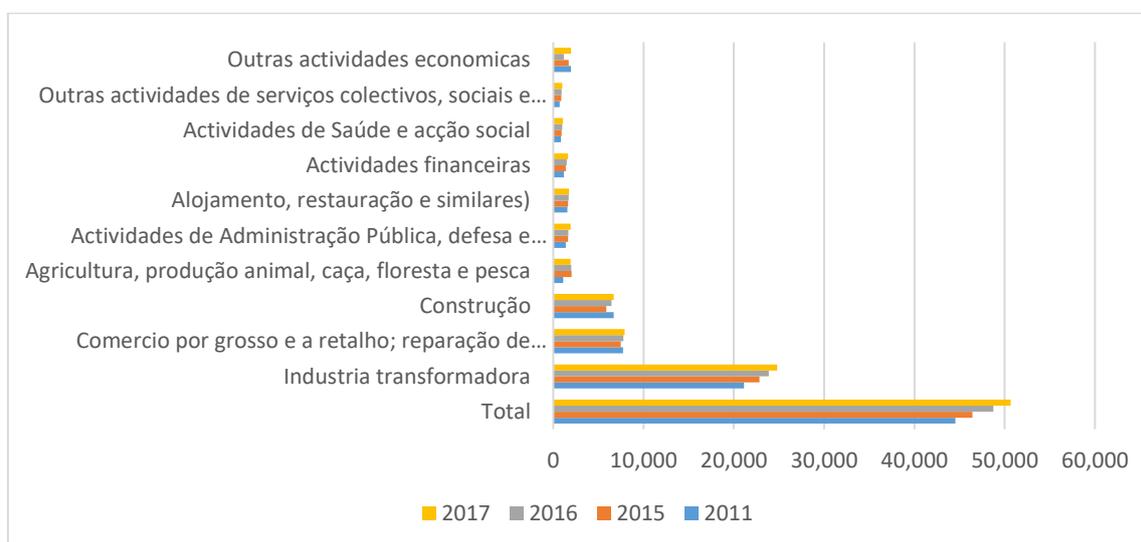
**Quadro 19 – Evolução do número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, entre 2011 e 2017**

Unidades Territoriais	Pessoal ao serviço dos estabelecimentos							Variação (%) 2015/2017
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Norte	1 233 550	1 166 635	1 174 453	1 213 857	1 256 184	1 309 039	1 365 627	8,7
Cávado	143 349	135 525	134 455	141 524	148 169	156 294	163 460	10,3
Amares	4 602	4 145	3 954	4 291	4 446	4 824	4 877	9,7
Barcelos	44 546	42 498	42 876	45 020	46 434	48 751	50 684	9,2
Braga	70 390	66 424	65 153	66 922	70 727	74 753	79 490	12,4
Esposende	11 097	10 525	10 466	12 620	13 271	14 185	14 286	7,6
Terras de Bouro	1 206	1 178	1 276	1 378	1 472	1 510	1 616	9,8
Vila Verde	11 508	10 755	10 730	11 293	11 819	12 271	12 507	5,8

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

No que concerne às atividades económicas com maior representatividade no concelho de Barcelos apresentam-se a “Indústria transformadora”; “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico”, “Construção”; “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”; “Atividades de Administração Pública, defesa e segurança social”; “Alojamento, restauração e similares”; “Atividades financeiras”; “Atividades de saúde e ação social” e “Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais”, as quais contabilizavam em 2017, um total de 48 693 pessoas ao serviço. O conjunto das restantes atividades económicas contabiliza um total de 1 991 pessoas ao serviço.

Relativamente à evolução do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos por atividade económica, verifica-se que as atividades mais empregadoras em Barcelos são a “indústria transformadora” com 48,9% de pessoas ao serviço, seguida do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclo e de bens de uso pessoal e doméstico” com 15,6%, e por último a “construção” com 13,2%. Em conjunto estas três atividades empregavam 77,7% do total das pessoas ao serviço nos estabelecimentos.

**Gráfico 11 – Evolução do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos por atividade económica**


Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2015 a 2017

De acordo com os dados do INE, o volume de negócios tem vindo a registar uma evolução positiva, observando-se um crescimento, entre 2015 e 2017, de 14,8%, destacando-se a indústria transformadora, o comércio e a construção, as unidades produtivas que apresentam o maior volume de negócios em 2017.

Comparativamente com o desempenho verificado nos concelhos da sub-região Cávado, entre 2015 e 2017, Barcelos regista a segunda evolução mais favorável da proporção do volume de negócios (14,8%), logo atrás de Braga (31,5%).

**Quadro 20** – Evolução do volume de negócios (milhões €), entre 2011 e 2017

Unidades Territoriais	2011	2015	2016	2017	Varição 2015-2017
Norte	99 035	96 288	100 985	110 423	14,70%
Cávado	10 900	10 451	11 446	12 911	23,50%
Amares	365	298	321	338	13,50%
Barcelos	2 798	3 004	3 195	3 450	14,80%
Braga	6 210	5 776	6 484	7 599	31,50%
Esposende	765	710	755	779	9,70%
Terras de Bouro	42	509	50	58	14,80%
Vila Verde	718	610	639	685	12,30%

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2015 a 2017

O tecido empresarial de Barcelos apresentava, em 2017, um volume de negócios na ordem dos 3 450 milhões de euros, representando 3% do volume de negócios da região Norte e 26% da sub-região Cávado.

#### 6.2.5. Turismo

A conjuntura cultural e geograficamente privilegiada de Barcelos favorece principalmente os sectores do comércio e do turismo.

A atividade turística tem vindo a revelar um significativo dinamismo, refletindo-se na evolução favorável do número de visitantes, das dormidas e da capacidade das unidades de alojamento.

Atualmente existem no concelho, 17 empreendimentos turísticos com capacidade para 373 hóspedes, e 72 alojamentos locais com capacidade para 573 hóspedes.

No período de referência, entre 2015 e 2018, verificou-se o surgimento de 1 novo empreendimento turístico, e de 50 novos alojamentos locais.

Tendo em conta a informação disponível, verifica-se que a representatividade dos Empreendimentos Turísticos do concelho é de 9% no âmbito da Sub-região do Cávado, sendo a representatividade dos Alojamentos Locais de 6%.

No contexto da Sub-região do Cávado, as dormidas no concelho apresentam uma representatividade modesta, com 217 023 dormidas entre 2011 e 2017, correspondendo a 5% de todas as dormidas da Sub-região do Cávado.

Em termos económicos verifica-se que os proveitos totais decorrentes dos alojamentos turísticos na área concelhia apresentam um volume total de 8 033 milhares de euros, sendo os anos mais significativos 2016 e 2017.

Barcelos representa perto de 7% do total dos proveitos da sub-região Cávado, sendo que o Município com maior representatividade é a sede de distrito, Braga, correspondendo a 55% do total dos proveitos, seguida de Esposende – 16% e Terras de Bouro – 13%.

Considera-se ainda relevante referir, tendo em conta o valor estratégico do Caminho Português de Santiago, que atravessa o concelho de sul para norte, que se verifica a existência de 4 Albergues de Peregrinos na área

concelhia, com disponibilidade de 105 camas, tendo-se registado 53 698 dormidas nestas unidades no período de referência.

Esta temática encontra-se desenvolvida e aprofundada no capítulo 6.9. *Valores e Recursos territoriais*.

### 6.3 PARQUE HABITACIONAL

O presente sub-capítulo centra-se nos aspetos mais gerais do parque habitacional e nas dinâmicas urbanísticas.

São abordadas as tendências de evolução dos edifícios e alojamentos, assim como a sua forma de ocupação e época de construção. É feito também um tratamento de dados estatísticos associados às operações urbanísticas, de forma a descrever e interpretar os fenómenos urbanísticos decorrentes da 1ª revisão do PDM.

#### 6.3.1. Edifícios

O concelho de Barcelos tem registado, desde 2011, um aumento do número de edifícios, passando de 37 401 edifícios em 2011 para os 38 177 em 2017, tendência evolutiva idêntica à verificada no contexto regional e sub-regional.

Entre 2015 e 2017 o crescimento do número de edifícios foi de 0,5%, que corresponde a mais 208 unidades, verificando-se uma tendência crescente em todas as unidades territoriais de referência, registando Terras do Bouro o aumento mais modesto (0,1%).

**Quadro 21** – Evolução do número de edifícios entre 2011 e 2017

Unidades Territoriais	Número de Edifícios							Variação (%) 2015-2017
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Norte	1 214 471	1 219 502	1 222 940	1 225 254	1 227 225	1 229 130	1 231 643	0,4
Cávado	125 221	125 982	126 536	126 920	127 254	127 571	128 043	0,6
Amares	8 501	8 551	8 580	8 605	8 633	8 653	8 688	0,6
Barcelos	37 401	37 601	37 780	37 878	37 969	38 058	38 177	0,5
Braga	39 200	39 480	39 669	39 811	39 934	40 059	40 260	0,8
Esposende	15 189	15 271	15 338	15 376	15 413	15 446	15 492	0,5
Terras de Bouro	4 670	4 678	4 687	4 699	4 702	4 703	4 706	0,1
Vila Verde	20 260	20 401	20 482	20 551	20 603	20 652	20 720	0,6

*Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017*

Em relação à década de construção dos edifícios, de acordo com os Censos de 2011, 37% dos edifícios existentes no concelho foram construídos entre 1991 a 2011, 35% foram construídos entre 1971 a 1990, e 27,9% são anteriores a 1970, tendência idêntica à observada na sub-região Cávado. Na região Norte prevalecem os edifícios construídos entre 1971 e 1990.

Verificando-se que a maioria dos edifícios no Município foi construído a partir de 1991, poderá dizer-se que o parque habitacional de Barcelos é relativamente recente, sendo a idade média dos edifícios de 32 anos.

**Quadro 22 – Época de construção dos edifícios**

Unidades Territoriais	Total edifícios (2011)	< 1970	1971 a 1990	1991 a 2011
Norte	1 214 471	405 634	423 013	381 264
Cávado	125 221	30 388	44 589	49 437
Barcelos	37 401	10 408	12 951	13 831

Fonte: INE, Censos 2011

**6.3.2. Alojamentos**

O número de alojamentos familiares clássicos tem vindo a registar, igualmente, uma tendência de aumento desde 2011, traduzida por um acréscimo de 310 alojamentos entre 2015 e 2017.

Entre 2015-2017 o crescimento do número de alojamentos foi de 0,6%, sendo a variação da proporção do número de alojamentos crescente em todas as unidades territoriais em análise, apresentando Terras do Bouro o crescimento mais modesto (0,1%).

**Quadro 23 – Evolução do número de alojamentos familiares clássicos entre 2011 e 2017**

Unidades Territoriais	Número de Alojamentos							Variação 2015-2017
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Norte	1 853 510	1 860 902	1 865 795	1 869 007	1 871 693	1 874 488	1 877 834	0,3%
Cávado	191 163	192 549	193 278	193 754	194 158	194 544	195 189	0,5%
Amares	9 633	9 684	9 715	9 745	9 773	9 793	9 832	0,6%
Barcelos	47 609	47 833	48 053	48 151	48 246	48 354	48 556	0,6%
Braga	84 941	85 750	86 064	86 286	86 469	86 626	86 908	0,5%
Esposende	21 033	21 177	21 250	21 291	21 331	21 365	21 415	0,4%
Terras do Bouro	4 858	4 871	4 880	4 896	4 899	4 900	4 903	0,1%
Vila Verde	23 089	23 234	23 316	23 385	23 440	23 506	23 575	0,6%

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

Ao nível das freguesias do concelho é na União de freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V.F.S. Martinho, e na freguesia de Arcozelo que se registam as maiores densidades de alojamentos, que correspondem a áreas urbanas consolidadas com uma forte presença da função residencial e por densidades de edificado plurifamiliar relativamente elevado. Por outro lado, as freguesias de Paradela, Panque e Palme são as que apresentam os menores números de alojamentos por unidade de área, correspondendo a freguesias com maior presença de residências unifamiliares e de áreas de edificação isolada.

**Quadro 24 - Freguesias do concelho com maior e menor densidade de alojamentos em 2011**

Freguesias	Densidade de Alojamentos (Alojamentos por Km <sup>2</sup> )
União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V.F.S. Martinho	1 733,80
Arcozelo	1 662,90
Paradela	33,9
Panque	44
Palme	49,3

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à forma de ocupação dos alojamentos, pela observação do quadro seguinte pode-se verificar que em 2011, 79,6% dos alojamentos são de residência habitual, 11% de residência secundária, e 9,4% dos alojamentos encontram-se vagos. Tendência semelhante verifica-se quer na região Norte quer na sub-região Cávado.

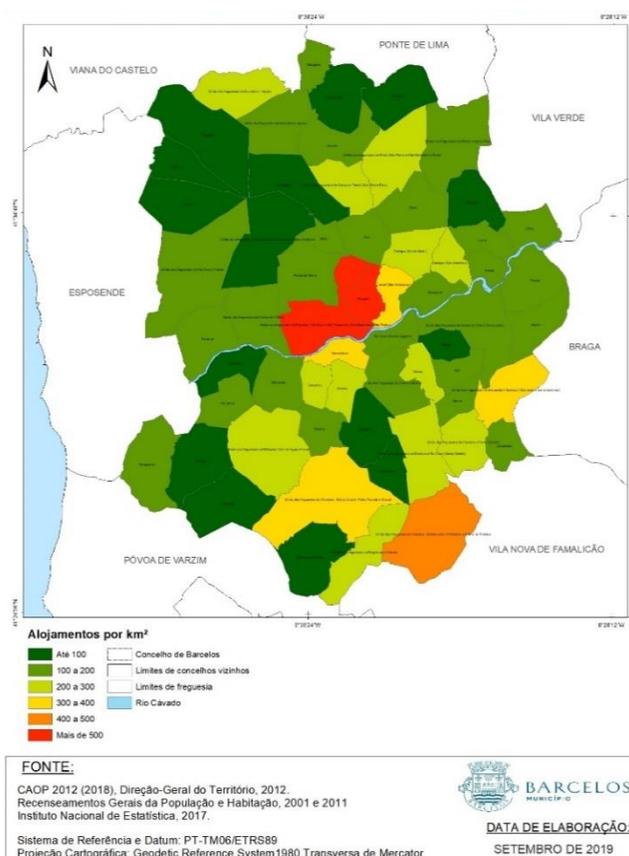
**Quadro 25 – Forma de ocupações dos alojamentos em 2011**

Unidades Territoriais	Total	Residência habitual	%	Residência secundária	%	Vago	%
Norte	1 847 784	1 320 860	71,5	324 493	17,6	202 431	11
Cávado	190 251	136 025	71,5	35 144	18,5	19 082	10
Barcelos	47 394	37 732	79,6	5 219	11	4 443	9,4

Fonte: INE, Censos 2011

Da leitura do cartograma constata-se que o número de alojamentos se distribui de forma irregular pelas freguesias do concelho, com maior expressão a sul do Cávado. Verifica-se contudo que a maior concentração de alojamentos é na área urbana da cidade e freguesias limítrofes.

**Figura 5 – Densidade de alojamentos por freguesia em 2011**



## 6.4. AMBIENTE

O sector do Ambiente é hoje uma das principais matérias em debate no planeamento e gestão territorial. Nesse sentido, o Município de Barcelos tem vindo a reforçar as verbas orçamentais disponíveis, tendo sido em 2017 o município da NUTIII que mais despesa efetuou nesta área.

**Quadro 26** - Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção do ambiente

2017	Receitas (milhares de euros)				Despesas (milhares de euros)			
	Total	Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e da paisagem	Outros	Total	Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e da paisagem	Outros
Portugal	280 679	271 965	7 373	1 341	630 213	451 227	164 064	14 923
Continente	265 938	258 228	6 411	1 298	601 257	430 246	156 433	14 578
Norte	80 088	78 352	1 267	469	173 119	131 572	36 828	4 719
Cávado	4 375	4 169	69	136	9 589	6 139	2 781	668
Amares	254	234	17	3	624	516	101	7
Barcelos	1 854	1 824	31	0	3 188	2 752	115	322
Braga	24	0	8	16	2 036	0	2 036	0
Esposende	1 609	1 492	0	117	2 291	1 725	227	339
Terras de Bouro	35	35	0	0	357	228	129	0
Vila Verde	598	584	14	0	1 092	919	174	0

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Tendo em conta que a gestão ambiental em Barcelos é efetuada pelo próprio município, e atendendo aos valores envolvidos na despesa e na receita gerada pela gestão de resíduos, o retorno efetivo para o Município, ao nível económico e social, justifica só por si o investimento efetuado.

### 6.4.1. Áreas verdes

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM), demarcada na Carta de Ordenamento II, corresponde ao conjunto das áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos.

A estrutura ecológica municipal (EEM) que compreende a EE Fundamental, a EE Integrada e a EE Urbana, ocupa atualmente 72,30% do território municipal, sendo que 56,28% correspondem à estrutura ecológica fundamental. (SIG municipal)

De acordo com o artigo 19º do Regulamento do PDM de Barcelos, a estrutura ecológica fundamental integra os sistemas ecológicos fundamentais cuja preservação é indispensável ao funcionamento sustentável do território, designadamente:

- a) Reserva Ecológica Nacional;
- b) Reserva Agrícola Nacional;
- c) Domínio Hídrico.

Relativamente às áreas verdes públicas, ocupam uma área de 69,5 *ha* (SIG municipal), resultado do somatório do espaço verde de utilização coletiva, do espaço verde misto e do espaço verde de enquadramento, conforme identificados nos elementos do Plano. Estas áreas verdes encontram-se maioritariamente na cidade e envolvente urbana de Barcelos.

A falta de dados relativamente aos espaços verdes públicos disponíveis por freguesia condicionou o cômputo geral dessa taxa.

Assim, tendo como referência a população em 2017, os valores de capitação dos espaços verdes no concelho são aproximadamente de 6 m<sup>2</sup>/hab.

**Quadro 27 - Capitação dos espaços verdes em 2011**

Indicadores	Estrutura Verde	
	Principal	Secundária
Capitação recomendada pela DGOTDU (Magalhães, 1992)	20 m <sup>2</sup> /hab	10 m <sup>2</sup> /hab
População total do município (Censos 2011)	120391	
Total (m <sup>2</sup> )	694630	
Capitação (m <sup>2</sup> /hab)	5,77	
Défice (m <sup>2</sup> /hab)	14,23	4,23

Fonte: INE, Censos 2011 e CMB

**Quadro 28 - Capitação dos espaços verdes em 2017**

Indicadores	Estrutura Verde	
	Principal	Secundária
Capitação recomendada pela DGOTDU (Magalhães, 1992)	20 m <sup>2</sup> /hab	10 m <sup>2</sup> /hab
População total do município (2017)	117007	
Total (m <sup>2</sup> )	694630	
Capitação (m <sup>2</sup> /hab)	6,00	
Défice (m <sup>2</sup> /hab)	14,00	4,00

Fonte: INE, Estimativas anuais 2017 e CMB

A área verde pública identificada está muito aquém das recomendações existentes (DGOTDU), no entanto, os espaços verdes públicos disponíveis no concelho de Barcelos ocupam uma área bastante superior à que foi possível contabilizar, uma vez que não se encontram identificados e cartografados individualmente no SIG municipal.

#### 6.4.2. Valores e recursos florestais

O espaço florestal ocupa 32,1% do território de Barcelos.

No PDM de 1995 e de acordo com o relatório de caracterização biofísica e ambiental, elaborado em 2005, que serviu de base para elaboração do PDM em 2015, a área florestal ocupava 142 km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 38% do território do concelho.

A perda de espaço florestal neste período temporal corresponde sensivelmente a 6% de todo o território concelhio, resultado do afinamento da identificação deste tipo de espaço, bem como das alterações entretanto ocorridas a nível dos povoamentos florestais do concelho.

Desde 2015, arderam em Barcelos 2307,35ha de área florestal, entre matos e floresta arborizada.

Este problema estrutural ter-se-á devido sobretudo à continuidade e monoespecificidade da arborização no território o que proporciona uma perigosa combinação do perigo e risco de incêndio.

**Quadro 29 - Área florestal ardida no período de 2015 a 2018 (ha)**

Ano	Matos	Floresta	TOTAL
2015	28,85	100,85	129,70
2016	295,53	1573,70	1869,23
2017	16,43	109,44	125,87
2018	61,98	120,57	182,55
<b>TOTAL</b>	<b>402,79</b>	<b>1904,56</b>	<b>2307,35</b>

Fonte: Gabinete Técnico Florestal - CMB

Conforme se observa nos dados fornecidos pelo Gabinete Técnico Florestal, o concelho de Barcelos foi, durante o período temporal em análise, fortemente atingido pelo flagelo dos incêndios florestais.

Nesse sentido, por forma a responder eficazmente ao problema, o Município adotou a prática da prevenção de incêndios florestais, tendo para isso criado algumas medidas específicas:

- Com a entrada em vigor da Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, diploma que alterou o DL n.º 124/2006, de 28 de junho, foi necessário proceder-se à alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal, de acordo com a alínea b), do n.º1, do artigo 121º, do Dec. Lei 80/2015, de 14 de maio, transpondo para o instrumento territorial em causa, as regras previstas no PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios), aprovado pela entidade da tutela ICNF, em 25/05/2016, em matéria de restrições à edificação;
- Por outro lado, em 2018, o município procedeu à criação de várias equipas multidisciplinares de sensibilização florestal, junto dos munícipes, prestando-lhes os esclarecimentos devidos, fiscalizando e monitorizando as intervenções de redução da perigosidade de incêndio florestal, medidas que visam diminuir o risco de incêndio;
- Quanto à beneficiação da rede de caminhos florestais e pontos de água, que tem vindo a ser executada por empresas externas, é uma área em que o Município continua a investir fortemente, sendo previsível a aquisição de uma bulldozer, que permitirá intervir nos espaços florestais com mais segurança e com melhor mobilidade, não só no arranjo de caminhos como, também, nas situações de incêndios, para efetuar combate indireto nas ações de consolidação do rescaldo;

**Quadro 30** - Informação estatística de DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios)

Ano	Gestão de combustível (ha)	N.º de pontos de água beneficiados	N.º de pontos de água construídos	Manutenção da rede viária (km)	Construção da rede viária (km)	Rede primária delimitada nos PROF e executada (ha)	Total de primária executada (ha)
2010	14.3	6	0	45.3	0	0	0
2011	12.9	6	0	31.5	0	0	0
2012		3		26.3			
2013		2		29.3			
2014	28	7		37.5			
2015	111.2	4	0	27.5	0	0	0
2016	93.6	3	0	24.8	0	0	0
2017	104.5	3	0	20.7	0	0	0
2018	170	2	1	30	0	0	0

Fonte ICNF, I.P.

- Em 2018 foi construído um novo ponto de água na União de Freguesias de Quintiães e Aguiar em terreno cedido gratuitamente ao domínio público por um proprietário local, que permitirá o abastecimento dos helicópteros de qualquer tipo e os veículos de bombeiros, tendo em vista uma melhor resposta ao combate direto numa área de mais de 5000 hectares de floresta praticamente contínua;
- Sendo o Concelho de Barcelos, de entre os do Distrito, um dos três primeiros onde o risco de incêndio é maior, com zonas de enorme vulnerabilidade e classificadas de perigosidade alta e muito alta enquadráveis nos critérios do concurso para o chamado Lote2, foi decidido habilitar a Associação Florestal do Cávado a poder concorrer a uma equipa de sapadores florestais a que foi dada a identificação SF-09-112 BARCELOS, estando neste momento em fase de conclusão o concurso de admissão de pessoal e respetiva formação. A existência destas duas equipas permitirá agilizar o processo de silvicultura preventiva e gestão de faixas de combustível que seja necessário executar.

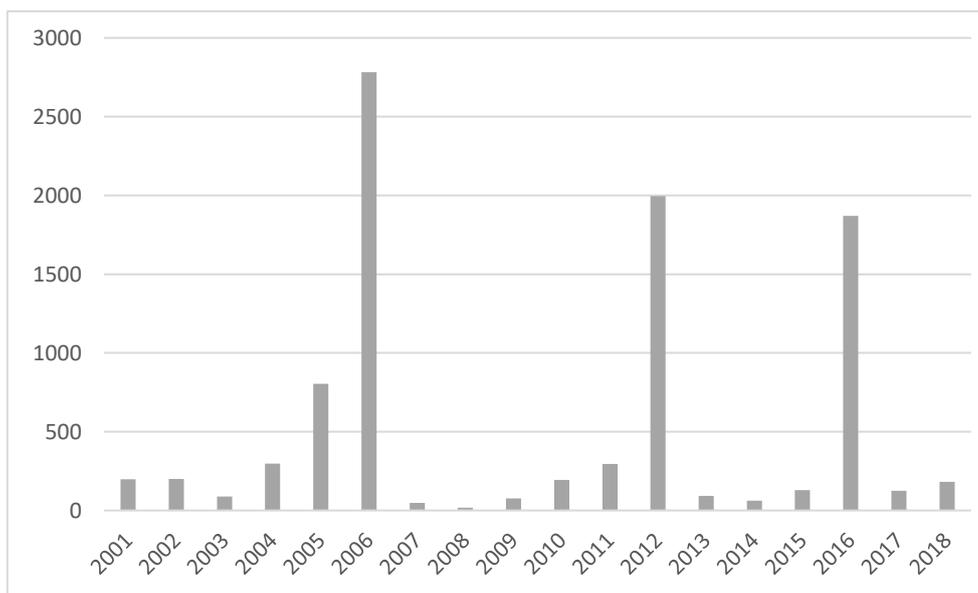
No que respeita a áreas florestais reflorestadas, apesar de existirem por todo o território intervenções pontuais em propriedades particulares, o município não possui informação sistematizada sobre as ardidas que foram requalificadas ambientalmente, pelo que não se encontram contabilizadas.

**Quadro 31 - Informação estatística de fogos florestais**

Ano	Nº de ocorrências	Área ardida total (ha)	Nº de ocorrências <10ha	Eficácia (%)	Área ardida ocorr <10 ha	Potencial de perda (ha)	FWI médio	Duração média (horas)	Causas intencionais (%)
2001	358	198,9	355	99	102,86	31,9		1,5	0
2002	453	200,7	451	99	153,67	23,4	22,8	1,8	0
2003	508	88,5	508	100	88,52	0	20,8	1,3	100
2004	593	296,3	588	99	116,34	35,9	20,7	1,4	0
2005	566	804,7	561	99	178,73	124,9	22,9	1,8	100
2006	372	2781,7	367	98	125,18	530,2	26,2	2,2	0
2007	264	48,5	264	100	48,53	0	17,9	1,2	0
2008	92	18,3	92	100	18,35	0	13,3	1,3	0
2009	218	76,2	217	99	65,21	10,9	21,7	1,5	0
2010	270	194,4	267	98	95,04	33	25,5	2,2	0
2011	347	294,9	339	97	141,97	19,1	23,6	1,7	0
2012	190	1996,5	187	98	96,03	631,4	15,4	1,9	0
2013	216	91,6	216	100	91,63	0	23,5	1,3	0
2014	71	62,9	68	95	17,68	15	15	1,6	0
2015	144	129,7	140	97	68,14	15,4	17,4	1,9	0
2016	159	1869,2	155	97	79,21	446,4	28,4	4,7	0
2017	181	125,9	177	97	57,88	17	15,7	2,1	0
2018	180	182,2	175	97	62,82	23,8	15	2,7	0

Fonte: ICNF, I.P.

A área percorrida por incêndios durante o período compreendido entre os anos de 2015 a 2018 foi de 2307,35ha , sendo que o ano 2016 equivale a 81% de toda a área ardida, pelo que foi considerado um ano completamente atípico no período de referência, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

**Gráfico 12 - Área total (ha) no concelho de Barcelos**


Fonte: CMB

### 6.4.3. Recursos Hídricos

No quadro da especificidade das bacias hidrográficas, dos sistemas aquíferos nacionais e das bacias compartilhadas com Espanha, verifica-se a delimitação das seguintes regiões hidrográficas (RH) com incidência territorial sobre o município de Barcelos:

- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGRH) que integram a Região Hidrográfica 1 (RH1) – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Declaração de Retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro;
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGRH) que integram a Região Hidrográfica 2 (RH2) – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Declaração de Retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro;

O vale do Rio Cávado desenvolve-se na área central do concelho onde ocupa uma extensa área territorial, sendo limitado a Norte e a Sul por superfícies acidentadas que separam as bacias hidrográficas.

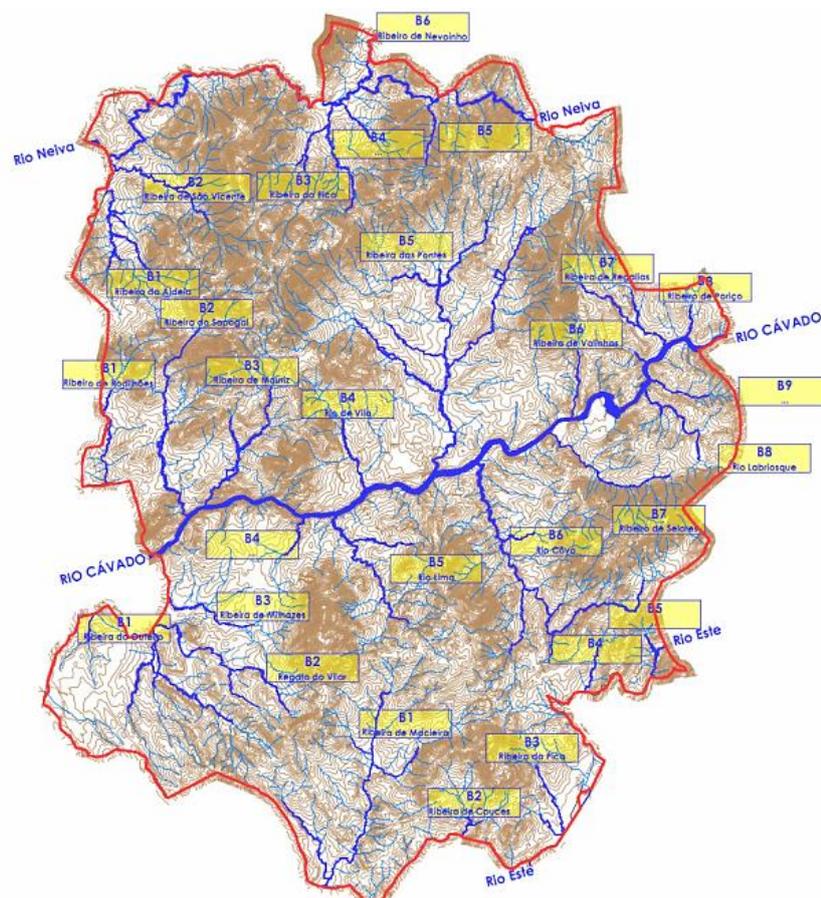
A nível hidrográfico, o território é atravessado por três rios no sentido nascente-poente.

O Rio Cávado, principal curso de água do concelho, possui um caudal substancial, revelando em algumas zonas estrangulamentos ligeiros. À medida que se aproxima da foz, em Esposende, a largura fluvial expande-se consideravelmente.

O concelho é ainda atravessado a norte pelo Rio Neiva e na extremidade sudeste pelo Rio Este, afluente do Rio Ave. Estes são rios de menor expressão na sua passagem pelo concelho.

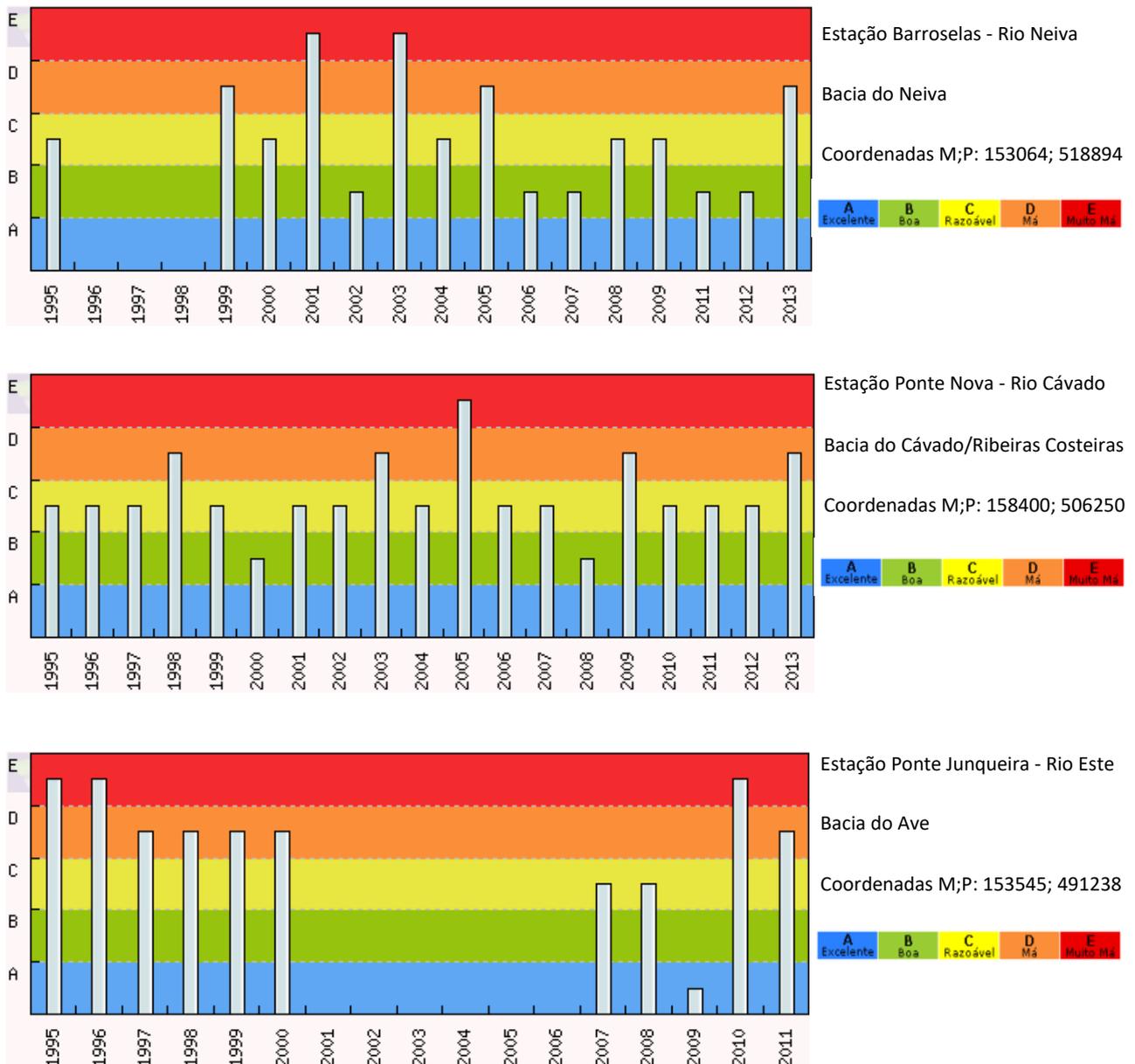
Desta forma, a densa rede formada pelos cursos de água existentes no concelho, quer superficiais quer subterrâneos, organizada fundamentalmente, em função do Rio Cávado, constitui um considerável património natural que estrutura e organiza toda a distribuição espacial do território.

**Figura 6 - Leitões dos cursos de água no concelho de Barcelos**



Relativamente à qualidade das águas superficiais existentes, o concelho de Barcelos apresenta uma grande variação nos dados recolhidos pelas estações de monitorização existentes.

**Gráfico 13** - Qualidade da água superficial nos rios Neiva, Cávado e Este



Fonte: SNIRH-INAG

De acordo com os dados do SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos), à exceção do rio Este que apresenta uma água superficial tendencialmente má, as outras estações tanto em Barrocelas no rio Neiva, como a de Barcelos, no rio Cávado registaram durante o período disponível uma média tendencialmente Razoável.

Os dados disponíveis pelo SNIRH-INAG não permitem analisar a qualidade da água de 2013 até à data atual, no entanto, a oscilação verificada ao longo dos anos, permite afirmar que a proteção da qualidade da água não está garantida, pelo que são necessárias medidas que consolidem uma estratégia de preservação e conservação dos leitos e margens dos rios.

**Quadro 32 - Massas de água superficiais, e classificação do estado e classes de qualidade, 2013-2015, comparada e desagregada por NUT's**

Unidade: N.º											
	Estado/potencial ecológico					Estado químico			Estado global		
	Desconhecido	Mau	Mediocre	Razoável	Bom ou superior	Desconhecido	Insuficiente	Bom	Desconhecido	Inferior a bom	Bom e superior
Continente	13	67	201	552	972	1343	27	435	12	825	968
Norte	5	13	49	124	318	377	9	123	6	187	316
Cávado	0	1	10	14	22	36	2	9	0	26	21
Amares	0	0	1	1	1	1	0	2	0	2	1
Barcelos	0	0	4	9	6	14	1	4	0	14	6
Braga	0	0	6	4	2	9	0	3	0	10	2
Esposende	0	0	2	4	2	4	1	3	0	7	1
Terras de Bouro	0	0	1	1	11	11	0	2	0	2	11
Vila Verde	0	1	0	3	5	6	0	3	0	4	5

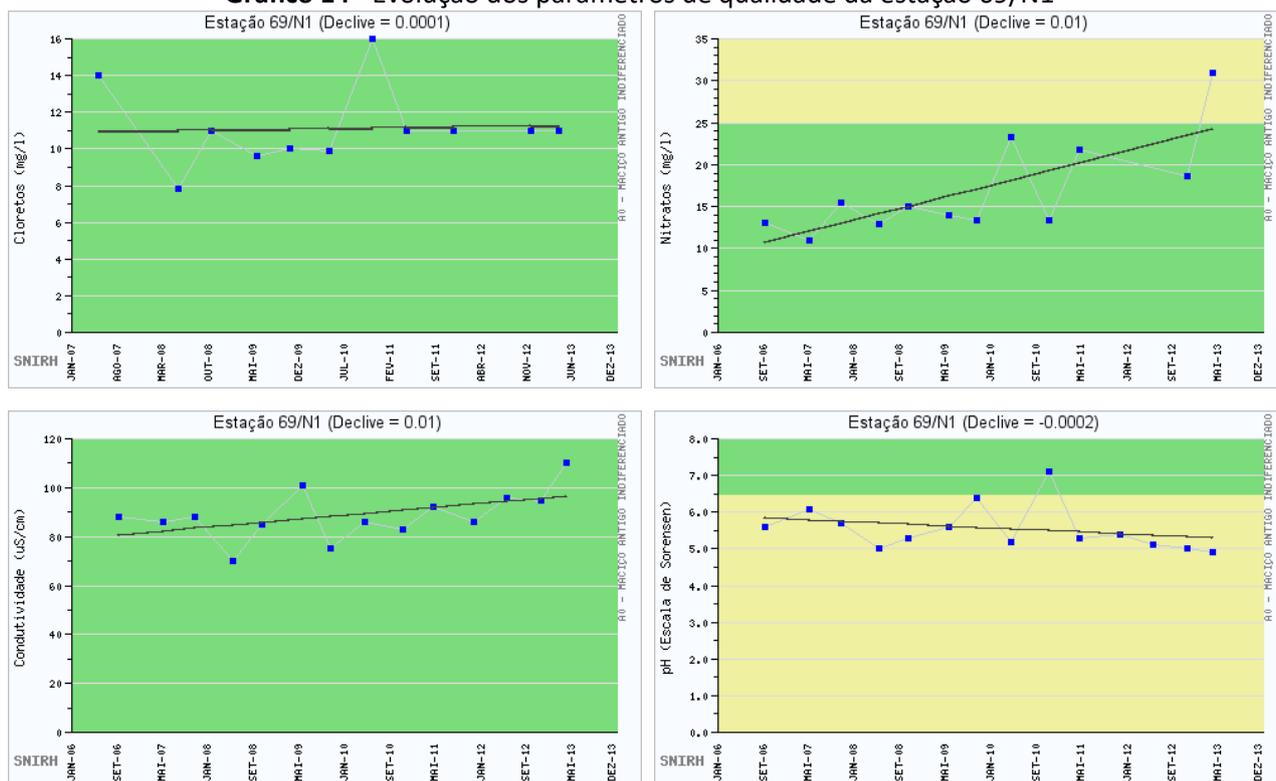
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Assim, atendendo ao quadro 33, entre 2013-2015, apenas 26,5% das massas de água do Concelho encontravam-se com bom estado químico. Relativamente ao estado e potencial ecológico das massas de água, a proporção sobe para 31,6%.

À exceção do concelho de Amares que apresenta bom estado químico das águas, com valores superiores a 90% (quadro 33) todos os demais concelhos que integram a unidade territorial NUTIII, apresentam poucos resultados, demonstrando que a poluição continua a afetar com gravidade as massas de água existentes, com as devidas repercussões na qualidade de vida da sociedade civil.

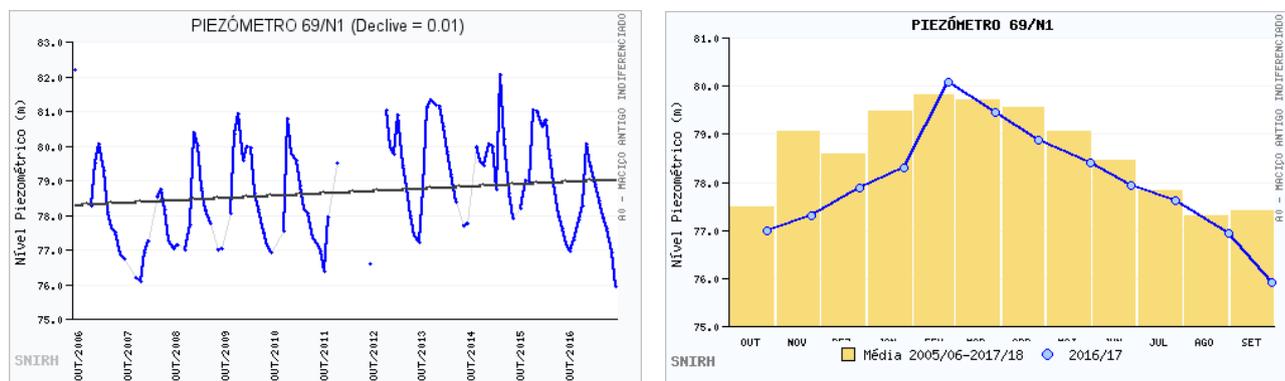
No que respeita à qualidade das águas subterrâneas, a única estação cuja finalidade é o abastecimento público está localizada na freguesia de Midões. Apesar de se encontrar inativa e as análises existentes reportarem ao ano de 2013, conseguem-se observar evoluções tendenciais das leituras, com um progressivo aumento dos valores analisados, com exceção do pH, que diminui.

**Gráfico 14 - Evolução dos parâmetros de qualidade da estação 69/N1**



Desde 2006, os valores dos vários parâmetros analisados estão abaixo dos Valores Máximos Recomendáveis (VMR) indicando que estão em conformidade com a norma de qualidade de água para consumo humano, com exceção do pH, cujos valores estão abaixo do intervalo 6,5-8,5.

**Gráfico 15** - Quantidade de água subterrânea da estação 69/N1



Fonte: SNIRH-INAG

Em termos de disponibilidade de águas subterrâneas, segundo dados do SNIRH, tanto a superfície piezométrica no sistema aquífero como a profundidade média do nível de água têm-se mantido relativamente constantes desde 2006 (gráfico 15).

Relativamente à promoção e requalificação dos recursos hídricos, o município tem desenvolvido e aplicado o seguinte conjunto de programas, medidas e intervenções:

#### 2013

- Projeto de Valorização estratégica do Rio Cávado e desenvolvimento das Potencialidades Endógenas;
- Candidatura à Autoridade de Gestão do ON2, Operação Norte-09-0230-FEDER-000054-Aqua Cávado.

#### 2015

- O Município associou-se ao “Projeto Rios” (projeto nacional que visa a participação da população na conservação, proteção e valorização dos espaços fluviais) como parceiro, financiando a aquisição do Kit didático para os primeiros 15 grupos inscritos, bem como a formação de monitores para os primeiros 30 inscritos;
- Colaboração com a CIM-Cávado no projeto “Dias Viver a Água”- projeto orientado para a sensibilização, conservação e valorização do património natural contido nas faixas ribeirinhas dos Rios Cávado e Homem. - 2015, 2016, 2018 e 2019;
- Projetos direcionados para a população como a descida do rio Cávado em canoa e caminhadas pelas margens do rio Cávado e Neiva – 2016.

#### 2016

- Colaboração com a CIM-Cávado no Workshop: “A Preservação das margens ribeirinhas e Invasoras”;
- Sessão de esclarecimento sobre a limpeza e desobstrução de linhas de água, com representante da APA;
- Projeto “Reabilitação e Valorização Ambiental do Rio Cávado - Frente Ribeirinha de Barcelos” (cerca de 4km de intervenção);
- Plano de limpeza e remoção de espécies invasoras em toda a extensão no rio Cávado.

2017

- Palestras e workshops sobre a limpeza de rios e ribeiras, bem como sobre a reabilitação fluvial com técnicas de engenharia natural.

2018

- Os presidentes das câmaras municipais de Barcelos e Esposende assinaram uma Carta de Intenções para preservar e valorizar o rio Cávado;
- Projeto “Barcelos Cuida do Rio” - através de um passeio interpretativo de barco no rio Cávado, pretende-se dar a conhecer o trabalho que o município tem vindo a realizar para a remoção das espécies exóticas invasoras.

2019

- Colaboração com a CIM-Cávado na “Palestra Agricultura e Vizinhança”, abordando temas como a gestão de efluentes pecuários e limpeza de leitos e margens de cursos de águas públicas.

#### 6.4.4. Qualidade ambiental

A conservação e gestão da integridade do ambiente está intrinsecamente associada às questões de gestão e monitorização como o tratamento dos resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído.

**Quadro 33** - Indicadores de ambiente, 2013-2015, 2016 e 2017, comparada e desagregada por NUT's

	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) por 100 mil habitantes	Associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes	Despesas dos municípios por 1000 habitantes		Resíduos urbanos recolhidos por habitante	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro	Água distribuída por habitante	Águas residuais drenadas por habitante	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	Proporção das massas de água com bom estado químico	Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico				
			Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e da paisagem										kg	%	m <sup>3</sup> /hab.	%
			N.º	€													
			2017		2016						2013-2015						
Portugal	1	22	43 807	15 928	474	17	47,0	x	x	x	x	x	x				
Continente	1	22	43 897	15 961	472	16	48,0	62,6	70,2	96,2	84,7	32,3	53,9				
Norte	1	4	36 748	10 286	432	14	46,0	43,4	58,6	93,7	76,0	28,7	62,5				
Cávado	∅	1	15 184	6 879	415	16	73,0	41,5	71,9	93,8	85,1	32,7	46,8				
Amares	0	0	28 413	5 546	383	17	60,0	37,6	39,8	98,0	40,0	91,1	33,3				
Barcelos	0	0	23 450	977	405	7	93,0	27,6	68,6	93,0	69,0	26,5	31,6				
Braga	0	0	0	11 231	411	22	58,0	51,4	90,2	100,0	99,0	23,5	16,7				
Esposende	3	11	50 785	6 689	604	12	93,0	49,3	64,9	100,0	77,0	51,7	25,0				
Terras de Bouro	15	28	34 901	19 782	374	18	55,0	70,7	72,4	93,0	27,0	14,8	84,6				
Vila Verde	0	0	19 534	3 694	338	25	64,0	29,7	27,6	64,0	31,0	43,3	55,6				

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

O quadro anterior faz uma síntese do diagnóstico ambiental de Barcelos.

Relativamente a organizações não governamentais do ambiente (ONGA) não há qualquer registo de atividade em Barcelos, o que demonstra que o tema ambiental, os seus problemas e as indispensáveis preocupações, ainda não está devidamente incutido e estimulado na sociedade civil, apesar das contínuas ações de esclarecimento desenvolvidas pelo município junto das escolas do concelho.

No que concerne ao tipo de tratamento e destino final dos resíduos urbanos (RU) recolhidos no concelho desde 2002, refere-se que os RU provenientes da recolha indiferenciada têm como destino final o aterro e os RU provenientes da recolha seletiva destinam-se à reciclagem (INE, s.d.).

De acordo com o previsto no artigo 59º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, o serviço de gestão de resíduos urbanos considera-se disponível desde que o equipamento de recolha indiferenciada se encontre instalado a distância inferior a 100m do limite do prédio e a entidade gestora efetue uma frequência de recolha que salvguarde a saúde pública, ambiente e qualidade de vida dos cidadãos, cujos critérios são definidos em regulamento pela entidade titular, sendo o limite aumentado para 200m em áreas predominantemente rurais.

Dando cumprimento ao referido Decreto-Lei, desde 2015 até 2018, o Município de Barcelos apresenta uma taxa de cobertura de 69% dos alojamentos com disponibilidade do serviço de gestão de resíduos urbanos.

Embora a maioria das freguesias do concelho sejam classificadas como mediantemente urbanas, na realidade verifica-se uma grande dispersão dos alojamentos, o que dificulta o cumprimento da distância definida na legislação.

De acordo com informação dos serviços, e considerando aceitável a distância de 200m (distância similar à estabelecida no diploma para áreas predominantemente rurais) desde o equipamento de deposição ao alojamento, o Município de Barcelos apresenta uma taxa de cobertura de 95% dos alojamentos com disponibilidade do serviço de gestão de resíduos urbanos.

**Quadro 34 - Resíduos urbanos por tipo de recolha e tipo de destino, 2016, comparada e desagregada por NUT's**

Unidade: t								
	Resíduos urbanos recolhidos			Resíduos urbanos geridos				
	Total	Tipo de recolha		Total	Tipo de destino			
		Indiferenciada	Seletiva		Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial
<b>Portugal</b>	4 897 261	4 084 124	813 137	4 648 312	2 184 908	949 692	813 608	700 104
<b>Continente</b>	4 640 192	3 891 452	748 740	4 398 248	2 114 074	824 678	796 762	662 733
<b>Norte</b>	1 552 290	1 329 273	223 016	1 556 034	709 371	323 243	291 084	232 335
<b>Cávado</b>	168 374	140 920	27 455	168 121	122 960	0	28 345	16 816
<b>Amares</b>	6 987	5 821	1 166	6 985	4 196	0	2 056	733
<b>Barcelos</b>	47 790	44 458	3 332	47 973	44 774	0	212	2 987
<b>Braga</b>	74 613	58 485	16 128	74 359	43 436	0	21 019	9 903
<b>Esposende</b>	20 522	18 068	2 455	20 360	18 901	0	146	1 313
<b>Terras de Bouro</b>	2 471	2 035	436	2 472	1 365	0	754	353
<b>Vila Verde</b>	15 991	12 053	3 938	15 972	10 287	0	4 158	1 527

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

De referir que não é efetuada qualquer valorização energética dos RU recolhidos. Contudo cerca de 2987 toneladas são recicladas, o equivalente a 7% da totalidade dos RU recolhidos.

Apesar do grande potencial do concelho relativamente ao possível aproveitamento dos resíduos agroflorestais, não existe investimento na valorização dos mesmos.

Em relação à evolução da qualidade do ar, não existem dados para o concelho, visto que as estações de monitorização mais próximas se localizam em Braga, não tendo sido até à data, efetuada qualquer campanha de medição.

Contudo, o Relatório n.º 6 dos Estudos de Caracterização que acompanham o Plano aprovado em 2015, revela que as principais fontes de poluição atmosférica são essencialmente as indústrias e os veículos automóveis.

No concelho de Barcelos existem várias atividades com potencial de geração de poluição, nomeadamente associada à agricultura e à indústria. A utilização de agroquímicos nas produções agrícolas intensivas e os efluentes não tratados das explorações pecuárias contribuem para a acidificação do solo e forte contaminação dos recursos hídricos (ENEPAI - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais).

Segundo o Relatório do Espaço Rural da revisão do PDM “é hoje reconhecido que grande parte das explorações bovinas não dispõem de área de cultura suficiente para a absorção dos efluentes que produzem, carecendo de soluções de tratamento para exportação e/ou eliminação dos mesmos”.

Destaca-se a existência do Aquífero Livre de Esposende/Vila do Conde, classificado como Zona Vulnerável nº1, e que abrange cerca de 18% do território de Barcelos, a sudoeste, especialmente vulnerável à poluição difusa proveniente da agricultura (Relatório Barcelos 2020, 2011).

A atividade industrial no concelho, associada ao setor têxtil, madeira, cerâmica e construção, apresenta um risco de contaminação resultante das águas residuais com resíduos sólidos, óleos usados e emissões atmosféricas (Relatório Síntese do PDM).

A maior concentração de atividades do setor secundário ocorre na faixa em torno do vale do Cávado, em correspondência com as freguesias mais urbanizadas, o que pode significar uma maior pressão sobre os meios recetores desta zona.

Para além deste tipo de poluição, os níveis baixos de qualidade da água superficial também derivam da existência de atividades domésticas, industriais e agropecuárias, cujos efluentes não são tratados (Relatório Síntese do PDM).

A principal fonte de ruído no concelho de Barcelos é o tráfego rodoviário, associado a vias estruturantes. A atividade industrial, apesar de menos significativa em termos de ruído, também é considerada por relevante.

De acordo com a Avaliação Ambiental Estratégica, que acompanha o PDM em vigor, cerca de 75% da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com zonas sensíveis ( $L_{den} < 55$  dB(A) e  $L_n < 45$  dB(A)), 95% da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com zonas mistas ( $L_{den} < 65$  dB(A) e  $L_n < 55$  dB(A)) e 5% da população está em locais com níveis sonoros incompatíveis com zonas mistas, considerando ambos os descritores.

Genericamente, no que concerne às medidas de mitigação da poluição, desde 2015 o município de Barcelos procedeu à implementação das seguintes ações:

- No ano de 2015 foi elaborado o Plano de Ação para a Prevenção de Resíduos produzidos no concelho de Barcelos, designado PAPERSU, que visa seguir a política de resíduos urbanos em Portugal Continental mencionada no PERSU 2020 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos);
- O PAPERSU Barcelos define as ações desenvolvidas e a desenvolver no âmbito da gestão de resíduos urbanos, em articulação com as metas definidas no Plano de Ação do sistema multimunicipal a que pertence, ou seja, o PAPERSU Resulima;
- Efetuou-se uma redução da frequência de recolha de resíduos urbanos em algumas freguesias, passando de recolha diária para três vezes por semana, contribuindo claramente para uma redução das emissões de gases com efeito de estufa;
- Foi disponibilizado o serviço de recolha de Monstros ao domicílio, de forma gratuita, diminuindo o abandono destes resíduos e consequentemente a existências de pequenas lixeiras a céu aberto no Concelho de Barcelos;
- De forma a consciencializar os cidadãos na necessidade de respeitar as prioridades no que se refere às opções de prevenção e gestão de resíduos, são realizadas ações de sensibilização ambiental tendo um papel importante na formação dos cidadãos, no sentido de inverter o aumento da deposição de

resíduos em aterro, reduzindo a produção de RU com a promoção da separação de resíduos para a reciclagem;

- Entre 2015 e 2018 a Resulima e o Município de Barcelos, procederam ao aumento do n.º de ecopontos distribuídos no Concelho, passando de 367 para 465, respetivamente, de forma a fomentar a prática de separação de resíduos, melhorar a acessibilidade física do serviço e diminuir a deposição de RU em aterro;
- No ano de 2018 a Resulima em colaboração com o Município de Barcelos implementou a recolha dedicada ao comércio, sendo um serviço que se baseia na recolha porta a porta de papel/cartão e embalagens, também com o objetivo de aumentar as taxas de reciclagem do Concelho e diminuir a quantidade de resíduos depositados em aterro, sendo esta a última opção na hierarquia dos resíduos;

#### 6.4.5. Alterações climáticas

Não sendo uma área enquadrada nos estudos do PDM aprovado, as alterações climáticas são uma preocupação emergente adotando dimensões que exigem uma atuação coerente e assertiva no território, no sentido da sua adaptação, e resiliência aos fenómenos extremos previstos.

Assim, entende-se oportuno elencar os dados disponíveis sobre as áreas temáticas cuja ação influi direta e indiretamente na capacidade do território se adaptar às alterações climáticas, bem como os riscos e oportunidades relevantes para essa análise.

Estas mudanças passam pela alteração de comportamentos da sociedade em geral de forma a adotar comportamentos e medidas que reduzam o efeito da emissão de gases na atmosfera.

Apesar de não existirem dados para determinar as emissões de GEE (Gases com efeito de estufa), estima-se que o setor industrial é um dos principais emissores de GEE (Relatório Síntese do PDM), logo seguido do setor agrícola, que apresenta entre 2015 e 2017 um aumento significativo no consumo de energia elétrica (Kwh) de cerca de 246%.

**Quadro 35** - Consumo anual de energia elétrica (kWh) por Tipo de consumo, no concelho

	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Iluminação interior de edifícios do Estado
	kWh	kWh	kWh	kWh	kWh	kWh	kWh
2017	434901574	132268468	85549284	176729572	18531438	15528075	6294737
2016	436867200	139030341	85542680	184469163	4960678	15656614	7207724
2015	423388138	123558899	104469682	162892957	5348749	16018586	11099265

Fonte: INE, Estimativas anuais 2015, 2016 e 2017

Destaca-se, ainda o aumento de cerca de 7% no consumo de energia elétrica para fins domésticos entre 2015 e 2017.

O transporte individual (TI), por ser o modo mais usado em deslocações é também um potencial emissor de GEE, tendo aumentado a sua utilização cerca de 25% no período intercensitário 2001 e 2011, passando de cerca de 40% em 2001 para 65% em 2011.

Segundo dados do Relatório n.º 6 dos Estudos de Caracterização do PDM em vigor, Barcelos tem potencial de aproveitamento de fontes de energia renováveis, nomeadamente, solar e biomassa.

De acordo com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano, os dados relativos às unidades de microprodução de eletricidade, a partir de energia solar, cresceram em número de unidades e na potência injetada na rede do município.

Sobre o aproveitamento da energia eólica, até à data não foi possível obter dados sobre o seu potencial de aproveitamento.

Programas, medidas e iniciativas municipais para a promoção da utilização de fontes de energia renovável:

- Sessões de esclarecimentos sobre eficiência energética nos estabelecimentos escolares e IPSS, promovidas pelo Gabinete de Ambiente;
- Eficiência energética na iluminação pública do Cávado – Município de Barcelos;
- Concurso + exposição “Energias Renováveis” dirigido à população, com o objetivo de elaborar uma maquete com recurso à utilização das energias renováveis – 2015, 2016, 2017.

No que se refere à biomassa florestal, dados da Estratégia Municipal Barcelos 2020 (2011), evidenciam o potencial de aproveitamento dos recursos florestais face à dimensão das manchas florestais com maior presença na zona norte do concelho.

Apesar de não haver dados sobre a sua exploração, os recursos florestais e agrícolas são potenciais sumidouros de carbono e componentes a considerar na compensação das emissões de GEE. Salienta-se que estas manchas florestais apresentam grande monoespecificidade, o que aumenta a combustibilidade e, por sua vez, o risco de incêndio (Relatório Síntese do PDM).

No domínio da eficiência energética, desde 2010 que o município tem desenvolvido iniciativas associadas à Semana Europeia da Mobilidade, à Semana Europeia das Energias Sustentáveis e à Hora do Planeta.

Analisando-se a tabela do consumo de energia por tipo de consumo, entre 2015 e 2017, destaca-se uma redução abrupta do consumo da iluminação interior de edifícios do estado, na ordem dos 43%.

Em relação à iluminação das vias públicas observa-se uma tendência na redução do consumo, decorrente da substituição da iluminação existente por iluminação LED, tendo baixado 3% desde 2015.

Atendendo a que cerca de 19% do território de Barcelos corresponde aos ecossistemas da REN - áreas de máxima infiltração e zonas ameaçadas pelas cheias - entende-se necessário analisar a evolução ocorrida desde 2015, nestas áreas altamente sensíveis, em termos ambientais.

**Quadro 36 - Áreas da REN por ecossistema**

Ecosistema	REN (ha)	% face à área total do Concelho
Leitos de cursos de água	897,8	2,3%
Zonas ameaçadas pelas cheias	28,9	0,1%
Cabeceiras das linhas de água	3904	10,3%
Áreas de máxima infiltração	6100	16,1%
Ínsuas	1,1	0%
Áreas com risco de erosão	1385	3,7%
Cabeceiras das linhas de água + áreas com risco de erosão	2323	6,1%
Áreas de máxima infiltração + Zonas ameaçadas pelas cheias	1070,3	2,8%
<b>Área total do território afeto à REN</b>	<b>15710</b>	<b>41,4%</b>

Fonte: CMB

- Zonas ameaçadas pelas cheias - As zonas ameaçadas pelas cheias compreendem a área contígua à margem de um curso de água que se estende até à linha alcançada pela cheia com período de retorno de 100 anos ou pela maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a cheia centenária. (Anexo III do Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março)

- Áreas de máxima infiltração - Áreas em que, devido à natureza do solo e do substrato geológico e ainda às condições de morfologia do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos. (Anexo III do Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março)

**Quadro 37 –Intervenções em zona de recarga de aquíferos e sujeitas a risco de inundação**

Anos	Áreas de máxima infiltração		Zonas ameaçadas pelas cheias		TOTAL	
	Quantidade (n.º)	Área edific. (m2)	Quantidade (n.º)	Área edific. (m2)	Quantidade (n.º)	Área edific. (ha)
2015	34	27310	5	167	<b>39</b>	<b>2,7477</b>
2016	52	27469	1	148	<b>53</b>	<b>2,7617</b>
2017	23	5671	3	687	<b>26</b>	<b>0,6358</b>
2018	44	13575	1	20	<b>45</b>	<b>1,3595</b>
TOTAL	153	74025	10	1022	<b>163</b>	<b>7,5047</b>

Fonte: CMB

Assim, no que se refere à pressão urbanística efetuada sobre zonas de recarga de aquíferos e sujeitas a risco de inundação, no período decorrido desde 2015, assistimos a um aumento da área edificada de 0,1%, correspondendo a cerca de 7,5ha.

Consequentemente, a redução da área disponível para estes dois ecossistemas particulares da REN, gera inevitavelmente implicações futuras, pelo que a sua monitorização e fiscalização terá obrigatoriamente de se tornar mais previdente e incisiva.

A edificação nestas áreas coloca em risco a segurança da população face a futuros eventos climáticos extremos, bem como o próprio ciclo da água.

## 6.5. MOBILIDADE E TRANSPORTES

### 6.5.1 Planos de Mobilidade

O Plano de Mobilidade Municipal, para 2019, está articulado e sustentado com o Plano de Ação de Mobilidade (em elaboração ao nível da CIM Cávado), pela concretização de investimentos elegíveis no PEDU, nomeadamente com uma aposta forte no transporte público e nos modos suaves, procurando diminuir o transporte individual e regular o respetivo estacionamento em meio urbano.

A estratégia do Município de Barcelos pretende definir linhas de intervenção capazes não só de resolver problemas atualmente existentes, mas sobretudo potenciar soluções com impactos positivos na dinâmica económica do concelho.

A referida estratégia define que o transporte coletivo de passageiros deverá servir e adaptar-se convenientemente às necessidades da população que, atualmente, utiliza o automóvel como meio privilegiado de transporte.

Com estes novos instrumentos ao seu dispor e de acordo com os pressupostos da sustentabilidade aplicados à definição de políticas de desenvolvimento dos municípios e dos atuais sistemas de transporte, a Câmara Municipal de Barcelos tem como principal objetivo orientar as políticas de transporte para a utilização do transporte coletivo em detrimento do modo individual, como é o caso da recente implementação do serviço experimental dos Transportes urbanos de Barcelos, designado como “BarcelosBus”.

Prevê-se a possibilidade de criação de uma rede radial de transporte público, ajustada às necessidades da população. O novo Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), Lei nº 52/2015,

de 9 de junho, abre portas ao estabelecimento de serviços de transporte público, através da elaboração de uma rede aberta à população em geral, com flexibilidade de circuitos, paragens e horários, evitando-se a circulação de veículos vazios e otimizando os recursos existentes.

No que concerne às infraestruturas, pretende-se melhorar os acessos à Central de camionagem, bem como a ligação com a Estação da CP, nas componentes rodoviária, pedonal e ciclável, criando para o efeito um acesso elevado sobre a ferrovia, por forma a transpor a linha férrea.

A estratégia municipal prevê também um conjunto de projetos no âmbito Rede de Ciclovias Urbanas de Barcelos (PEDU) que surgem aqui com uma forte interdependência, na medida em que permitirão alimentar o transporte público e reforçar o papel da ligação de diferentes modos de transporte. A referida rede apresenta-se como um projeto de grande impacto em termos de mobilidade urbana, pensada numa lógica integrada.

No âmbito Rede de Ciclovias Urbanas de Barcelos prevê-se igualmente a execução de uma ciclovias urbana que percorrerá o interior do centro urbano por forma a tornar possível a integração da bicicleta nas deslocações diárias, retirando utilizadores ao transporte individual. A introdução das ciclovias passará pela criação de uma primeira linha que efetuará a ligação entre a Estação da CP e o IPCA, uma vez que se prevê que a eletrificação e modernização da Linha do Minho venha a gerar um aumento de procura do transporte coletivo ferroviário, medidas de relevo para a descarbonização da cidade.

Para além destas intervenções pretende-se igualmente melhorar as condições nas principais paragens de transporte público rodoviário, reforçando a sua função como interfaces complementares na rede de transporte público.

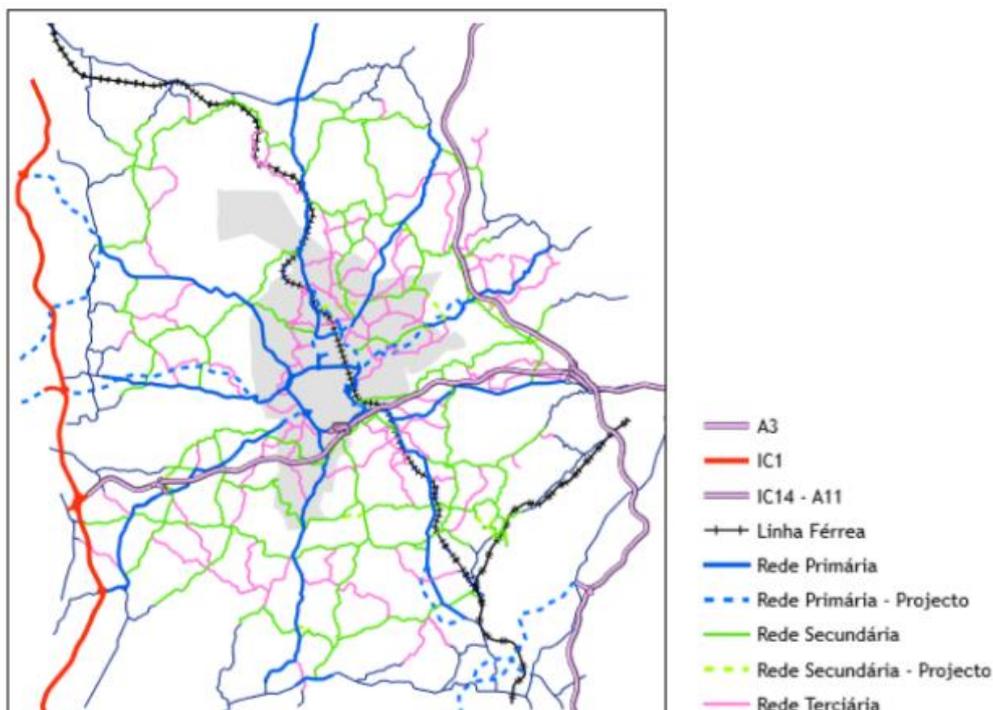
Pretende-se igualmente melhorar as condições de rebatimento das redes de modos suaves nas paragens de transporte público, assegurando o acesso a peões e ciclistas em segurança. Nas paragens que efetuem o cruzamento com a rede ciclável deverão ser disponibilizados lugares de estacionamento para bicicletas.

### **6.5.2. Rede Viária**

A centralidade de Barcelos é afirmada pela inserção numa boa rede de eixos rodoviários estruturantes. Embora os eixos norte-sul, de integração entre a Galiza e a Área Metropolitana do Grande Porto (A3 e A28), tenham um percurso tangencial ao território Municipal, a autoestrada A11 garante a integração neste sistema. Nas ligações rodoviárias inter-concelhias, são ainda de destacar as estradas nacionais EN103 e EN103-1, ligando Barcelos a Braga, Viana e a Esposende, e a EN204, com ligação a Ponte de Lima, a Norte, e a Famalicão, a Sul.

No que respeita às infraestruturas rodoviárias no território do Município, a configuração radial da rede viária complementar e regional, favorece claramente a centralidade da cidade de Barcelos no território, facilitando o atravessamento do território concelhio e a ligação entre as freguesias. A rede viária municipal, que garante as ligações inter-concelhias, corresponde a uma malha densa composta pelas estradas, caminhos municipais e vias de acesso local.

**Figura 7 - Rede Viária proposta pelo PDM de Barcelos (2015)**



Fonte: CMB

Registou-se no período em análise (2015 a 2018) um novo acesso rodoviário, tratando-se do nó de ligação ao Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) pela circular rodoviária de Barcelos (Estrada Nacional 204), em Vila Frescaíña S. Martinho.

Esta intervenção teve uma grande importância devido às dificuldades de acesso ao IPCA pelo excesso de fluxo de tráfego, agravado pela estrutura da rede viária existente, que era estreita, e pelas anomalias ao nível dos passeios, escoamentos de águas pluviais e conservação dos passeios.

Esta intervenção permitiu uma ligação mais direta e mais segura ao Polo Universitário, descongestionando um dos principais acessos à Cidade de Barcelos.

**Figura 8 - Projeto do nó de ligação do IPCA à circular rodoviária**



Fonte: CMB

Tirando esta intervenção, a rede viária do concelho de Barcelos não registou alterações significativas no período em análise, mantendo-se praticamente inalterada face à proposta apresentada pela 1ª revisão do PDM de Barcelos.

### 6.5.3 Rede Transportes

Importa caracterizar a mobilidade através dos movimentos pendulares quotidianos da população, de forma a poder-se identificar lacunas nas redes de transportes.

No que diz respeito aos serviços de transporte público, regista-se um claro domínio do transporte coletivo rodoviário, apesar do concelho de Barcelos ser também servido pelo transporte ferroviário da CP - Comboios de Portugal.

Barcelos é servida pela Linha do Minho dos Comboios Regionais, com ligação ao Porto para sul, a Viana do Castelo, a Valença e à fronteira com a Espanha (Vigo), para norte. A linha do Minho faz ainda a ligação a Braga a partir da estação de Nine, integrando os serviços urbanos do Porto.

A utilização do comboio como principal meio de transporte nos movimentos pendulares é muito pouco significativa, correspondendo a apenas 1,17%.

A estação ferroviária de Barcelos localiza-se a nascente da cidade (em Arcozelo) e a uma curta distância pedonal face ao Centro Coordenador de Transportes, localizada na Central de Camionagem, e ao centro urbano.

Em relação a este meio de transporte, houve uma diminuição da sua utilização no período em análise devido ao nível do serviço prestado pela CP, nomeadamente no que respeita a horários, frequência, ligações e à própria qualidade do material circulante, tornando-o assim num modo de transporte pouco apelativo ou competitivo.

Este modo de transporte não é se apresenta como uma alternativa relevante para o transporte de pessoas e de mercadorias devido a:

- Tempos de percurso que são significativamente superiores às alternativas rodoviárias, seja em transporte individual, seja em transporte coletivo.
- A ligação entre a estação ferroviária de Barcelos e o Centro Coordenador de Transportes, localizado na Central de Camionagem encontra-se por executar, pelo que se torna particularmente desconfortável, e insegura, para os utilizadores.
- Desatualização do material circulante e das infraestruturas físicas como as estações, as quais resultam em condições de conforto pouco atrativas para os passageiros.
- No que diz respeito às viagens de longo curso, designadamente através da ligação ao serviço Alfa Pendular e Intercidades (Braga –Famalicão –Porto –Lisboa), a (des)articulação de horários torna difícil uma viagem integralmente ferroviária Barcelos/ Porto com volta no mesmo dia.
- A situação do transporte ferroviário de mercadorias é condicionada pela falta de ligações ferroviárias ao porto de Viana do Castelo. Apenas a estação de Barcelos garante este tipo de serviços.

O transporte coletivo rodoviário é assegurado por alguns operadores privados que prestam serviços de ligação de carácter intraconcelhio e interconcelhio. Parte destes operadores efetuam ainda serviços de transporte escolar, representando assim um dos meios de transporte público com mais afluência em Barcelos.

O serviço público prestado por estas empresas funciona em regime de concessão de serviço público de transporte, atribuída pela Administração Central, através do IMT.

O número de empresas operadoras de transportes públicos no concelho de Barcelos aumentou no período em análise, passando de 3 em 2014 para 4 em 2019, sendo elas a “Internote”, a “Rede Expresso”, a “Arriva” e a “Transdev”.

Quanto à cobertura da rede de transporte público rodoviário suburbano, considerando um raio de 500 metros em cada paragem e a população abrangida, verifica-se que o concelho de Barcelos apresenta uma cobertura na ordem dos 56,7%.

Em termos de transporte urbano, foi criado este tipo de serviço em 2019, o “BarcelosBus”, que veio colmatar a falha existente neste tipo de transporte, encontrando-se atualmente ainda em fase experimental.

O transporte coletivo representa 18,9% de todos os meios de transporte utilizados em Barcelos.

**Quadro 38** - Percentagem do modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares

Unidades territoriais	2011 (%)
Norte	19
Cávado	17,4
Amares	20,9
Barcelos	18,9
Braga	15,4
Esposende	17,5
Terras de Bouro	28,7
V. Verde	19,6

Fonte: INE, Censos 2011

O automóvel é o meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, representando 62,6% de todos os meios de transporte utilizados.

**Quadro 39** - Percentagem da utilização do automóvel como transporte nas deslocações pendulares

Unidades territoriais	2011 (%)
Norte	62,24
Amares	61,53
Barcelos	62,6
Braga	65,58
Esposende	63,65
Terras de Bouro	51,18
V. Verde	65,38

Fonte: INE, Censos 2011

#### 6.5.4 Acidentes Rodoviários

A segurança rodoviária é um dos fatores que se deve ter em conta quando se planeia uma estratégia de intervenção em matéria de mobilidade.

Desde 2014 o concelho de Barcelos tem vindo a registar um aumento do número de acidentes de viação, excetuando o ano de 2017 em que se registou um pequeno decréscimo. Comparativamente com as unidades territoriais de referência, o concelho apresenta, em 2017, o segundo maior número de acidentes de viação (393), ainda assim muito inferior ao registado em Braga, que aparece em primeiro lugar (658).

**Quadro 40 - Número de acidentes de viação**

Unidades territoriais	Período de referência			
	2017 (n.º)	2016 (n.º)	2015 (n.º)	2014 (n.º)
Norte	12129	11354	11354	10889
Cávado	1482	1376	1376	1246
Amares	84	65	62	64
Barcelos	393	415	378	335
Braga	658	560	606	528
Esposende	133	155	141	140
Terras de Bouro	19	15	26	20
Vila Verde	195	151	163	159

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2014 a 2017

Apesar de a maior parte dos sinistros ter envolvido apenas feridos ligeiros, há que destacar a maior gravidade dos sinistros nas grandes vias lineares urbanas nomeadamente as avenidas Alcaldes de Faria, Dom Nuno Álvares Pereira, São José e Nossa Senhora de Fátima, onde o número de atropelamentos foi significativo, de acordo com os dados constantes no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Importa ainda notar a existência de sinistros, alguns com gravidade, na envolvente a equipamentos de ensino, nomeadamente as Escolas Secundárias de Barcelos e Alcaldes de Faria.

Fora do centro urbano, nas principais vias radiais ao centro do concelho, o número de incidentes registados é menor.

De referir também alguma incidência no número de atropelamentos na zona sul e oeste do núcleo urbano central, apesar de apenas terem resultado atropelamentos de menor gravidade.

### 6.5.5 Redes de Mobilidade Suave

A valorização dos modos suaves, destacando-se a mobilidade através das redes pedonal e ciclável, decorre da aposta na sustentabilidade do sistema de transporte, já que se tratam de modos sem consumo energético e sem emissões de CO<sub>2</sub>, vertida em políticas de transferência modal a partir do transporte individual, mas também enquanto complemento ao transporte público, numa solução multimodal.

Desta forma é importante valorizar a rede ciclável urbana enquanto infraestrutura de suporte e rede de equipamentos de apoio (sobretudo estacionamento), mas sem descurar a necessária articulação da rede a uma escala superior.

Ao nível da rede pedonal importa considerar um grande itinerário que cruza a CIM do Cávado – Caminhos de Santiago.

#### 6.5.5.1 Mobilidade Pedonal

A deslocação pedonal é fundamental num sistema de mobilidade já que todas as viagens incluem uma componente pedonal, em articulação ou não com outros modos de transporte. Uma rede pedonal é composta por passeios, passadeiras, praças e espaços de lazer e tem como objetivo assegurar as ligações de curta distância sendo particularmente relevante nos centros urbanos onde se concentram os maiores fluxos. É no espaço público que a valorização das diferentes formas de deslocação se materializa traduzindo-se na afetação do espaço disponível.

Nos últimos anos tem-se vindo a notar uma valorização do peão e da rua em meio urbano, em detrimento da estrada. Esta alteração torna-se evidente com as intervenções existentes no centro histórico, com a pedonalização de algumas vias e com a redução do tráfego de veículos em benefício de passeios mais largos, recorrendo à redução da largura das vias de circulação bem como da redução dos lugares de estacionamento à superfície.

Em Barcelos o modo pedonal representa 15,8% das viagens pendulares, resultando em 16,2% das viagens para o trabalho e 15% das viagens para a escola, valores próximos da média nacional, de 16,4%, conforme quadro 41.

**Quadro 41** - Percentagem do modo pedonal nas deslocações pendulares

Unidades territoriais	2011 (%)
Portugal	16,4
Cávado	16,6
Amares	15,7
Barcelos	15,8
Braga	18,2
Esposende	14,5
Terras de Bouro	17,8
V. Verde	13,3

Fonte: INE, Censos 2011

Apesar das viagens pedonais constituírem uma proporção significativa no total de viagens de curta distância, são a escolha modal principal para viagens com menos de 1,5 quilómetros. Distâncias superiores normalmente impõem a utilização de outro modo de transporte em viagens pendulares.

Quanto aos grandes itinerários de circulação pedonal, é importante referir as ligações a Santiago de Compostela e a S. Bento da Porta Aberta permitindo desenvolver um turismo de permanência e consumo, normalmente muito relevante para o comércio local. Apesar de não ser relevante para a mobilidade diária esta rede pedonal apoia-se nos centros urbanos da sub-região do Cávado pelo que as ligações de entrada nas cidades devem ser cuidadas na forma como acolhem estes fluxos pedonais.

Por fim pode-se considerar que Barcelos apresenta boas condições para a circulação pedonal, assegurando conforto e segurança na área central, mas necessita de estender as boas práticas à área envolvente, já que em diversos eixos relevantes para a ligação às centralidades envolventes foram detetadas fragilidades, nomeadamente a entrada por Barcelinhos.

### 6.5.5.2 Mobilidade Ciclável

A mobilidade ciclável é uma das mais auspiciosas formas de mobilidade nas cidades, constituindo uma alternativa ecológica aos transportes motorizados com grande impacto ao nível da redução de emissões de CO2 e na melhoria da qualidade de vida das cidades. A mobilidade ciclável urbana assenta na potencialidade de transferência de modo de transporte nas viagens pendulares, sendo esta uma das orientações europeias para a sustentabilidade do sector dos transportes.

No entanto a utilização da bicicleta em viagens pendulares, na cidade de Barcelos corresponde a apenas 0,4% das deslocações e está condicionada a curtas distâncias, viagens até 5 quilómetros ou combinada com outros modos de transporte (intermodalidade).

É necessária a disponibilização de condições de segurança e conforto para a promoção desta forma de mobilidade.

A rede ciclável urbana deverá ser valorizada enquanto infraestrutura de suporte e respetiva rede de equipamentos de apoio (particularmente estacionamentos), mas sem descuidar a articulação necessária da rede a uma maior escala.

A CIM do Cávado tem vindo a promover a articulação com vários planos intermunicipais, com implicações diretas nas estratégias de desenvolvimento da própria CIM e de cada município da sua área de intervenção. Assim, as duas escalas de ação devem ser integradas, constituindo-se uma rede ciclável sobre o território, sendo mais desenvolvida sobre as áreas urbanas.

O Programa de Ciclovias Intraurbanas do Cávado preconiza para o município de Barcelos os seguintes projetos e opções estratégicas:

- Ciclovias das Escolas (com 6555 metros) com orientação norte-sul faz a ligação da Escola de Tecnologia e Gestão (ETG) à Escola Secundária de Barcelinhos passando o centro de Barcelos;
- Ciclovias da Estação (com 3510 metros) perpendicular à anterior desde Estação Ferroviária até ao cruzamento da rua Dr. Francisco Sá Carneiro com a avenida do Paço Velho, cruza-se com a ciclovias das escolas anterior no Campo da República;
- Ciclovias Central (com 3440 metros) que começa junto ao Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho e termina na rua do Olivença, cruza-se com a ciclovias das Escolas na Ponte do Cávado e no cruzamento da avenida Dom Nuno Álvares Pereira com a avenida João Duarte e com a ciclovias da Estação na Rua Filipa Borges;
- Ciclovias Circular (com 7290 metros) faz a ligação das ciclovias anteriores pelas Estrada da Estação e avenida Santa Maria, Rua da Olivença e avenida Nossa Senhora de Fátima, N204 e pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e pela rua Casal de Nil a passar pelo Centro de Medicina Física e Reabilitação de Barcelos até à Rua Doutor Santos Júnior.
- Ao nível da implementação da rede de espaços cicláveis deve adotar-se um processo de decisão que possibilite a redução do perigo rodoviário nas vias selecionadas com a seguinte hierarquia:
- Em primeiro lugar promover a redução do volume do tráfego motorizado, adotando medidas de melhoria da oferta e competitividade do transporte público, redução do número de lugares de estacionamento disponíveis e direcionamento do tráfego protegendo os centros urbanos;
- Em segundo lugar redução da velocidade de circulação motorizada, diminuindo os conflitos entre modos, através da introdução de medidas de acalmia de tráfego;
- Em terceiro lugar adotar medidas de proteção dos ciclistas nas interseções mediante a redução da velocidade e promovendo o posicionamento mais visível;
- Por último, quando as restantes medidas se revelarem ineficazes, implementação de canais cicláveis adaptados às características do espaço em que se inserem, redistribuindo o espaço destinado à circulação motorizada.

**6.6. EQUIPAMENTOS COLETIVOS**
**Quadro 42 - Evolução dos equipamentos coletivos entre 2015 e 2018**

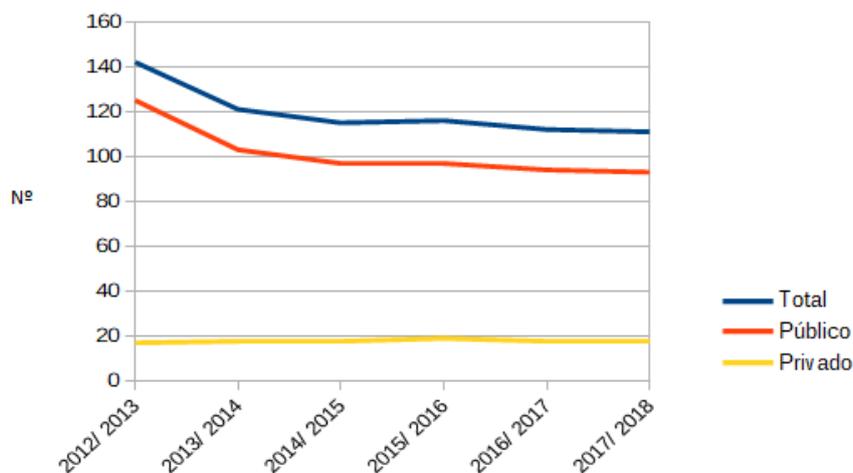
Equipamentos	Tipologia	Número		Alterações
		2015	2018	
Equipamentos de Educação	Jardins de Infância EB 1,2,3 Ciclos do Ensino Escolas Secundárias Escola Profissional Instituto Politécnico do Cávado e Ave	217	120	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encerramento e reconversão de equipamentos;</li> <li>▪ Obras de requalificação.</li> </ul>
Equipamentos de Apoio Social	Lar de Idosos Centros de Dia Unidades de serviço de apoio domiciliários (SAD) Centros de apoio à criança (APAC e APACI) Creches e centros de atividades de tempos livres (ATL) Centro social Menino de Deus (internamento)	101	53 equipamentos /comportando 214 valências	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Novos equipamentos e valências;</li> <li>▪ Obras de requalificação.</li> </ul>
Equipamentos de Saúde	Hospital de Barcelos Hospitais Psiquiátricos Centros de Saúde/Extensão de Centro de Saúde Clínica particular Cruz Vermelha Termas Farmácias	56	72	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reconversão de equipamentos;</li> <li>▪ Obras de requalificação.</li> </ul>
Equipamentos Desportivos	Campo de Futebol Polidesportivo Descoberto/ coberto Piscina Campo de ténis Basquetebol e andebol Hipismo Pavilhão municipal/ hóquei	138	154 equipamentos /comportando 202 tipologias	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reconversão de equipamentos;</li> <li>▪ Obras de requalificação.</li> </ul>
Equipamentos Culturais	Biblioteca municipal Museus Galerias de arte Biblioteca/ ludotecas Auditórios Teatro	20	19	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Obras de requalificação.</li> </ul>

Fonte: CMB, DEGEsTE, Carta Social, Carta Desportiva, Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Durante o período em análise registaram-se alterações ao nível dos equipamentos coletivos existentes no concelho de Barcelos, tendo ocorrido um conjunto de obras de requalificação nos equipamentos da saúde, de educação e apoio social.

Verificou-se uma redução do número de equipamentos escolares nos últimos anos por um lado associada ao reordenamento e requalificação da rede escolar pela preferência pela constituição de centros escolares, e por outro fruto da quebra do número de alunos.

**Gráfico 16** - Evolução do número de estabelecimentos escolares, entre os anos letivos de 2014/15 e 2016/17

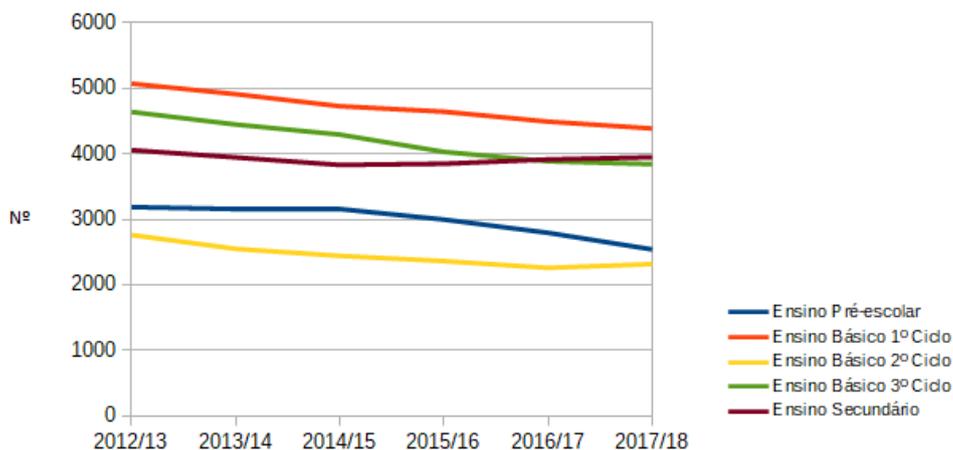


Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2018

O concelho assistiu a uma tendência geral da redução do número de estabelecimentos escolares, entre os anos letivos 2014/15 e 2017/18.

O número de alunos a frequentar os estabelecimentos escolares no concelho de Barcelos apresenta uma tendência decrescente entre os anos letivos 2014/15 e 2016/17, registando-se uma perda de 1523 alunos no período em análise.

**Gráfico 17** - Evolução do n.º de alunos a frequentar estabelecimentos escolares, entre os anos letivos 2014/15 e 2017/18



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2018

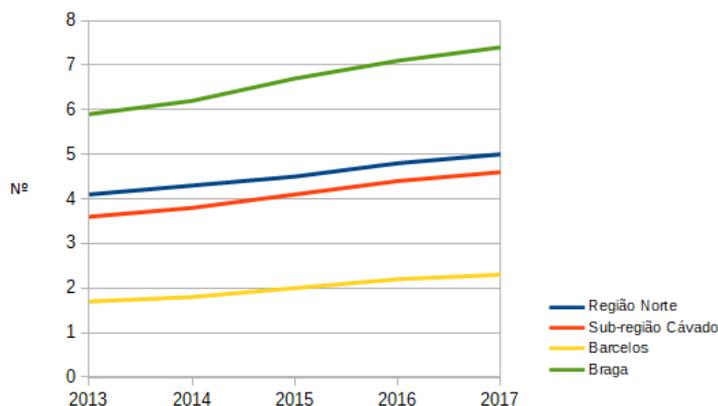
Tendo em conta a avaliação da oferta de equipamentos sociais no período em análise, verifica-se um aumento significativo das valências disponíveis, com principal enfoque na oferta destinada à população idosa. Este aumento deve-se ao facto do envelhecimento populacional ter aumentado no concelho.

No que respeita a equipamentos de saúde verifica-se uma diminuição do número de unidades disponíveis, fruto da reestruturação das Unidades de Saúde Familiar do concelho, três unidades, bem como do encerramento de uma farmácia.

Ao nível dos profissionais de saúde, interessa referir que o número de médicos por 1000 habitantes, no concelho de Barcelos, não apresentou um aumento significativo no período em análise. No entanto, comparativamente com o nível regional e sub-regional mantém-se abaixo dos valores registados na região Norte e na sub-região Cávado, tornando-se mais evidente quando comparado com o concelho de Braga.

Em 2017 o território conta com uma proporção de 2,3 médicos por 1000 habitantes, face aos 4,6 existentes na sub-região Cávado.

**Gráfico 18** - Número de médicos por 1000 habitantes entre 2015 e 2017

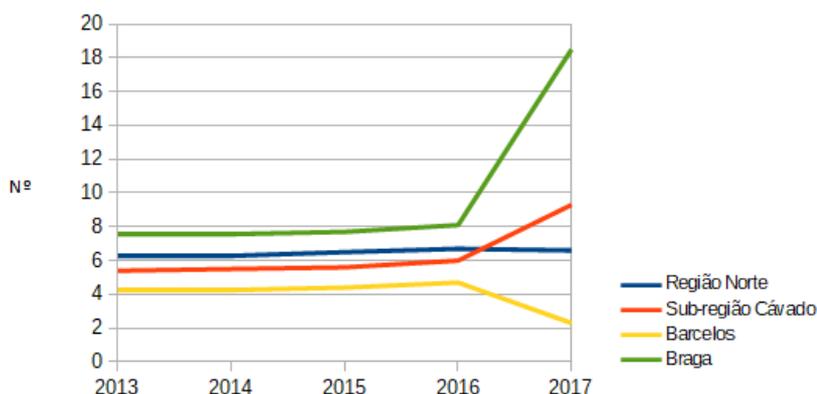


Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2013 a 2017

Relativamente ao número de enfermeiros por 1000 habitantes, o concelho de Barcelos registou um decréscimo entre os anos 2015 e 2017.

A proporção referente ao concelho fixa-se claramente aquém da constatada ao nível regional e sub-regional, particularmente se comparado com o concelho de Braga.

**Gráfico 19** - Número de enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2015 e 2017



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2013 a 2017

## 6.7. INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS

O território de Barcelos possui uma cobertura considerável no que respeita às infraestruturas urbanas e territoriais.

Atualmente, o concelho tem uma taxa de infraestruturização na ordem dos 50%, pese embora todas as construções devidamente licenciadas serem servidas obrigatoriamente pela rede de eletricidade, por água e águas residuais (apesar de poderem ser privados através da construção de fossas sépticas).

## 6.7.1. Energia

### 6.7.1.1 Rede elétrica

Comparativamente com os últimos dados censitários disponíveis, as redes de distribuição de energia elétrica cobrem atualmente a totalidade do território, encontrando-se executadas na sua totalidade (EDP distribuição).

De referir que as obras em curso, resultado de pedidos de ligação à rede ou expansão de redes pontuais que, pela sua reduzida dimensão face à rede existente, não afastam significativamente a taxa de execução dos 100% (EDP distribuição).

A rede pública de energia elétrica tem uma extensão de 2110km, continuando a crescer conforme as necessidades, acompanhado a tendência verificada do aumento da construção.

**Quadro 43** - Evolução da extensão da rede elétrica

	2018	2017	2016	2015
km Rede AT	48	48	48	48
km Rede MT	565	564	562	561
km Rede BT	1496	1496	1496	1496
<b>TOTAL KM</b>	<b>2110</b>	<b>2108</b>	<b>2107</b>	<b>2105</b>

Fonte: EDP distribuição

Atualmente a “EDP distribuição” tem em Barcelos cerca de 53 672 contratos, sendo que 52 398 são de BTN (Baixa tensão normal).

De acordo com os registos fornecidos pela CEVE (Cooperativa Elétrica do Vale D’Este), em 31 de Dezembro de 2018, possuía 2 366 consumidores, sendo que de momento não prevê qualquer ampliação da rede de distribuição por iniciativa própria.

**Quadro 44** - Indicadores de energia, comparada e desagregada por NUT’s

2016	Consumo de energia elétrica por consumidor				Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	Consumo de combustível automóvel por habitante	Consumo de gás natural por 1 000 habitantes
	Total	Doméstico	Indústria	Agricultura			
	kWh				tep	milhares de Nm <sup>3</sup>	
Portugal	7 347,6	2 342,9	158 422,4	13 050,3	1 267,4	0,540	460,108
Continente	7 416,3	2 349,2	181 434,1	13 308,8	1 281,7	0,543	480,769
Norte	7 169,8	2 585,3	142 349,7	7 168,3	1 280,9	0,481	448,238
Cávado	6 281,4	2 515,0	106 490,7	8 134,0	1 163,4	0,503	197,679
Amares	4 109,5	2 118,1	42 097,5	15 095,0	1 098,3	0,253	0,000
Barcelos	7 923,9	2 999,8	133 383,3	4 493,4	1 176,8	0,345	376,295
Braga	6 703,9	2 513,8	110 055,8	23 640,0	1 161,7	0,625	172,089
Esposende	4 420,7	2 155,3	81 090,2	2 569,5	1 335,2	0,486	116,493
Terras de Bouro	3 981,9	1 727,4	73 746,4	2 354,5	1 138,8	0,294	0,000
Vila Verde	4 220,3	2 178,7	51 983,9	1 977,1	1 041,6	0,570	11,720

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

No contexto territorial em que está inserido (NUTIII), Barcelos é o concelho que mais energia elétrica consome.

### 6.7.1.2. Rede de abastecimento de gás

A rede pública de abastecimento de gás natural tem vindo a crescer de forma gradual, com os planos de investimento acompanhando a procura, tendo atualmente uma extensão de 203,87 km (SIG municipal).

De acordo com a informação fornecida pela empresa “Portgás Distribuição S.A.”, a rede secundária em 2018, tinha uma extensão de 119,5Km, abastecendo 47 394 fogos, o equivalente a 8 927 contratos, com uma taxa de penetração de 19%.

**Quadro 45** - Evolução do consumo de gás natural, comparada e desagregada por NUT's

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Consumo de gás natural (Nm <sup>3</sup> ) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual						
	Período de referência dos dados						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	Nm <sup>3</sup> milhares	Nm <sup>3</sup> milhares	Nm <sup>3</sup> milhares	Nm <sup>3</sup> milhares	Nm <sup>3</sup> milhares	Nm <sup>3</sup> milhares	Nm <sup>3</sup> milhares
Norte	1748074,3	1611045	1498028	1249009,3	1200982,2	1344118,7	1627528,2
Cávado	82909,9	80178	81062	78750	76787,8	74494,403	72013,487
Amares	2,6	0	0	0		0,215	
Barcelos	44374,2	44457	44212	41707	41924,9	40983,498	38883,695
Braga	33704,6	31207	32203	31551	29587,7	29640,838	29727,401
Esposende	4094,8	3960	4052	4577	4566,5	3560,298	3239,242
Terras de Bouro		0	0	0			
Vila Verde	733,7	554	595	915	708,7	309,554	163,149

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Em 2017, Barcelos atingiu o consumo de 44.374,20 Nm<sup>3</sup> (milhares) de gás natural, comparativamente aos 38.883,695Nm<sup>3</sup> registados em 2011, o que denota um crescimento consistente de 14%.

De referir ainda que é no concelho de Barcelos onde se consome mais gás natural, comparativamente com os outros concelhos que compõem a unidade territorial NUTIII.

### 6.7.1.3 Consumo de combustíveis fósseis

Relativamente ao consumo de combustíveis fósseis, Barcelos tem vendas consideráveis quando comparadas aos concelhos da sub-região Cávado.

Neste campo do consumo de energia salientam-se as 980 toneladas de “fuel” vendidas em 2016, quantidade essa, superior à soma de todas as vendas na unidade territorial NUTIII. Barcelos é também o concelho da sub-região Cávado que consome mais gásóleo agrícola. No referido ano, foram ainda vendidas no concelho cerca de 8 toneladas de Petróleo.

No concelho de Barcelos existem 19 postos de abastecimento público segundo a informação disponibilizada pelo site: “www.maisgasolina.com”.

**Quadro 46 - Vendas de combustíveis para consumo, comparada e desagregada por NUT's**

Unidade: t										
2016	Gás			Gasolina		Petróleo	Gasóleo rodoviário	Gasóleo colorido	Gasóleo para aquecimento	Fuel
	Butano	Propano	Gás auto (GPL)	Sem chumbo 95	Sem chumbo 98					
Portugal	267 385	566 980	34 491	976 128	76 303	707	4 355 476	274 399	93 421	407 452
Continente	238 584	553 126	34 399	921 730	69 564	621	4 186 156	264 482	93 146	155 126
Norte	47 225	94 326	9 581	299 862	25 315	241	1 352 233	80 768	48 479	52 666
Cávado	2 953	11 184	1 065	35 070	2 806	28	160 339	6 642	6 562	1 687
Amares	114	599	0	853	23	ə	3 636	275	440	0
Barcelos	213	3 575	265	6 794	447	8	32 245	2 493	1 397	980
Braga	2 270	5 071	630	19 257	1 329	19	89 485	2 108	1 828	333
Esposende	120	545	79	3 348	195	1	12 483	460	135	40
Terras de Bouro	42	248	0	454	14	0	1 425	80	25	0
Vila Verde	193	1 146	91	4 365	799	0	21 066	1 226	2 737	334

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

**6.7.2. Rede de abastecimento de água**

A rede de abastecimento de água desenvolve-se por uma extensão total de 1426,47km (SIG municipal), o que se traduz numa taxa de infraestruturização do concelho na ordem dos 72,9%.

**Quadro 47 - Evolução da % de alojamentos servidos por água e, comparada e desagregada por NUT's**

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual						
	Período de referência dos dados						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	%	%	%	%	%	%	%
Norte	93 "	93 "	92 "	91 "	91 "	90 "	90 "
Cávado	94	94	93	93 "	93 "	92 "	91 "
Amares	99	98	93	93	91	87	76
Barcelos	93	93	93	93	92	92	91
Braga	100	100	99	99	99	99	99
Esposende	100	100	100	100	100	100	100
Terras de Bouro	93	93	89	x	x	x	x
Vila Verde	64	64	64	63	x	62	x

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

A proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água no concelho tem vindo a registar um ligeiro aumento, passando de 91% em 2011, para 93% em 2017.

O consumo de água por habitante no concelho de Barcelos, entre 2011 e 2017, aumentou 25%, correspondendo, em 2017, a um consumo por habitante de 29,4m<sup>3</sup>/ano.

Desde 2011, o consumo total de água no concelho de Barcelos aumentou 21,8%, correspondente a 616.705m<sup>3</sup>, alcançando em 2017 a marca dos 3.449.038m<sup>3</sup>.

**Quadro 48 - Evolução da distribuição de água por habitante, comparada e desagregada por NUT's**

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Água distribuída por habitante (Série 2011) ( m <sup>3</sup> / hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual						
	Período de referência dos dados						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.
Norte	44,9 "	43,4 "	42,3 "	41,4 "	41,6 "	38,6	43,6 "
Cávado	43,8	41,5	40,7	38,8	40,2	38,9	42,2
Amares	44,1	37,6	51,1	47	54,9	38,4	45
Barcelos	29,4	27,6	26,6	24,3	24,2	22,9	23,5
Braga	53,6	51,4	49,5	48,2	49,7	50,7	54,9
Esposende	52,9	49,3	47,6	49	52,5	47,3	58
Terras de Bouro	72,7	70,7	69,1	47,1	49,7	48,5	29,8
Vila Verde	31,9	29,7	29,1	27,4	27,7	26,8	30

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

Atualmente, por dia, são distribuídos 10.666m<sup>3</sup> de água pelos 81.242 habitantes abrangidos por este serviço público (ERSAR).

**Quadro 49 - Evolução do volume de água distribuído, comparada e desagregada por NUT's**

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Água distribuída (Série 2011) ( m <sup>3</sup> ) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual						
	Período de referência dos dados						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>
Norte	160617026	155846799	152462534	149789662	151650134	141445000	160733360
Cávado	17728435	16822667	16542667	15802192	16417586	15940850	17327765
Amares	800716	686105	934670	865341	1019835	717519	848109
Barcelos	3449038	3260608	3155779	2891917	2891222	2750525	2832333
Braga	9708661	9329109	8993170	8751016	9043469	9230658	9999472
Esposende	1795765	1677469	1619540	1673166	1797455	1620036	1994066
Terras de Bouro	474233	467034	459588	318723	341034	339558	212937
Vila Verde	1500022	1402342	1379920	1302029	1324571	1282554	1440848

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

Apesar de Barcelos ser o segundo concelho que mais água distribui, comparativamente aos valores de consumo registados nas unidades territoriais de referência, é o que menos água consome por habitante.

**Quadro 50 - Água abastecida pelas entidades gestoras de sistemas públicos urbanos, comparada e desagregada por NUT's**

2016	Água captada			Água distribuída	Perdas nos sistemas de abastecimento de água
	Total	Origem do caudal			
		Águas subterrâneas	Águas de superfície		
		m <sup>3</sup>			
Norte	231 783 690	8 737 164	206 868 357	155 846 799	x
Cávado	43 718 136	488 393	42 886 379	16 822 667	x
Amares	1 236 357	294 562	941 795	686 105	509 086
Barcelos	29 399 087	18 887	29 380 200	3 260 608	471 710
Braga	10 794 612	0	10 794 612	9 329 109	931 487
Esposende	0	0	0	1 677 469	530 902
Terras de Bouro	343 364	0	0	467 034	x
Vila Verde	1 944 716	174 944	1 769 772	1 402 342	458 805

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2016

O abastecimento de água no concelho é maioritariamente feito com origem em águas superficiais, nomeadamente através do Rio Cávado.

Apesar de ser o segundo concelho que distribui o maior volume total de água, depois de Braga, é também o segundo concelho que menos água desperdiça em perdas nos sistemas de abastecimento de água.

A eficiência do sistema de abastecimento de água, com 14,5% de perdas, só é superada pelo sistema de Braga que apresenta perdas, na ordem dos 10%.

Quanto à proporção de água segura para consumo humano, Barcelos evidencia uma perspetiva estável.

**Quadro 51** - Evolução da % de água segura, comparada e desagregada por NUT's

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Água segura (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual			
	Período de referência dos dados			
	2017	2016	2015	2014
	%	%	%	%
Norte	98,49	98,34	98,36	98,01
Cávado	98,99	98,64	98,29	98,15
Amares	98,20	97,63	97,25	96,65
Barcelos	99,68	99,92	100,00	99,91
Braga	99,64	99,82	99,78	99,91
Esposende	100,00	100,00	100,00	100,00
Terras de Bouro	97,78	97,00	97,15	97,09
Vila Verde	99,66	99,17	97,70	97,49

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente 2016

Entre 2014 e 2017 o desempenho deste indicador supera o observado no contexto regional e sub-regional, tendo mesmo atingido os 100% em 2015.

### 6.7.3. Rede de saneamento

A rede pública de águas residuais, desenvolve-se por cerca de 1 336 km de comprimento (SIG municipal), ao longo das principais vias de circulação viária, o que se traduz numa taxa de infraestruturização do concelho na ordem dos 47,5%.

**Quadro 52** - Evolução da rede pública de águas residuais, comparada e desagregada por NUT's

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual							
	Período de referência dos dados							
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	
	%	%	%	%	%	%	%	%
Norte	80	79	77	76	75	74	73	
Cávado	77	77	77	77	76	76	75	
Amares	40	40	x	40	40	39	35	
Barcelos	69	69	69	69	68	68	68	
Braga	99	99	99	99	99	99	98	
Esposende	77	77	77	76	76	76	76	
Terras de Bouro	27	27	27	x	x	x	26	
Vila Verde	32	31	30	29	28	27	23	

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

A proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais evidencia entre 2011 e 2017, uma ligeira tendência crescente, equivalente a 1%.

Em 2017 o concelho apresentava uma cobertura de 69,0%, valor um pouco aquém dos indicadores registados para a sub-região Cávado, onde se verificava uma cobertura na ordem dos 77%.

Considerando o sistema particular de saneamento, pela construção de fossas sépticas (opção não considerada para o cálculo da infraestruturização da rede pública de saneamento), os alojamentos em Barcelos encontram-se cobertos a 100%.

**Quadro 53** - Evolução do volume de águas residuais drenados por habitante e, comparada e desagregada por NUT's

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Águas residuais drenadas por habitante (Série 2011) ( m <sup>3</sup> / hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual						
	Período de referência dos dados						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.	m <sup>3</sup> / hab.
Norte	50,1 "	58,6 "	52,3 "	59,4 "	55,6 "	45,4 "	53,2 "
Cávado	58,4	71,9	60,6	69,9	69,9 "	58,5	69,5 "
Amares	30,3	39,8	34,4	36,4	62,8 "	30,8	40,4 "
Barcelos	58,2	68,6	58	73,8	68,4	55,2	52,8
Braga	71,7	90,2	77	84,9	87,4	76,7	99,3
Esposende	52,5	64,9	56,1	69,7	70,2	53,1	61,7
Terras de Bouro	52,9	72,4	34,3	29,7	29,3	40,1	50,2
Vila Verde	23,6	27,6	21,1	21,5	15,7	14,5	18,1 "

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente 2012 a 2017

Analisando-se a capacidade da rede do sistema de drenagem das águas residuais, no concelho foram drenados, em 2017, 58,2m<sup>3</sup>/hab, praticamente o mesmo valor de 2015.

Porém, e tendo em conta os 68,6 m<sup>3</sup>/hab verificados em 2016 e os 73,8m<sup>3</sup>/hab em 2014, revelam que a rede tem capacidade para proceder à drenagem de um maior volume de águas residuais.

**Quadro 54** - Drenagem e tratamento de águas residuais, comparada e desagregada por NUT's

2016	Águas residuais drenadas			Águas residuais tratadas em estações de tratamento de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais
	Total	Origem			
		Doméstico	Não doméstico		
	m <sup>3</sup>				
Portugal	x	x	x	x	x
Continente	689 669 175	278 104 230	77 708 681	333 856 264	x
Norte	210 778 016	107 506 444	21 356 339	81 915 233	x
Cávado	29 178 391	3 807 176	429 393	24 941 822	29 105 669
Amares	725 416	609 350	116 066	0	134 776
Barcelos	8 108 502	0	0	8 108 502	8 026 289
Braga	16 355 133	0	0	16 355 133	16 355 133
Esposende	2 205 624	2 205 624	0	0	2 205 624
Terras de Bouro	478 187	0	0	478 187	481 821
Vila Verde	1 305 529	992 202	313 327	0	1 902 026

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Da análise do quadro anterior, há a salientar a existência de 8 estações de tratamento de águas residuais no concelho de Barcelos, assim como a quase inexistência de perdas do sistema, o equivalente a 1%.

De referir ainda que no vale do rio Neiva, nas freguesias limítrofes a norte e noroeste do concelho de Barcelos, não existe cobertura de rede pública de saneamento.

#### 6.7.4. Rede de telecomunicações

O concelho de Barcelos encontra-se servido por uma alargada rede de telecomunicações. Na caracterização deste campo específico, procurou-se analisar um conjunto de indicadores o mais alargado possível, englobando as comunicações móveis às fixas, passando pelos postos de correios e serviço de televisão.

**Quadro 55** - Indicadores de comunicações, comparada e desagregada por NUT's

2017	Acessos telefónicos por 100 habitantes	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	Estações de correio por 100 000 habitantes	Postos de correio por 100 000 habitantes	Proporção de assinantes do serviço de televisão por cabo no total de alojamentos cablados	Acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes
	N.º					%	
Portugal	46,90	34,80	1,88	5,90	17,10	31,59	34,7
Continente	47,03	34,89	1,91	5,73	17,29	30,63	34,8
Norte	41,71	31,32	2,10	4,69	14,89	32,92	31,1
Cávado	38,44	29,02	2,09	2,72	19,79	32,58	30,1
Amares	35,40	28,12	3,63	5,51	16,52	x	24,9
Barcelos	32,57	23,56	2,14	1,70	30,68	x	25,1
Braga	43,87	33,08	1,43	2,21	11,03	x	35,7
Esposende	38,19	29,33	1,71	2,94	23,56	x	31,0
Terras de Bouro	39,29	30,61	8,28	15,33	45,99	x	23,3
Vila Verde	33,39	26,92	3,27	4,25	21,26	x	23,2

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Analisando-se o quadro 55, Barcelos surge na média dos municípios da sub-região Cávado, no que respeita à disponibilidade de telecomunicações. No entanto, é o concelho que menos utiliza o telefone fixo, proporcionalmente à população existente. Também, é o concelho onde existem menos postos telefónicos em relação à população existente.

**Quadro 56** - Acessos do serviço telefónico fixo, comparada e desagregada por NUT's

Unidade: N.º de acessos			
2017	Públicos	Residenciais ⊥	Não residenciais ⊥
Portugal	19 385	3 584 734	1 246 415
Continente	18 727	3 419 686	1 189 730
Norte	7 503	1 121 496	371 724
Cávado	843	117 344	38 076
Amares	66	5 107	1 323
Barcelos	251	27 646	10 575
Braga	260	59 972	19 559
Esposende	58	9 960	3 010
Terras de Bouro	54	1 997	566
Vila Verde	154	12 662	3 043

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Contudo, depois de Braga, onde se registam mais acessos telefónicos, foi em Barcelos que se registou o maior número de acessos telefónicos tanto de postos públicos como de privados.

No que respeita às telecomunicações móveis, existem 47 antenas de telecomunicações distribuídas por todo o território concelhio, sendo que na cidade e nas suas imediações, encontram-se mais concentradas e são em maior número.

Relativamente aos serviços de Correios, Barcelos é o concelho da sub-região Cávado que apresenta o maior número de postos de correio, bem acima da média desta unidade territorial, ultrapassando mesmo a capital de Distrito.

**Quadro 57 - Estações e postos de correio, comparada e desagregada por NUT's**

Unidade: N.º					
2017	Total	Estações de correio			Postos de correio
		Total	Estações fixas	Estações móveis	
Portugal	2 369	608	605	3	1 761
Continente	2 257	562	559	3	1 695
Norte	774	168	166	2	606
Cávado	91	11	11	0	80
Amares	4	1	1	0	3
Barcelos	38	2	2	0	36
Braga	24	4	4	0	20
Esposende	9	1	1	0	8
Terras de Bouro	4	1	1	0	3
Vila Verde	12	2	2	0	10

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

O serviço de internet está generosamente difundido pelo município de Barcelos. O concelho tem já uma extensão de 909km de fibra ótica, servindo todas as freguesias, encontrando-se em franco crescimento (SIG municipal).

**Quadro 58 - Acessos ao serviço de internet em banda larga em local fixo por segmento de mercado**

Unidade: N.º			
2017	Total	Residencial	Não residencial
Portugal	3 573 713	3 002 478	571 235
Continente	3 405 927	2 861 790	544 137
Norte	1 115 259	923 443	191 816
Cávado	121 645	99 497	22 148
Amares	4 526	3 721	805
Barcelos	29 449	22 462	6 987
Braga	64 706	54 655	10 051
Esposende	10 538	8 515	2 023
Terras de Bouro	1 520	1 240	280
Vila Verde	10 906	8 904	2 002

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2017

Em 2017, depois de Braga, Barcelos foi o Concelho da sub-região do Cávado onde mais se utilizou o serviço de internet em banda larga, tanto em acessos residenciais como não residenciais.

## 6.8. OCUPAÇÃO DO SOLO

Efetua-se de seguida uma análise da ocupação e uso do solo do território concelhio, tendo por base, numa primeira fase, a Carta de Ocupação de Solo - COS.

“Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental (COS) - A COS é uma cartografia temática que pretende caracterizar com grande detalhe a ocupação/uso do solo no território de Portugal continental. Esta cartografia foi produzida com base na interpretação visual de imagens aéreas orto retificadas, de grande resolução espacial para os anos de 1995, 2007, 2010 e 2015. A informação adquirida possui 89 classes para o ano de 1995, 225 classes para os anos de 2007 e 2010, e 48 classes para 2015. As nomenclaturas das diferentes COS tem a mesma base hierárquica e são comparáveis. A informação encontra-se em formato vetorial e possui uma unidade mínima cartográfica de 1 hectare e uma distância mínima entre linhas de 20 metros.” Fonte: DGT

A referida informação é disponibilizada pela DGT no seu site oficial.

### 6.8.1. CARTA DE OCUPAÇÃO DE SOLO - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E USO DO SOLO DE 2010 PARA 2015

Tendo em conta a informação disponível, considera-se pertinente efetuar uma leitura comparativa entre os dois períodos existentes com informação mais recente: 2010 e 2015, por forma a aferir as maiores alterações ocorridas no território.

**Quadro 59** – Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Megaclasse

MEGACLASSE	COS 2010	COS 2015	Diferença (ha)	Diferença %
Territórios artificializados	7253,94977	7374,22899	120,27922	2%
Agricultura	14259,85898	14649,75352	389,89454	3%
Florestas	18903,4373	19293,18866	389,75136	2%
Pastagens	86,21882	56,73167	-29,48715	-34%
Matos	-	317,42308	0	0%
Espaços descobertos ou com vegetação esparsa	-	10,11016	0	0%
Corpos de água	287,0949	285,7562	-1,3387	0%

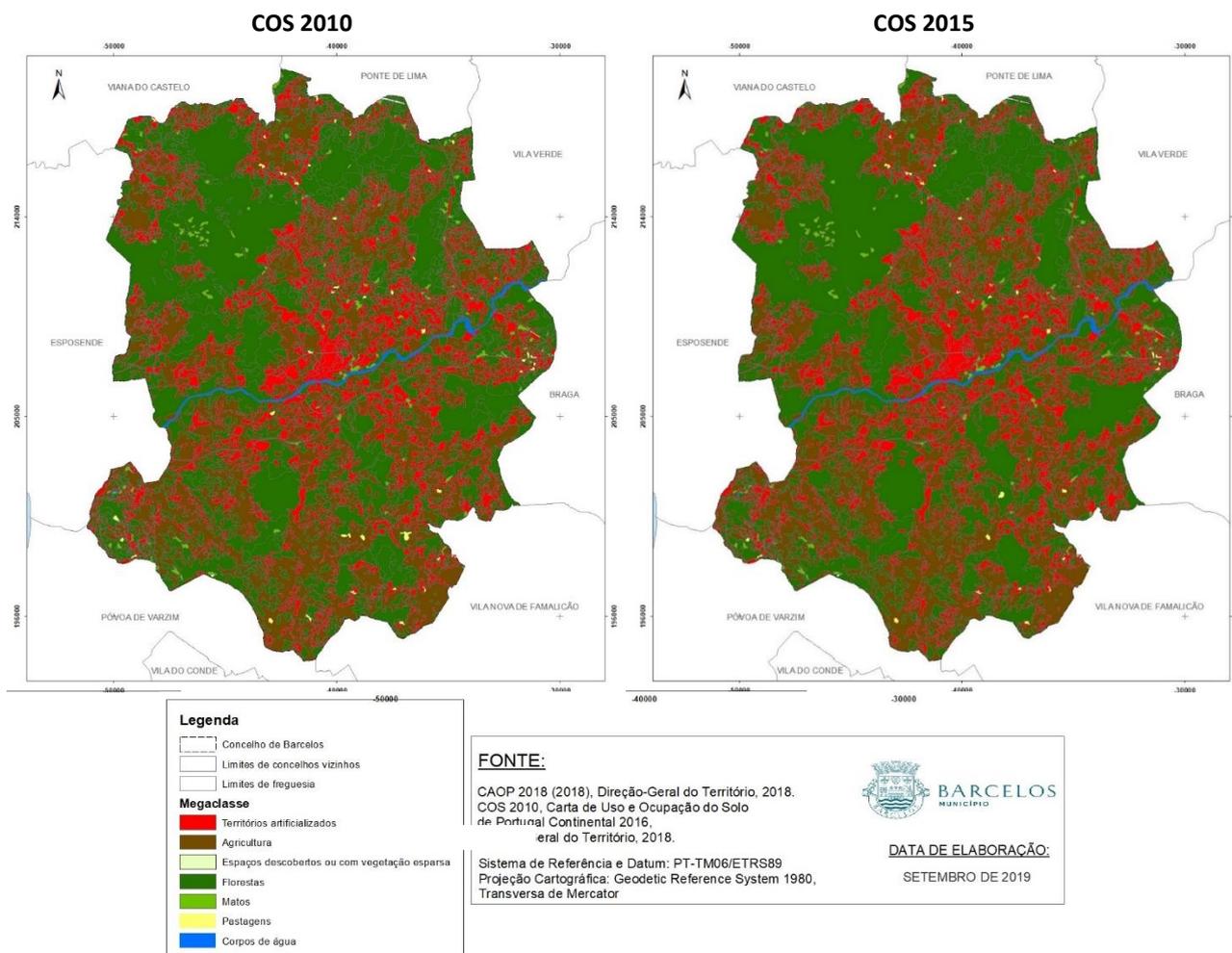
Fonte: DGT

**Gráfico 20** - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Megaclasse



Fonte: DGT

Considera-se relevante referir que a ocupação do solo não apresenta alterações de relevo no período em análise, sendo que, nos 3 grupos com maior representatividade no território concelhio: Florestas (46%), Agricultura (35%) e Territórios Artificializados (18%) a variação verificada tem uma expressão residual, entre 2% e 3%. A classe onde se verifica a alteração mais significativa é a referente às Pastagens, a qual apresenta um decréscimo de 34%. De registar ainda, mas sem expressão pela dimensão diminuta inferior a 1 ha, uma diminuição na classe dos Corpos de Água.

**Figura 9 – Carta de Ocupação do Solo – Megaclases**


### 6.8.2. ÁREAS AGRÍCOLAS

As áreas agrícolas, bem como as atividades a ela associadas, apresentam uma expressão muito significativa no concelho. Trata-se de um dos três grupos com maior representatividade no território, correspondendo estas áreas a 35% da área do concelho.

Tendo em conta a informação disponível, e tendo por base as classes com representatividade no território, destaca-se as variações de relevo ocorridas no que respeita às Vinhas e Olivais, com o aumento das áreas na ordem dos 19% e 40% respetivamente. Destaca-se, por outro lado o decréscimo de 14% nas áreas ocupadas por Pomares.

**Quadro 60 - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas Agrícolas**

CLASSE	2010	2015	Diferença	Diferença
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	8218,86347	8646,83893	427,97546	5%
Vinhas	444,67583	527,50599	82,83016	19%
Pomares	280,4201	242,17042	-38,24968	-14%
Olivais	6,83856	9,58276	2,74420	40%
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas	4481,78651	4365,31537	116,47114	-3%
Sistemas culturais e parcelares complexos	565,20259	603,80647	38,60388	7%
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	262,07192	254,53358	-7,53834	-3%
<b>TOTAL AGRICULTURA</b>	<b>14259,85898</b>	<b>14649,75352</b>	<b>389,89454</b>	<b>3%</b>

Fonte: DGT

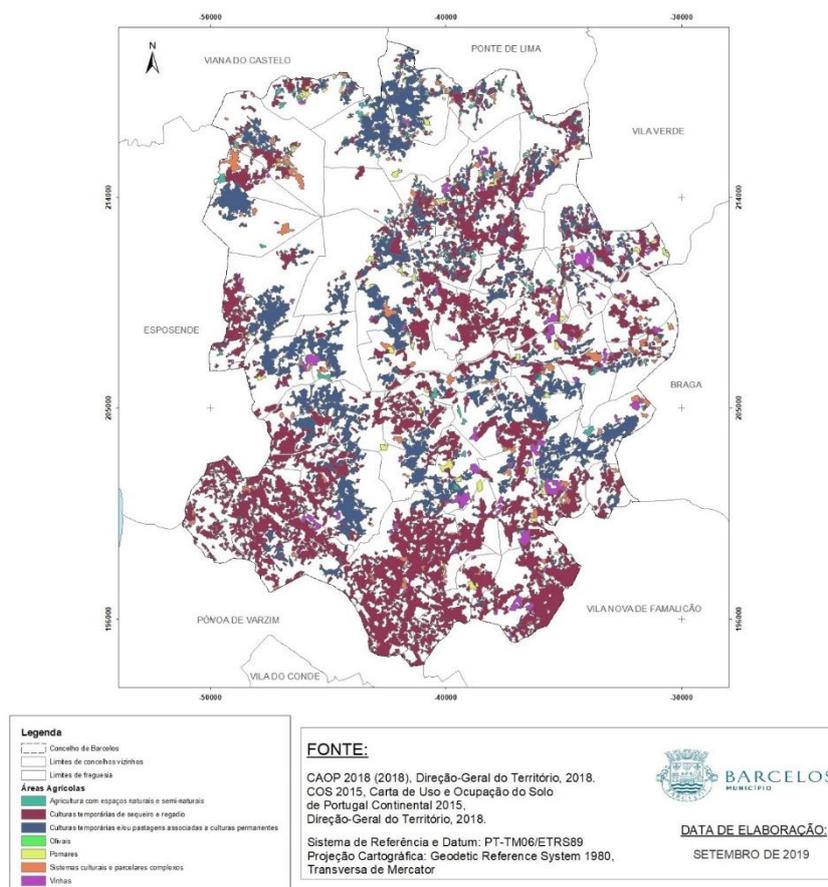
Constata-se que a proporção das diferentes classes das áreas agrícolas no concelho não apresentaram variação significativa. As Culturas Temporárias de Sequeiro e Regadio são as que têm maior representatividade nas áreas cultivadas com 59%. Os Sistemas Culturais e Parcelares Complexos apresentam uma grande representatividade, correspondendo a 30% das áreas agrícolas, e as restantes classes apresentam uma representatividade abaixo dos 5%, sendo, no caso dos Olivais, residual.

**Gráfico 21 - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas Agrícolas**



Fonte: DGT

**Figura 10 - Ocupação e Uso do Solo 2015 – Áreas Agrícolas**



### 6.8.3. ÁREAS DE FLORESTAS

As áreas de florestas, bem como as atividades a ela associadas, apresentam a expressão mais significativa no concelho, correspondendo as florestas a 46% da área do concelho.

De acordo com o quadro seguinte, e tendo por base as classes com representatividade no território, destacam-se as variações que se traduzem no aumento de Eucaliptos (7%) e de Espécies Invasoras (105%). Com efeito, as restantes classes, ou não apresentaram variação ou consubstanciaram-se numa diminuição da área, sendo as mais significativas nas classes Outras Folhosas (-19%) e Outras Resinosas (-10%).

**Quadro 61** - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas de Florestas

CLASSE	2010	2015	Diferença (ha)	Diferença %
Florestas de sobreiro	2,62049	2,62049	0	0%
Florestas de outros carvalhos	180,56116	176,35868	-4,20248	-2%
Florestas de castanheiro	1,02509	1,02509	0	0%
Florestas de eucalipto	11587,04457	12344,8242	757,77963	7%
Florestas de espécies invasoras	3,12885	6,40074	3,27189	105%
Florestas de outras folhosas	916,85205	745,81591	-171,03614	-19%
Florestas de pinheiro bravo	6094,13289	5909,66782	-184,46507	-3%
Florestas de pinheiro manso	4,02766	4,02766	0	0%
Florestas de outras resinosas	114,04454	102,44807	-11,59647	-10%
<b>TOTAL FLORESTAS</b>	<b>30529,71796</b>	<b>31314,50704</b>	<b>784,78908</b>	<b>3%</b>

Fonte: DGT

A proporção das diferentes classes das áreas de florestas do concelho não apresentaram variação significativa. As Florestas de Eucalipto aumentaram a sua expressão correspondendo a 64% do total das florestas do concelho. As Florestas de Pinheiro Bravo mantêm a expressão territorial, correspondendo em 2015 a 32% das áreas de floresta do concelho.

**Gráfico 22** - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Áreas de Florestas



Fonte: DGT



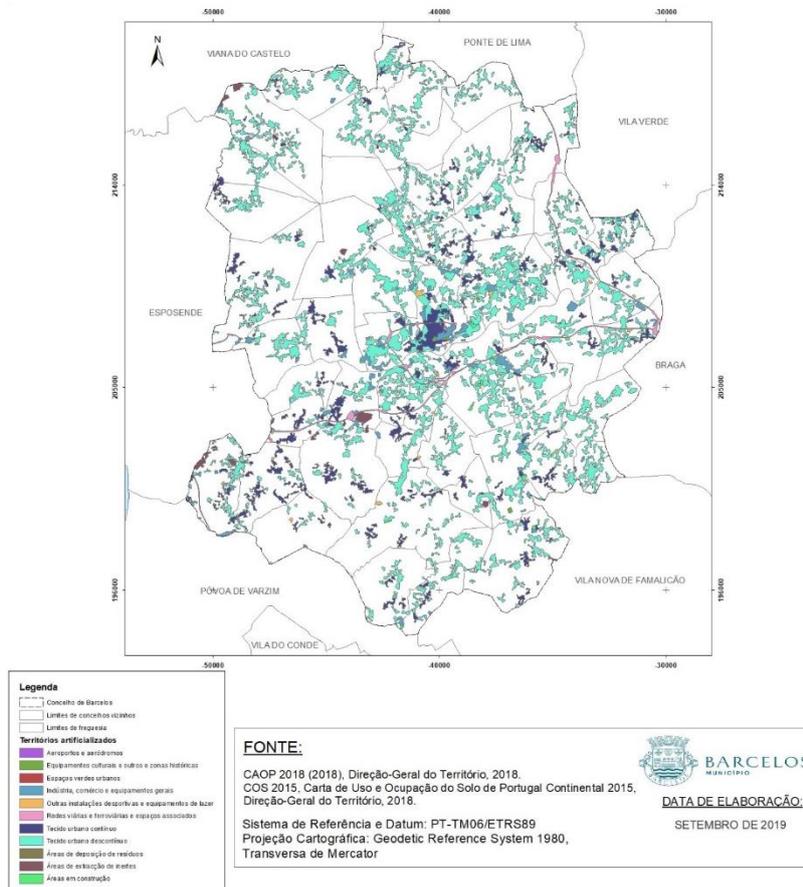
A proporção das diferentes classes dos espaços artificializados do concelho não apresenta variação significativa. O Tecido Urbano Descontínuo é o que apresenta maior representatividade, com 66% em 2015, e mantém-se muito superior ao Tecido Urbano Contínuo, este com uma representatividade de 16%. As áreas afetadas a Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais e a Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados mantêm uma representatividade similar, rondando os 8%. Salienta-se o facto das áreas destinadas a Outras Instalações Desportivas e Equipamentos de Lazer e as Áreas Em Construção passaram, em 2015, a ter expressão.

**Gráfico 23 - Evolução da Ocupação e Uso do Solo de 2010 para 2015 – Territórios Artificializados**



Fonte: DGT

**Figura 12 - Ocupação e Uso do Solo 2015 – Territórios Artificializados**



## 6.9. VALORES E RECURSOS TERRITORIAIS

Avalia-se de seguida os seguintes valores e recursos:

- Bens Imóveis Classificados e Bens Imóveis em Vias de Classificação;
- Bens Imóveis Inventariados;
- Recursos Geológicos;
- Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Reserva Agrícola Nacional – RAN;
- Turismo.

### 6.9.1. BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS E BENS IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

#### 6.9.1.1 Identificação

Os Bens Imóveis Classificados e Em Vias de Classificação, bem como respetivas zonas gerais de proteção – ZP, zonas especiais de proteção - ZEP e Zonas "*non aedificandi*" – ZNA (quando aplicáveis), na área do Município, são os identificados e publicados no Anexo III do Regulamento do Plano em vigor.

Com efeito verificava-se, à data e com incidência na área do concelho, a existência de 22 Bens Imóveis Classificados e 2 Bens Imóveis em Vias de Classificação.

Atualmente, tendo em conta as alterações entretanto publicadas em Diário da República, verificam-se as seguintes alterações:

Torre e Casa de Gomariz – No que diz respeito a este Bem, localizado no Concelho de Vila Verde, a publicação do procedimento em que o mesmo se encontrava Em Vias de Classificação, tinha estabelecido uma Zona Especial de Proteção – ZEP que abrangia área integrada no concelho de Barcelos - Aviso nº 151/2013, 23 abril. Com a publicação da Classificação do Bem como Monumento de Interesse Público (MIP) - Portaria n.º 235/2019, DR, 2.ª série, n.º 70, de 9-04-2019, foi eliminada a referida ZEP, persistindo apenas a ZP, cuja incidência territorial se encontra integralmente no concelho de Vila Verde. Pelo exposto este Bem deixa de constar da listagem dos Bens anteriormente publicada;

Castro de Carapeços também conhecido por Castro da Picarreira e Castro do Monte Castro – Aquando da aprovação do Plano este Bem apresentava a classificação como Imóvel de Interesse Público - IIP, Desp. Abril 1987, sendo que se encontrava Em vias de Classificação a ZEP de acordo com o Anúncio n.º 39/2013. Foi entretanto publicada a Classificação do referido Bem como Sítio de Interesse Público, SIP, com a respetiva Zona Geral de Proteção, através da Portaria n.º 827/2015, 04 de novembro;

Igreja e Convento da Franqueira – O Bem em apreço encontrava-se, aquando da aprovação do Plano, Em Vias de Classificação de acordo com o estabelecido no Anúncio nº 94/2014, 17 abril. Foi entretanto publicada a Classificação do referido Bem como Monumento de Interesse Público – MIP através da Portaria n.º 152/2019, de 19 de dezembro;

Mosteiro de São Salvador de Palme, incluindo o património móvel integrado e respetiva cerca – O Bem em apreço encontrava-se inventariado nos elementos do Plano como NC – Bens imóveis não classificados a salvaguardar, com o identificador – ID 65. Foi entretanto aberto o procedimento de classificação do referido Bem Imóvel através do Anúncio nº 226/2017, 22 dezembro, encontrando-se portanto Em Vias de Classificação.

Assim, verifica-se atualmente a existência de 23 Bens Imóveis Classificados e 1 Bem Imóvel em Vias de Classificação, de acordo com a tabela que se segue:

**Quadro 63** - Listagem dos Bens Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação

1	Monumento Castrejo de Santa Maria de Galegos	Galegos Sta. Maria	MN, 1/86, DR 2, de 03.01.1986 ; 29/90, DR 163, de 17.07.1990
2	Torre de Barcelos, chamada do "Postigo da Muralha"	Barcelos	MN, Dec. nº 11 454, DG 35, de 19 Fevereiro 1926
3	Palácio Solar dos Pinheiros	Barcelos	MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910, ZEP, DG 8 de 11 Janeiro 1954 – 2ª Série nº 8
4	Ponte sobre o Cávado	Barcelos	MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910, ZEP, DG 8 de 11 Janeiro 1954 – 2ª Série nº 8
5	Igreja de Santa Maria do Abade de Neiva	Abade Neiva	MN, Dec. nº 14 425, DG 228 de 15 Outubro 1927
6	Ruínas do Castelo de Faria e estação arqueológica subjacente	Gilmonde	MN, Dec. nº 40 684, DG 146 de 13 Julho 1956
7	Igreja e Torre de Manhente	Manhente	MN, Dec. nº 2 166, DG 265 de 31 Dezembro 1915
8	Conjunto constituído pela Igreja e Convento de Vilar de Frades, cerca e outros elementos construídos na sua envolvente	Areias de Vilar/ Manhente	MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910, Dec. nº 30 762, DG 225 de 26 Setembro 1940, Dec. nº 30 838, DG 254 de 01 Novembro 1940, Dec. nº 32 973, DG 175 de 18 Agosto 1943, Decreto n.º 7/2013 de 7 de Maio
9	Paço dos Duques de Bragança (ruínas)	Barcelos	MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910, ZEP, DG 8 de 11 Janeiro 1954 – 2ª Série nº 8
10	Igreja Matriz de Barcelos	Barcelos	MN, Dec. 14 425, DG 228 de 15 Outubro 1927, ZEP, DG 8 de 11 Janeiro 1954 – 2ª Série nº 8
11	Ermida de Nossa Senhora da Franqueira	Pereira	IIP, Dec. nº 42 692, DG 276 de 30 Novembro 1959
12	Penedo chamado a "Laje dos Sinais"	Carvalhas	IIP, Dec. nº 38 147, DG 4 de 05 Janeiro 1951
13	Castro de Carapeços também conhecido por Castro da Picarreira e Castro do Monte Castro	Carapeços	SIP, Portaria n.º 827/2015, 04 de novembro 2015
14	Igreja do Bom Jesus da Cruz	Barcelos	IIP, Dec. nº 42 007, DG 265 de 06 Dezembro 1958
15	Restos de uma construção conhecida pelo nome de "Forno dos Mouros"	Chorrente	IIP, Dec. nº 38 147, DG 4 de 05 Janeiro 1951
16	Pelourinho de Barcelos	Barcelos	IIP, Dec. nº 23 122, DG 231 de 11 Outubro 1933, ZEP, DG 8 de 11 Janeiro 1954
17	Igreja de Nossa Senhora do Terço	Barcelos	IIP, Dec. nº 47 508, DG 20 de 24 Janeiro de 1967
18	Torre de Aborim	Quintiães	IIP, Dec. Nº 95/78, D.R. 210 de 12 Setembro 1978
19	Casa de Santo António de Vessadas, capela e jardins que a circundam	Barcelinhos	IIP 129/77, DR 226, 29 Setembro 1977
20	Campo da Feira de Barcelos	Barcelos	MIP Portaria n.º 453/2012, ZEP Portaria n.º 453/2012
21	Casa e Quinta do Benfeito	Vila F. S. Martinho	MIP Portaria n.º 204/2013, ZEP Portaria n.º 204/2013
22	Solar dos Azevedos	Lama	MIP Portaria n.º 279/2014, ZEP Portaria n.º 279/2014
23	Mosteiro de São Salvador de Palme, incluindo o património móvel integrado e respetiva cerca	Aldreu	EVC (Anúncio nº 226/2017, 22 dezembro)
24	Igreja e Convento da Franqueira	Pereira/Gilmonde	MIP Portaria n.º 152/2019, 19/02/2019

Fonte: DRCN

Considera-se relevante referir que do universo dos Bens identificados, estes se encontram Classificados como MN, IIP, MIP, SIP ou EVC. Apenas o “Castro de Carapeços também conhecido por Castro da Picarreira e Castro do Monte Castro” se encontra classificado como Sítio de Interesse Público. Mais se refere a delimitação de uma zona *non aedificandi* no casco antigo da cidade, elevando o grau de proteção dada a relevância dos Bens nela integradas bem como da manutenção das características aí verificadas.

**Quadro 64 - Classificação dos Imóveis**

Classificação dos Imóveis	Nº
MN – Monumento Nacional	10
IIP – Imóvel de interesse Público	8
MIP – Monumento de Interesse Público	3
SIP – Sítio de Interesse Público	1
EVC – Em Vias de Classificação	1
<b>Total</b>	<b>23</b>

Fonte: DRCN

**Quadro 65 - Zonas de Proteção dos Imóveis**

Zonas de Proteção dos Imóveis	Nº
ZGP – Zona Geral de Proteção	16
ZEP – Zona Especial de Proteção	7
ZNA – Zona “non aedificandi”	1

Fonte: DRCN

Em conclusão e de forma sintética, contabiliza-se a evolução dos Bens Imóveis Classificados e Em Vias de Classificação no Concelho da seguinte forma:

**Quadro 66 - Evolução dos Bens Imóveis Classificados e Em Vias de Classificação no Concelho**

Bens Imóveis	2015	2018/19
Bens imóveis Classificados	22	2
Bens Imóveis Em Vias de Classificação	23	1

Fonte: DRCN

**6.9.1.2 Intervenção e Investimento**

Tendo em conta os Bens Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação na área do Município foi solicitada à entidade da tutela (Direção Regional de Cultura do Norte), informação referente à recuperação do património classificado e em vias de classificação na área do município (intervencionado + estado de conservação).

De acordo com a informação rececionada apenas 1 (um) dos referidos Bens Imóveis, foi objeto de intervenção orçamentada, nomeadamente: “Conjunto constituído pela Igreja e Convento de Vilar de Frades, cerca e outros elementos construídos na sua envolvente”, num investimento total de perto de 56 mil euros, exclusivamente no período de referência, sendo que, estão orçamentados investimentos, neste Bem, num valor global próximo de 1 milhão de euros, até ao ano de 2021, que se discrimina de seguida.

**Quadro 67 – Investimentos no “Conjunto constituído pela Igreja e Convento de Vilar de Frades, cerca e outros elementos construídos na sua envolvente”**

Ano	Valores
2015	s/dados investimento
2016	7 582,58 €
2017	43 314,50 €
2018	5 000,00 €
2018/2019	23 369,36 €
2018/2020	14 981,41 €
2019	8 480,00 €
2020	225 500,00 €
2021	600 000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>928 227,85 €</b>

Fonte: DRCN

Tendo em conta o número, a dimensão e relevo dos Bens Imóveis existentes na área concelhia, de propriedade privada e pública, bem como o estado de conservação de alguns desses Bens, considera-se que o número de intervenções e investimentos é claramente insuficiente, pelo que se entende que o Município, dentro das suas competências, deverá encetar os melhores esforços junto da tutela e privados no sentido de garantir a boa manutenção deste Bens.

## 6.9.2. BENS IMÓVEIS INVENTARIADOS

### 6.9.2.1. Identificação

No âmbito da 1ª revisão do PDM de 2015, procedeu-se à elaboração da Carta Patrimonial, a qual, além da identificação dos Bens Imóveis Classificados e Em Vias de Classificação do Concelho, procedeu à inventariação dos Bens Imóveis Não Classificados considerados relevantes, para a manutenção da identidade cultural dos lugares e do Concelho. Os referidos Bens foram inventariados como:

- Bens Imóveis Não Classificados a Salvaguardar - NC;
- Bens imóveis Não Classificados com Alçados a Conservar - TC.

Os Bens Imóveis Não Classificados a Salvaguardar – NC, integram:

- O Caminho de Santiago, o qual constitui um percurso linear que se desenvolve de Sul a Norte do concelho, atravessando espaços agrícolas, florestais e urbanos, de reconhecida importância turística, histórica e cultural, que se pretende salvaguardar e valorizar como património cultural – apresentando no Concelho uma extensão linear de 50,077km;
- Valores arqueológicos conhecidos ou identificáveis, bem como as áreas com potencial arqueológico, correspondentes à delimitação de um território passível de ocorrência de valores arqueológicos;
- Grupo de construções e respetivo contexto, inseridas em meio rural ou urbano, com significado histórico e arquitetónico representativo, que se pretende conservar e requalificar e que se assumem como identitários das freguesias.

Bens imóveis Não Classificados com Alçados a Conservar – TC, integram:

- Imóveis cujas características originais, essencialmente de carácter rural, se pretende preservar, e com eles a identidade da sua envolvente direta.

No âmbito do Relatório da Carta Patrimonial, PDM em vigor, foram identificados um total de 1897 Bens, de acordo com as seguintes categorias:

**Quadro 68 - Designação dos Bens Imóveis da Carta Patrimonial**

Designação	Nº
<b>A</b> - Bens Imóveis Classificados	22
<b>B</b> - Bens Imóveis Em Vias de Classificação	2
<b>NC</b> - Bens Imóveis Não Classificados a Salvaguardar	761
<b>TC</b> - Bens imóveis Não Classificados com Alçados a Conservar	1112
<b>TOTAL</b>	<b>1897</b>

Fonte: CMB

### 6.9.2.2. Intervenção

Dada a estratégia assumida para o Município no sentido da salvaguarda e valorização do património construído e preservação do espaço rural servindo de suporte à atividade turística, entende-se relevante

aferir se as limitações impostas às intervenções nos imóveis inventariados, em termos regulamentares, terá condicionado os pedidos e intervenções sobre estes bens.

**Quadro 69 - Processos de Licenciamento incidentes sobre bens imóveis inventariados**

Ano	Tipo	N.º Processos
2015	NC	31
	TC	22
	MIP - ZEP	2
<b>Total</b>		<b>55</b>

Ano	Tipo	N.º Processos
2016	NC	62
	TC	27
	MIP - ZEP	1
	IIP ZP	2
<b>Total</b>		<b>92</b>

Ano	Tipo	N.º Processos
2017	NC	47
	TC	28
	MIP - ZEP	3
	MN - ZP	1
	IEVC - ZP	1
<b>Total</b>		<b>80</b>

Ano	Tipo	N.º Processos
2018	NC	52
	TC	25
	MIP - ZEP	1
	IIP ZP	2
<b>Total</b>		<b>80</b>
<b>TOTAL</b>		<b>307</b>

Fonte: CMB

Comparando o nº de imóveis inventariados intervencionados face ao nº total de imóveis inventariados no concelho, verifica-se que os processos de licenciamento incidem sobre 16% do total dos imóveis.

**Quadro 70 - Relação dos bens imóveis inventariados intervencionados face ao nº total de imóveis inventariados**

Bens imóveis inventariados no concelho	n.º	1897
Bens imóveis inventariados no Concelho - Intervencionados		307
Bens imóveis inventariados no Concelho - Intervencionados	%	<b>16,2%</b>

Fonte: CMB

Comparando com o número total de processos de licenciamento registados no concelho, cerca de 7,5% dos mesmos correspondem a bens imóveis inventariados o que permite aferir que as limitações decorrentes das regras específicas para estes imóveis estabelecidas no Regulamento do Plano não terão contribuído para limitar as intervenções nos bens em causa.

**Quadro 71 - Relação dos bens imóveis inventariados intervencionados face ao nº total de licenciamento do concelho**

Número total de processos de licenciamento registados no concelho		4041
Bens imóveis inventariados no Concelho - Intervencionados	n.º	307
Bens imóveis inventariados no Concelho - Intervencionados	%	7,6%

Fonte: CMB

Por fim entende-se relevante referir os constrangimentos e/ou limitações verificadas à aplicação nos processos de licenciamento das condições estabelecidas na Carta Patrimonial e no Regulamento do Plano aprovados.

Com efeito, e tendo por base a aplicação dos critérios estabelecidos, em termos regulamentares, considerou-se apresentarem um carácter de discricionariedade excessivo. O facto das condições regulamentares serem de aplicação transversal a todos os bens imóveis inventariados, como as disposições regulamentares devem ser, tornou a sua aplicação demasiado genérica.

Para que a sua aplicação resulte em pleno, entende-se que as fichas de caracterização da Carta Patrimonial deveriam indicar, clara e inequivocamente, as características ou elementos a preservar especificamente em cada imóvel. Assim, a aplicação regulamentar far-se-ia acompanhar da ficha de caracterização, aprovada e publicada, a qual como elemento que acompanha o Plano, apresenta igualmente um carácter vinculativo dos particulares.

Verificou-se, assim, que a inventariação elaborada no âmbito da Carta Patrimonial, por extensa, não deu resposta cabal e inequívoca a estes critérios, pelo que deveria ser complementada, garantindo assim o cumprimento do objetivo aí estabelecido.

### 6.9.3. RECURSOS GEOLÓGICOS

#### 6.9.3.1 Identificação

Tendo em conta a informação constante nos elementos do Plano de 2015, e a informação então fornecida pela entidade da tutela, Direção Geral de Energia e Geologia – DGEG, existem diversos recursos geológicos na área concelhia.

Os referidos recursos constam de:

- Concessão Mineira;
- Contrato de Prospeção e Pesquisa;
- Pedreiras;
- Concessão de Água Mineral;
- Zona Intermédia de Proteção;
- Zona Alargada de Proteção.

##### 6.9.3.1.1 Concessões Mineiras

No concelho verifica-se a existência de 6 concessões mineiras, primordialmente localizadas a Sul do Cávado, todas de extração de caulino.

**Quadro 72 - Concessões Mineiras**

Designação	Nº	Freguesia	Substância(s)
Alvarães - Fábricas Jerónimo Pereira Campos &	MNC000049 ou C-49	Fragoso	Caulino
Bouça da Guelha - ECC Portugal	MNC000037 ou C37	Fragoso	Caulino
Gandra - Mibal	MNC000105 ou C-105	Vila Seca	Caulino
Quinta da Antónia - Mibal	MNC000054 ou C-54	Barqueiros	Caulino
Cumieira nº 7 - ECC Portugal	MNC000038 ou C-38	Macieira de Rates	Caulino
Carreiro - ECC Portugal	MNC000039 ou C-39	Negreiros	Caulino

Fonte: DGE

**6.9.3.1.2 Contratos de Prospecção e Pesquisa**

No que respeita aos contratos de prospecção e pesquisa, verifica-se a existência de apenas 1 contrato, localizado num conjunto de freguesias a sul do concelho.

**Quadro 73 - Contratos de Prospecção e Pesquisa**

Designação	Nº	Freguesia	Substância(s)
Klondike Gold Corp., Portugal	MNPP00613	Barqueiros, Courel, Cristelo, Paradela, Macieira de Rates, Negreiros	Sn, Au, Ag, Cu, Zn, Pb, As, Sb e W

Fonte: DGE

**6.9.3.1.3 Pedreiras**

Tendo em conta as pedreiras licenciadas na área concelhia, das 3 identificadas, apenas 1 se encontra localizada a norte do rio cávado em Tamél Sta. Leucádia.

**Quadro 74 - Pedreiras**

Designação	Nº	Freguesia	Substância(s)
Fervença nº 3 - Tecnovia - Pedreira da Franqueira, Lda.	4720	Milhazes	inertes / Granito Industrial
Pedregal	6563	Tamél Sta. Leucádia	inertes
s/n	4983	Carvalhas	inertes

Fonte: DGE

**6.9.3.1.4 Concessões de Água Mineral Natural**

Releva-se a existência de uma concessão de águas minerais no concelho, resultante das propriedades únicas identificadas, das Termas do Eirogo.

**Quadro 75 - Concessões de Água Mineral Natural**

Designação	Nº	Freguesia	Substância(s)	Obs.
Centro Termal do Eirogo	24/MIN - HM0520000	Galegos Sta. Maria	Água mineral sulfúrea, cloretada sódica, fracamente mineralizada	Com delimitação de Zona Imediata de Proteção e Zona Alargada de Proteção <b>Pedido Suspensão Ano 2018</b>

Fonte: DGE

Desde a aprovação do Plano em 2015 verificaram-se as seguintes comunicações de alterações que incidem sobre os recursos em apreço, a saber:

### 6.9.3.2 Pedidos de Suspensão

Termas do Eirogo – Pedido de Suspensão de exploração em 2018 - Centro Termal do Eirogo, Lda, concessionário do recurso hidromineral das Termas do Eirogo, requereu a suspensão de exploração para 2018.

No que concerne à suspensão de exploração das Termas do Eirogo atrás referida, e consultando a informação disponível da tutela, verifica-se que a situação se mantém.

Sendo um recurso único e estratégico para o Concelho, considera-se particularmente negativa a manutenção da suspensão destas Termas, bem como a contínua degradação do complexo.

Entende-se assim que o Município deverá encetar os seus melhores esforços no sentido de impulsionar a reabertura destas Termas, dotando o espaço de todas as condições para que retome o seu merecido papel de relevo estratégico no concelho.

### 6.9.3.3 Procedimentos de adaptação

Em consulta ao site da tutela, foi possível identificar a aprovação de procedimentos de adaptação que incidem sobre as pedreiras identificadas na tabela seguinte.

**Quadro 76 - Pedreiras - Adaptação (2015-2018)**

Designação	Nº	Freguesia	Substância(s)	Data
Fervença nº 3 - Tecnovia - Pedreira da Franqueira, Lda.	4720	Milhazes	Inertes / Granito Industrial	09/01/2017
Penida - Semural Waste & Energy, S.A.	5024	Penida	Granito	18/05/2017

Fonte: DGEG

### 6.9.3.4 Caducidade de Pedidos de Prospeção e Pesquisa

Foi publicado, a 30/09/2016, em Diário da República, através do Aviso n.º 11992/2016, D.R. n.º 189, 2.ª Série, a caducidade de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, requerida pela Medgoldminas Unip. Lda. - Proc.º MN/PP/006/13 "Balazar".

**Quadro 77 – Avisos de Cessação (2015-2018)**

Designação	Nº	Concelhos	Substância(s)	Data
"Balazar"	MN/PP/006/13	Esposende, Barcelos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Maia e Vila Nova de Famalicão	Sn, Au, Ag, Cu, Zn, Pb, As, Sb, W	30/09/2016

Fonte: DGEG

### 6.9.3.5 Pedidos prospeção e pesquisa

Identificam-se os seguintes pedidos de prospeção e pesquisa, cuja incidência territorial abrange território concelho:

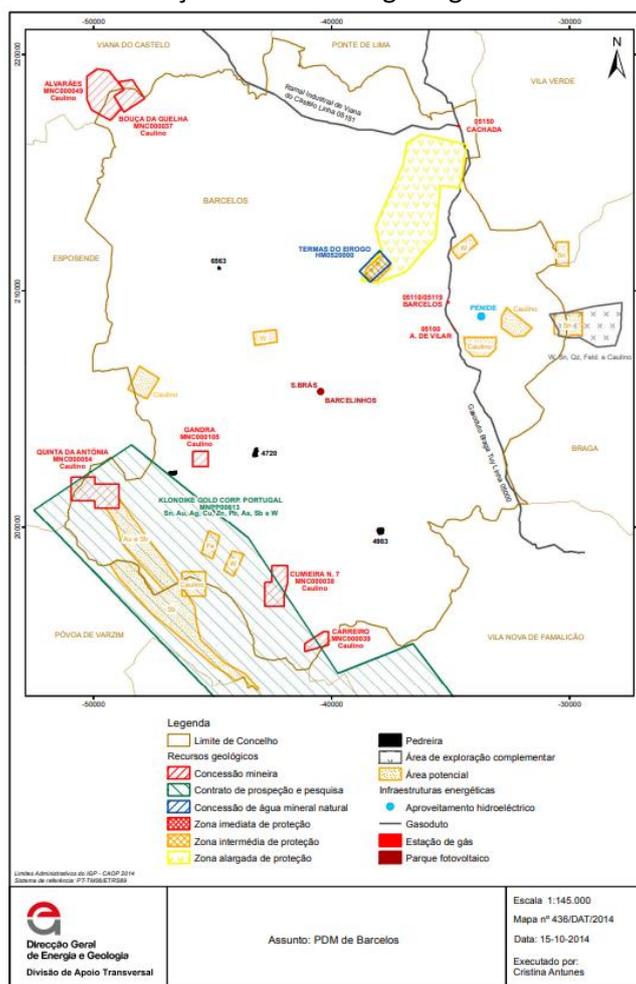
- Pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros ferrosos e minerais metálicos associados - Proc.º MN/PPP/483 "Cruto" (Aviso n.º 4385/2019, DR n.º 53, 2.ª Série de 15 de março);
- Pedido de obtenção de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de quartzo, feldspato, lítio e minerais associados, requerido pela SLIPSTREAM RESOURCES PTY, Lda - Proc.º MN/PPP/0410 "Calvelo" (Aviso n.º 8933/2016, DR n.º 137, 2.ª Série de 19 de julho).

**Quadro 78 – Pedidos de Contrato de Prospeção e Pesquisa (2015-2018)**

Designação	Nº	Freguesia	Substância(s)	Data
"Cruto"	MN/PPP/483	Oliveira, Lama, Areias (S. Vicente e Vilar) Ucha, Pousa, Martim.	ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros ferrosos e minerais metálicos associados	15/03/2019
"Calvelo"	MN/PPP/0410	Oliveira, Alheira, Igreja Nova, Panque.	minerais de quartzo, feldspato, lítio e outros	19/07/2016

Fonte: DGEG

Sobre os pedidos de prospeção e pesquisa, considera-se relevante referir que o Município tem procurado assumir uma posição de cautela, tendo em conta, por um lado os potenciais prejuízos ambientais e humanos que poderão acarretar, e por outro, eventuais mais-valias para o território, que poderão decorrer de explorações futuras.

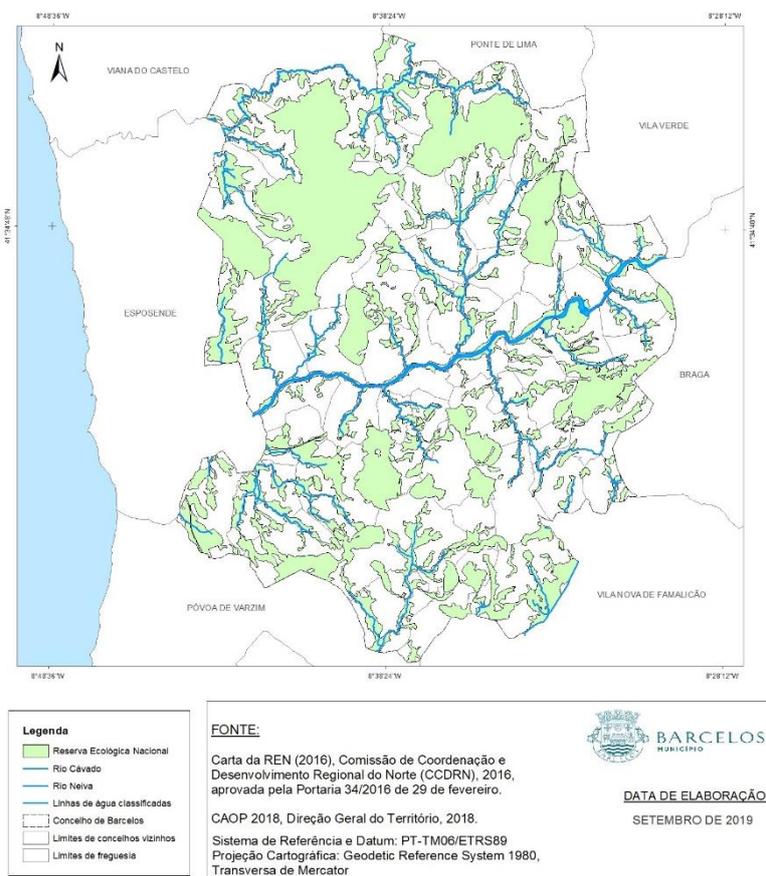
**Figura 13 - Identificação dos recursos geológicos na área concelhia**


Fonte: DGEG (parecer emitido pela DGEG no âmbito da CA da 1ª revisão do PDM de Barcelos)

#### 6.9.4. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL - REN

No âmbito da 1ª revisão do PDM de 2015, procedeu o Município à alteração da REN, através de uma proposta de delimitação com as áreas a integrar e excluir, delimitação essa aprovada através da Portaria nº 34/2016 de 29 de fevereiro. A área total da REN publicada é de 15 534,2ha, correspondendo a 40,9% do território concelhio.

**Figura 14 – Identificação Condicionante REN**



##### 6.9.4.1 Identificação Compromissos/ Exclusões

No sentido de aferir se a delimitação da condicionante REN levada a efeito no âmbito da última revisão do PDM deu resposta às necessidades identificadas por aquele procedimento, entendeu-se pertinente verificar as operações urbanísticas incidentes nas Exclusões (106) e Compromissos (152) resultantes da delimitação da REN aprovada.

**Quadro 79 – Exclusões e Compromissos da REN aprovada**

Compromissos	Exclusões
152	106

Fonte: CMB

Pela análise do quadro anterior, verifica-se a existência de 38 operações urbanísticas incidentes sobre compromissos, e 42 operações urbanísticas incidentes sobre exclusões. De acordo com os dados na tabela

que se segue, é-nos possível afirmar que o ano onde se verificou o maior número de operações urbanísticas sobre estas áreas foi o de 2016, com 31 operações urbanísticas.

Excetuando o ano de 2018 em que o nº de operações urbanísticas incidentes sobre exclusões (12) é o dobro dos incidentes sobre as compromissos (6), os restantes anos apresentam um número similar em ambas as tipologias.

**Quadro 80** – Operações urbanísticas incidentes sobre exclusões e compromissos da REN aprovada

Ano	Compromissos	Exclusões
	Nº Operações urbanísticas	
2015	8	8
2016	17	14
2017	7	8
2018	6	12
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>42</b>

Fonte: CMB

A grande maioria das operações urbanísticas identificadas em compromisso e exclusão, incidem sobre áreas de máxima infiltração (61 operações urbanísticas), sendo que as restantes áreas correspondem a cabeceiras de linha de água (16 operações urbanísticas).

**Quadro 81** – Tipo de Área da REN afetada por compromisso/exclusão

Tipo de Área Afetada	Nº
Cabeceiras das linhas de água	16
Área de infiltração máxima	64
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>

Fonte: CMB

No que se refere à área total sobre a qual incidem operações urbanísticas integradas em exclusões ou compromissos, verifica-se uma área similar para as duas tipologias, perfazendo um total de aproximadamente 9ha. Tendo em conta a área objeto de exclusão e compromisso estabelecidas na REN publicada (270,78ha), verifica-se que a área sobre a qual incidem operações urbanísticas (8,9ha) é consideravelmente inferior.

**Quadro 82** – Área de exclusões/compromissos vs Área de operações urbanísticas incidente sobre exclusões e compromissos da REN

Exclusão/ Compromisso	Área ha	
	Área Exclusão/Compromisso	Área operações urbanísticas
Exclusões	158,41	4,713
Compromissos	112,37	4,191
<b>TOTAL</b>	<b>270,78</b>	<b>8,904</b>

Fonte: CMB

**6.9.4.2 Pedidos de intervenção e Operações Urbanísticas em REN**

Entendeu-se ainda relevante verificar se a delimitação da condicionante em apreço deu resposta às necessidades do território ou se, pelo contrário, foram solicitados junto da tutela pedidos incidentes sobre a condicionante REN.

**Quadro 83 – Pedidos de intervenção em REN**

ANO	n.º
2015	9
2016	24
2017	25
2018	21
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>

Fonte: CCDRn

Assim, tendo em conta o número de pedidos de intervenção em REN identificados pela entidade da tutela, (CCDRn – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), verifica-se que, nos anos que se seguiram à aprovação do Plano, e tendo em conta que em 2015 a nova delimitação da REN não se encontrava ainda publicada, apresentaram um volume aproximadamente similar por ano, rondando os 20 pedidos/ano, perfazendo um total de 79 pedidos no período de referência.

No que concerne à informação disponível nos serviços do Município foi ainda possível verificar o número de operações urbanísticas que incidem sobre esta condicionante.

Verifica-se assim que o ano com o maior número é o de 2016, com 43 operações urbanísticas, apresentando os restantes anos uma média de 20 pedidos por ano, totalizando 108 operações urbanísticas no período de referência.

**Quadro 84 – Operações Urbanísticas em REN**

ANO	n.º
2015	25
2016	43
2017	19
2018	21
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>

Fonte: CMB

#### 6.9.4.3 Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE)

No âmbito do procedimento levado a efeito pelo Município no sentido de permitir a aplicação do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), publicado através do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, e em consonância com o estabelecido nas Atas das Conferências Decisórias dos processos sujeitos ao referido regime, identificou o Município um conjunto de processos, elencando-se de seguida os que incidem sobre condicionante REN.

Dos processos que deram entrada, no período para tal estabelecido pelo diploma suprarreferido, foram realizadas conferências decisórias a 15 processos incidentes sobre a condicionante REN determinando a necessidade de proceder à correção da referida servidão.

Desta forma, o Município deliberou a “Alteração ao Plano Diretor Municipal de Barcelos, tendo em vista a sua adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas”, para as áreas sobre as quais incidem os processos atrás referidos. Entende-se relevante referir que a aplicação do RERAE incide

sobre mais processos de licenciamento na área do município, os quais não foram incluídos no procedimento atrás referido pelo facto de não terem sido realizadas as respetivas conferências decisórias à data do fecho do procedimento de alteração do Plano, e portanto não se encontram aqui enumerados ou quantificados.

Os processos objeto do presente procedimento apresentam as seguintes tipologias:

**Quadro 85 - Processos RERAE por tipologia de atividade em REN**

Tipologia	Número
Atividade Industrial	6
Exploração Agrícola - Pecuária	8
Atividade Industrial - Gestão de Resíduos	1

Fonte: CMB

Os referidos procedimentos determinaram a delimitação das parcelas de compromisso “C153” a “C167” identificadas no quadro 86, perfazendo uma área total de 6,08 ha.

A quase totalidade da área dos compromissos atrás referidos incide exclusivamente sobre Áreas de máxima infiltração (12), sendo que os restantes 3 incidem simultaneamente com Leitos de curso de água (2 processos) ou Zonas Ameaçada pelas Cheias (1 processo).

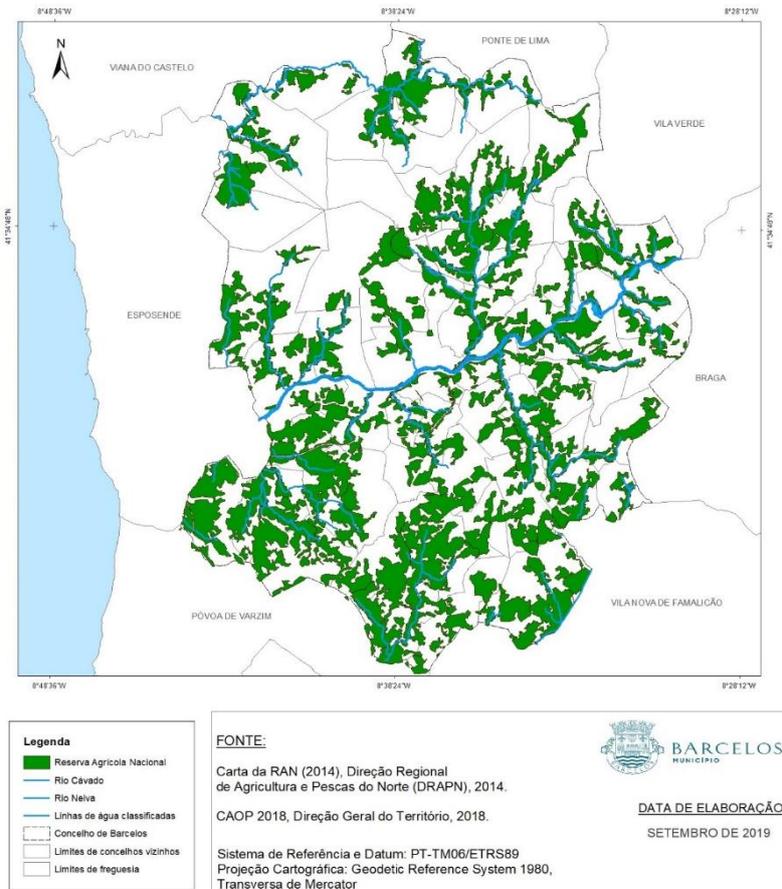
**Quadro 86 – Compromisso RERAE em REN**

Nº de Ordem	Superfície (ha)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da fundamentação	Processo
<b>C153</b>	0,120	Área de máxima infiltração	Indústria	RERAE	GUA44
<b>C154</b>	1,524	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA48
<b>C155</b>	0,497	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA52
<b>C156</b>	0,8895	Área de máxima infiltração	Indústria	RERAE	GUA87
<b>C157</b>	0,880	Área de máxima infiltração/ Leito de curso de água	Indústria	RERAE	GUA70
<b>C158</b>	1,075	Área de máxima infiltração/ Leito de curso de água	Indústria	RERAE	GUA70
<b>C159</b>	0,026	Área de máxima infiltração	Indústria	RERAE	GUA79
<b>C160</b>	0,4497	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA98
<b>C161</b>	0,0246	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA101
<b>C162</b>	0,192	Área de máxima infiltração	Operação de Gestão de Resíduos	RERAE	GUA91
<b>C163</b>	0,04666	Área de máxima infiltração/ Zonas ameaçadas pelas cheias	Pecuária	RERAE	GUA103
<b>C164</b>	0,02106	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA103
<b>C165</b>	0,1197	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA118
<b>C166</b>	0,07915	Área de máxima infiltração	Pecuária	RERAE	GUA118
<b>C167</b>	0,13626	Área de máxima infiltração	Indústria	RERAE	GUA83

Fonte: CMB

### 6.9.5. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL - RAN

No âmbito da 1ª revisão do PDM, procedeu o Município à alteração da delimitação da RAN com incidência no concelho, através de uma proposta de delimitação com as áreas a integrar e excluir. A área total da RAN publicada é de 12 388ha, correspondendo a 32,7% do território concelhio.

**Figura 15 – Identificação Condicionante RAN**

### 6.9.5.1 Pedidos de intervenção e Operações Urbanísticas em RAN

Por forma a aferir da existência de pedidos de utilização não agrícola em Reserva Agrícola Nacional, bem como quais as tipologias de intervenção objeto dos referidos pedidos, para o período em análise 2015-2018, procedeu o Município a consulta junto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Tendo em conta a informação prestada, verifica-se que foram autorizadas 134 utilizações não agrícolas em RAN, correspondendo a uma área total de cerca de 15ha (152.111,4m<sup>2</sup>), em diferentes tipologias.

Considerando as intervenções levadas a efeito, e objeto de deliberação favorável por parte da entidade da tutela, em áreas integradas RAN, verifica-se que incidem sobre as seguintes tipologias, enquadradas no estabelecido no nº1 do Artigo 22º do Decreto-lei nº 73/2009, de 31 de março:

- a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento e comercialização;
- b) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola;
- c) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respetivos agregados familiares, com os limites de área tipologia estabelecidos no regime de habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado, quando se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica e não sejam proprietários de qualquer outro edifício ou fração para fins

habitação, desde que daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo presente decreto-lei;

f) Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola, tal como identificados no regime de exercício da atividade industrial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro;

l) Obras de construção requalificação ou beneficiação de infraestruturas públicas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, de logística, de saneamento, de transporte e distribuição de energia elétrica, de abastecimento de gás e de telecomunicações, bem como outras construções ou empreendimentos públicos ou de serviço público;

n) Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se a habitação própria;

o) Obras de captação de águas ou de implantação de infraestruturas hidráulicas;

**Quadro 87 - Pedidos de Intervenção e pareceres favoráveis em RAN**

Utilizações não agrícola da RAN (nº1 do Artigo 22º)	Nº pareceres favoráveis	Área (m²)
a)	70	85932,04
b)	2	521
c)	23	4485,4
f)	3	1375
l)	12	57174,21
n)	23	2563,75
o)	1	60
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>152111,4</b>

Fonte: DRAPN

Entende-se relevante salientar que a maior incidência de intervenções objeto de deliberação favorável estão enquadradas na alínea a) – “Obras com finalidade agrícola” (70), correspondendo igualmente à maior área, cerca de 8,6 ha (85.932,04m2), secundada em área pelas intervenções destinadas a l) “Obras de construção requalificação ou beneficiação de infra-estruturas públicas” com 5,7ha (57.174,21 m2).

As intervenções enquadradas nas alíneas c) – “Construção ou ampliação de habitação para residência própria” e n) – “Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se a habitação própria” apresentam ambas 23 pareceres favoráveis, correspondendo a uma área total de 0,7 ha (7049,15 m2).

De seguida apresenta-se o número de pareceres favoráveis a utilizações não agrícola da RAN por ano:

**Quadro 88 - Pedidos de Intervenção e pareceres favoráveis em RAN por ano**

Ano	Utilizações não agrícola da RAN	Nº pareceres favoráveis	Área (m²)
2015	a)	14	29608,08
	c)	5	979,5
	l)	4	24225
	n)	1	69
<b>TOTAL</b>		<b>24</b>	<b>54881,58</b>

Ano	Utilizações não agrícola da RAN	Nº pareceres favoráveis	Área (m <sup>2</sup> )
2016	a)	13	11772,5
	b)	1	248
	c)	8	1593,5
	f)	2	975
	l)	3	25430,12
	n)	8	629,78
<b>TOTAL</b>		<b>35</b>	<b>40648,9</b>
2017	a)	23	21687,14
	c)	7	1312,4
	f)	1	400
	l)	1	6799
	n)	9	979,37
<b>TOTAL</b>		<b>41</b>	<b>31177,91</b>
2018	a)	20	22864,32
	b)	1	273
	c)	3	600
	l)	4	720,09
	n)	5	885,6
	o)	1	60
<b>TOTAL</b>		<b>34</b>	<b>25403,01</b>
<b>TOTAL 2015/2018</b>		<b>134</b>	<b>152111,4</b>

Fonte: DRAPN

Tendo em conta o total da área por ano, podemos afirmar que o decréscimo tem sido contínuo, com uma redução de área próxima dos 50% em 2018 quando comparada com o ano de 2015. Por outro lado, analisando o número de pareceres favoráveis no período em análise, verifica-se que os anos com o maior número de pedidos aprovados são os de 2016 e 2017, com 35 e 41 respetivamente.

No que concerne à informação disponível nos serviços do Município foi ainda possível verificar o nº de operações urbanísticas que incidem sobre esta condicionante. Entende-se relevante referir que o quadro seguinte engloba a totalidade das operações urbanísticas que deram entrada nos serviços.

#### Quadro 89 - Operações Urbanísticas em RAN

<b>ANO</b>	<b>Nº</b>
<b>2015</b>	59
<b>2016</b>	103
<b>2017</b>	55
<b>2018</b>	71
<b>TOTAL</b>	<b>288</b>

Fonte: CMB

Verifica-se que o ano com maior número é o de 2016, com 103 operações urbanísticas, apresentando os restantes anos uma média de 60 por ano, com um total de 288 operações urbanísticas no período de referência.

### 6.9.5.2 Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE)

No âmbito do procedimento levado a efeito pelo Município no sentido de permitir a aplicação de Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), publicado através do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, e em consonância com o estabelecido nas Atas das Conferências Decisórias dos processos sujeitos ao referido regime, identificou o Município um conjunto de processos, elencando-se de seguida os que incidem sobre condicionante RAN.

Dos processos que deram entrada, no período para tal estabelecido pelo diploma suprarreferido, foram realizadas, até à presente data, conferências decisórias a 6 processos incidentes sobre a condicionante RAN determinando a necessidade de proceder à correção da referida servidão.

Desta forma o Município deliberou a “Alteração ao Plano Diretor Municipal de Barcelos, tendo em vista a sua adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas”, para as áreas sobre as quais incidem os processos atrás referidos.

Como atrás foi referido, no que concerne aos processos RERAE integrados em REN, entende-se relevante mencionar que a aplicação do RERAE incide sobre mais processos na área do município, os quais não foram incluídos no procedimento atrás referido pelo facto de não terem sido realizadas as respetivas conferências decisórias à data do fecho do procedimento de alteração do Plano, e portanto não se encontram aqui enumerados ou quantificados.

Os processos objeto do presente procedimento apresentam as seguintes tipologias:

**Quadro 90** - Processos RERAE por tipologia de atividade em RAN

Tipologia	n.º
Atividade Industrial	5
Atividade Industrial - Gestão de Resíduos	1

Fonte: CMB

Os referidos procedimentos determinaram a delimitação das 6 parcelas de exclusão identificadas no quadro, perfazendo uma área total de 57,3ha.

**Quadro 91** - Exclusões RERAE na RAN

Nº de Ordem	Espaço Atual	Espaço Proposto	total área a retirar da RAN (m2)	Fundamentação	Processo
IGUA44	AP	AE(III)	1 703,00	RERAE	GUA44
IGUA54	AP	AE(III)	1 215,00	RERAE	GUA54
IGUA70	AP	AE(III)	23 543,50	RERAE	GUA70
IGUA82	AP	AE(III)	15 595,00	RERAE	GUA82
IGUA87	AP	AE(III)	11 180,00	RERAE	GUA87
IGUA91	AP	I	4 077,00	RERAE	GUA91

Fonte: CMB

### 6.9.6 – TURISMO

Uma das vertentes definidas na estratégia preconizada para o concelho na 1ª revisão do PDM, é o setor do turismo, o qual surge como um vetor relevante para o modelo de desenvolvimento proposto para o território.

“Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística;” (PDM Barcelos).

A conjuntura cultural e geograficamente privilegiada de Barcelos favorece o sector do turismo. Com efeito, no território concelhio o turismo assume-se como uma atividade económica de relevo, dotando o concelho de Barcelos de um efetivo potencial para o desenvolvimento da indústria de lazer e saúde. Sustentado por uma valorização consistente dos seus recursos e atividades diferenciadoras, este setor reveste-se de considerável relevância competitiva para o território.

Assim entende-se como estratégica a promoção e incentivo na valorização de recursos únicos e diferenciadores como vantagem competitiva do território.

O concelho de Barcelos é atualmente um dos territórios com mais Artesãos distribuídos por diversas produções artesanais, nomeadamente a olaria, o figurado, os bordados de crivo, os bordados e tecelagem, os trabalhos em madeira, os trabalhos em ferro e latoaria e ainda outras artes como o trabalho em couro e o artesanato contemporâneo, destacando a existência de certificação dos processos de olaria, figurado e bordado de crivo de Barcelos.

Atualmente estão no ativo 120 artesãos com 50 oficinas artesanais disponíveis para fruição turística. O Artesanato é um marco significativo do concelho que permite o impulsionar do turismo e das vendas.

Neste contexto, a aposta tem sido no turismo de experiências, cada vez mais procurado, onde o visitante possa conhecer o artesão e o processo de fabrico das suas peças.

Entende-se ainda relevante referir o esforço no envolvimento da comunidade científica e do tecido produtivo e empresarial no processo de dinamização do produto artesanal.

A classificação como Cidade Criativa pela UNESCO, integrando assim a Rede de Cidades Criativas da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), na categoria do Artesanato e Arte Popular, veio permitir, “o reconhecimento internacional da tradição artesanal e da arte popular de Barcelos como um valor patrimonial, histórico e social, a criação de mais postos de trabalho, nomeadamente no turismo criativo e de experiências, o reforço da notoriedade e reputação da criatividade dos barcelenses nas suas diversas artes, a promoção da criação de estruturas de apoio à atividade artística e a valorização das oficinas criativas tradicionais e apoio a novas gerações de artesãos.” (CMB).

A candidatura visou os seguintes objetivos:

- Valorizar as oficinas criativas tradicionais e apoiar novas gerações de artesãos;
- Promover a criação de estruturas de incubação e *hubs* criativos na cidade e de estruturas informais de apoio à atividade artística, criando mecanismos de apoio à profissionalização das áreas artísticas e criativas;
- Fomentar projetos de interface entre domínios artísticos e criativos diversos e estimular a cooperação com outros polos exteriores de I&D ou de produção criativa;
- Promover um incremento da visibilidade externa das atividades artística e criativa do concelho
- Promover o Turismo Criativo e de Experiências;
- Potenciar o aparecimento de novas empresas criativas;
- Potenciar uma rede que inspire, fortaleça e traga novas ideias para um mundo mais próximo e cooperante;
- Desempenhar um papel ativo no desenvolvimento de projetos com outras cidades da rede;
- Apostar na formação internacional através do alargamento territorial do projeto de mobilidade europeu, que desde há 5 anos tem trazido a Barcelos jovens de diversos países da Europa, numa vertente de conhecimento e aprendizagem onde se privilegiam formações e workshops nas indústrias criativas locais;

- Estreitar laços com África particularmente com países de expressão portuguesa, no sentido de apoiar o entendimento do artesanato e da arte popular como fonte de desenvolvimento e sustentabilidade, numa perspetiva de partilha de formação e saberes;
- Estruturar um novo paradigma de desenvolvimento;
- Apostar no networking internacional para conferir sustentabilidade à realidade criativa local.

A referida classificação, bem como a associação à “ON2-Minho IN” permitiu a Barcelos munir-se de importantes ferramentas que fazem do concelho “um território diferenciador, plural e vivo, e apelativo para a fruição turística, nomeadamente no domínio do turismo de experiências, e criativo, como poucos em Portugal. Senão, vejam-se as réplicas do figurado, espalhadas pela cidade; os livros, nas rotundas, que divulgam as Artes e os Ofícios Tradicionais de Barcelos; o Centro de Interpretação do Galo, que é hoje a “casa-mãe” do Artesanato; as rotas criadas para facilitar o percurso de quem nos visita; a participação em feiras nacionais e internacionais de turismo; o registo fotográfico do artesanato do concelho, com mais de 1500 fotos; a edição de seis rotas em livro e em DVD; a edição de três estudos (Bordado do Crivo, Biografia de Rosa Ramalho e Famílias ligadas ao figurado de Barcelos); o processo de certificação do Bordado de Crivo de Carreira (...)”. CMB.

A valorização e dignificação do Caminho de Santiago tendo em conta a mais valia para o território concelhio do seu potencial económico “é um elemento fundamental na área da Galiza – Norte de Portugal, que agrupa um vasto património cultural e imaterial, assim como um rico património natural que constitui um fator de desenvolvimento fundamental para esta zona, uma forma de entender o território que nos identifica e faz parte do que somos.” CMB.

A pretensão de classificar o Caminho Português de Santiago como património imaterial da Humanidade, é definida como estratégica para a sua valorização, mas principalmente para a sua salvaguarda e preservação.

O concelho integra ainda o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal que pretendendo ser o garante da proteção do património cultural e natural assim como impulsionar e promover turisticamente os concelhos e municípios por onde passa o Caminho Português, baseando-se em estratégias de crescimento inteligente, sustentado e integrador, apostando na modernização e melhoria contínua dos serviços turísticos, incidindo na qualidade e sustentabilidade para serem mais competitivos. Nesse contexto têm vindo a ser estabelecidos um conjunto de ações no sentido do reforço da cooperação transfronteiriça, sensibilização da população na proteção do Caminho português e converter a região num destino turístico de qualidade.

Avalia-se no ponto 6.9.6.2.3 a oferta de Albergues de Peregrinos e no ponto 6.9.6.4 a sua dinâmica, gerada no território pela passagem no concelho do Caminho de Santiago. O número significativo de peregrinos que pernотaram no concelho no período de referência - 53 698 dormidas – é ilustrativo do significado e da importância estratégica para o território deste recurso, bem como da necessidade de um posicionamento claro e objetivo no sentido da sua valorização e salvaguarda, face a ameaças competitivas externas, como sendo o designado Caminho da Costa.

De acordo com o analisado no ponto 6.9.3.2, verifica-se que o importante recurso como são as Termas do Eirogo se encontra com a sua atividade suspensa.

Trata-se de um importante recurso hidrotermal para a região, reconhecido desde o séc. XVIII, com relevância nas terapêuticas associadas ao aparelho respiratório, doenças da pele bem como reumáticas e músculo-esqueléticas. Estas águas são sulfuradas, cloretadas, bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas, apresentando um potencial curativo, acima da média, em termos de hidro e fisioterapia.

Encontrando-se o Turismo Termal e o de Saúde em crescimento, constituem fatores que podem impulsionar o “desenterrar das saudosas Termas do Eirogo”. Com efeito entende-se que a reposição da comparticipação das termas, por parte do Serviço Nacional de Saúde, contribuirá para um previsível aumento, contínuo e estável, na procura deste mercado.

A apropriação deste espaço e a utilização destas termas pela população de Barcelos sempre se revestiu de grande relevância, quer em termos da utilização das termas em si, mas também do usufruto e convívio neste espaço considerado e tido como sendo de excelência, e cuja degradação e recente fecho se traduz num sentimento de perda e tristeza por parte da população.

A situação privilegiada das Termas do Eirogo, em termos geográficos, é reforçada pelo seu enquadramento paisagístico envolvente tendo como mais-valia o facto de não existirem no Baixo - Cávado estabelecimentos deste género.

A cidade e seu Centro Histórico intrinsecamente ligado ao Rio Cávado são a imagem do concelho, associados ao internacionalmente reconhecido “Galo de Barcelos”. Tendo em conta a estratégia estabelecida, segundo a qual “(...) a recuperação do Centro histórico de Barcelos e áreas subjacentes que possibilitaram a devolução do centro da cidade na integra aos peões. Este facto reflete-se, posteriormente, na dinamização de algumas lojas comerciais, aparecimento de novos estabelecimentos, aparecimento de algumas esplanadas, etc. Criaram-se melhores condições de fruição e atração da cidade para os habitantes e, conseqüentemente, para os visitantes que assim fruem melhor desta cidade.” CMB - PDM - Relatório do Turismo.

O Município tem vindo a desenvolver um conjunto de ações no sentido da reabilitação e valorização do Centro Histórico, através da delimitação das ARU’s analisadas em pormenor no ponto 6.10.10. “Áreas de Reabilitação Urbana – ARU”.

“(...) as margens do Rio Cávado, possuem zonas já utilizados pelas populações locais como praias fluviais. Hoje estas exigem um tratamento mais sério ao nível do planeamento, ordenamento e fiscalização, no sentido de promover o bem-estar e a segurança das populações, e potenciar que estes recursos de atracção primários se tornem fruíveis e parte integrante do produto turístico local.” CMB - PDM - Relatório do Turismo.

Neste sentido o município, reconhecendo o valor dos recursos hídricos concelhios, especialmente o Rio Cávado pela sua relação com a cidade, e freguesias ribeirinhas, vem encetando esforços no sentido da valorização desses recursos, através de, por exemplo:

- Implementação de ações limpeza como o “Plano de Ação de Reabilitação, Limpeza e Valorização de Rios e Ribeiras” ou ainda, a nível do rio Cávado, o “Plano de Limpeza e Remoção de espécies invasoras no rio Cávado”;
- Requalificação/consolidação/ reabilitação/ reconstrução de açudes e outras estruturas existentes no rio, bem como a Ponte Medieval de Barcelos;
- Criação do “Parque Ambiental das Lagoas do Cavado - Areas de Vilar”;
- “Ações de Qualificação de Produtos Turísticos e Estratégicos do Minho – Turismo Natureza / Náutico – Qualificação das experiências da Natureza do Minho – Ancoradouros no Rio Cávado” – 6 ancoradouros;
- Estudo de Valorização e Desenvolvimento Estratégico dos Rios Cávado e Homem;
- “Ecovia do Rio Cávado entre Fornelos e Pousa” - margem esquerda do Rio Cávado.

Tendo em conta a estratégia estabelecida para o concelho, e uma vez que a oferta de alojamento condiciona a dinâmica turística do território, analisam-se de seguida os registos de atividade, a oferta e a dinâmica dos alojamentos no território concelhio.

#### **6.9.6.1 Registo Nacional de Turismo**

Por forma a ser possível aferir a evolução da oferta turística no concelho procedeu-se à verificação de todos os novos registos no Registo Nacional de Turismo.

O Registo Nacional de Turismo (RNT) vem dar resposta à Lei de Bases do Turismo (Decreto-Lei 191/2009, de 17 de Agosto) e visa centralizar e disponibilizar para consulta informação relativa aos empreendimentos e empresas do turismo em operação no País.

Assim, foi sistematizada e analisada a informação disponível referente ao Alojamento Local e Empreendimentos Turísticos nas suas diferentes modalidades e tipologias, bem como aos Agentes de Viagens e aos Agentes de Animação Turístico na área territorial de Barcelos, e para o período em análise.

#### 6.9.6.1.1 Alojamento Local

Respeitante ao alojamento local, no qual se incluem as modalidades de moradia, apartamento, quarto, estabelecimento de hospedagem ou hostel, tendo em conta os dados disponíveis, verifica-se que o número de registos tem vindo a apresentar um aumento consistente, num total de 50 no período de referência. No ano de 2018 verificou-se o acréscimo mais significativo, com 27 novos registos.

**Quadro 92 - Alojamento Local - Nº registos por ano**

Ano	n.º
2015	7
2016	4
2017	12
2018	27
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

Fonte: RNT

No que se refere à disponibilidade de quartos e camas para igual período, verifica-se um incremento significativo, sendo que o ano de 2018 apresentou valores muito superiores a todos os anos que o precedem, com 113 quartos e 173 camas/beliches no referido ano.

De referir que apenas uma das unidades registada em 2018 contribuiu para aumentar a oferta em 38 camas e 10 beliches.

**Quadro 93 - Alojamento Local - Nº Quartos por ano (2015-2018)**

Ano	n.º
2015	24
2016	8
2017	46
2018	113
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>

Fonte: RNT

**Quadro 94 - Alojamento Local - Nº Camas/Beliches por ano (2015-2018)**

Ano	n.º
2015	46
2016	15
2017	65
2018	173
<b>TOTAL</b>	<b>299</b>

Fonte: RNT

Refere-se ainda que, na larga maioria dos casos, os novos alojamentos são levados a efeito pelos seus proprietários (31 alojamentos – 62% do total), sendo que a titularidade com menor representatividade é a de usufrutuário, com apenas 1 alojamento com essa titularidade.

**Quadro 95 - Alojamento Local –Titularidade (2015-2018)**

Titularidade	n.º
Proprietário	31
Arrendatário	9
Comodatário	9
Usufrutuário	1

Fonte: RNT

Tendo em conta o âmbito territorial, a distribuição dos alojamentos apresenta maior concentração na união de freguesias de Barcelos, Vila Boa – S. João, Vila Frescainha São Pedro e Vila Frescainha São Martinho, com 11 alojamentos (22%), apresentando uma dispersão relativamente uniforme pelo concelho, com menor incidência nas freguesias localizadas a nascente do território concelhio.

**Quadro 96 - Alojamento local por freguesia (2015-2018)**

Freguesias	n.º
U.F. Barcelos, Vila Boa – S. João, Vila Frescainha São Pedro e Vila Frescainha São Martinho	11
U.F. Durrães e Tregosa	4
Barcelinhos	4
Aldreu	3
Balugães	3
Barqueiros	3
U.F. Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	3
Cossourado	2
Fragoso	2
Paradela	2
U.F. Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2
U.F. Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães	2
U.F. Vila Cova e Feitos	2
U.F. Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto	1
Carvalhal	1
Lijó	1
U.F. Milhazes, Vilar de Figos e Faria	1
Palme	1
Tamel (São Veríssimo)	1
Várzea	1

Fonte: RNT

### 6.9.6.1.2 Empreendimentos Turísticos

No que concerne a esta tipologia de empreendimentos turísticos, no qual se incluem as modalidades de estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamento, pousadas), aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos (resorts), empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo no espaço rural (casas de campo, agro-turismo, hotéis rurais) e parques de campismo e caravanismo, verifica-se o surgimento de 1 (um) novo empreendimento em 2017, na freguesia de Vila Cova, com 4 unidades de alojamento e capacidade para 8 hóspedes, sendo o único caso registado.

**Quadro 97 - Empreendimentos turísticos (2015-2018)**

ID	Tipologia	Capacidade	Número de Unidades de Alojamento	Localização (Localidade)	Ano Abertura
15	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	8	4	Vila Cova Bcl	2017

Fonte: RNT

**6.9.6.1.3 Agentes de Viagens e Turismo e Agentes de Animação Turística**

Relativamente ao aparecimento de novos agentes de viagens e turismo no concelho, verifica-se a existência de 4 novos registos, sendo que 3 desses se encontram na sede do concelho e 1 localizado na freguesia de Vila Cova.

Verificaram-se 10 novos registos de agentes de animação turística no período de referência, 4 dos quais localizados na sede de concelho.

**Quadro 98 - Agentes de animação turística por ano (2015-2018)**

Nº registos por ano	
2015	0
2016	2
2017	4
2018	4
<b>Total</b>	<b>10</b>

Fonte: RNT

**Quadro 99 - Agentes de animação turística por freguesia (2015-2018)**

Freguesia	Nº
Barcelos	4
Adães	1
Goios	1
Midões	1
Palme	1
Tamel (São Veríssimo)	1
Vila Cova	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: RNT

**6.9.6.2 Oferta Turística**

Através de consulta ao RNT foi ainda possível aferir a totalidade da oferta turística disponível no concelho, bem como fazer uma análise comparativa com as NUT's Norte e Cávado.

### 6.9.6.2.1 Alojamento Local

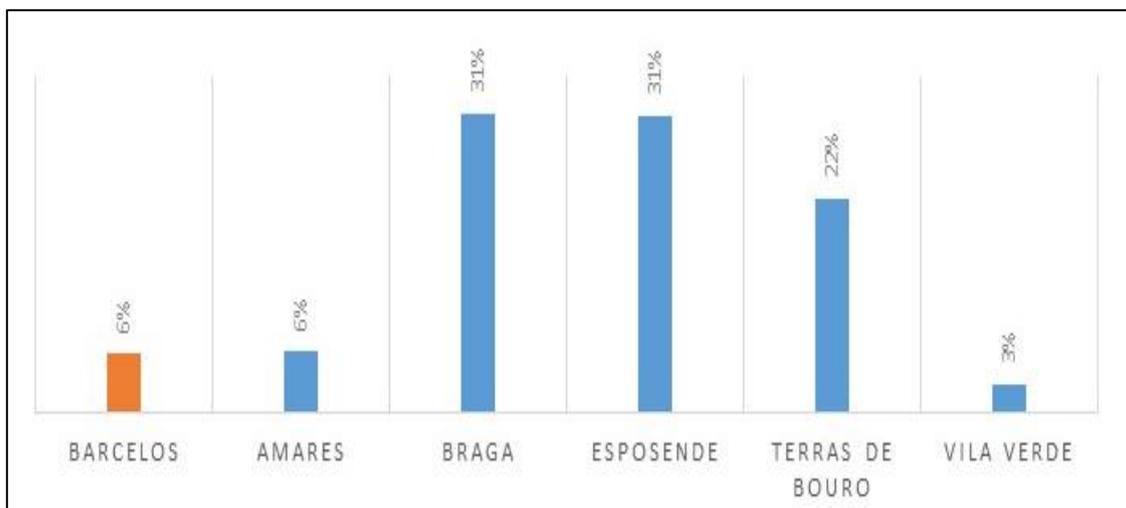
A representatividade dos Alojamentos Locais do concelho é de 6% no âmbito da Sub-região do Cávado, tendo uma expressão diminuta no contexto da Região Norte, se comparada com a capital de distrito Braga ou com Esposende e até Terras de Bouro.

**Quadro 100** - Oferta do número de alojamentos locais, 2018

Área	Nº Alojamentos Locais	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos	Nº Beliches
Norte	14 061	51 418	82 060	31 129	1 488
Cávado	1 179	5 375	8 720	3 907	76
<b>Barcelos</b>	<b>72</b>	<b>400</b>	<b>573</b>	<b>247</b>	<b>11</b>
Amares	76	470	869	422	-
Braga	368	1 455	2 268	1 014	40
Esposende	365	1 560	2 478	1 059	11
Terras de Bouro	263	1 332	2 269	1 049	14
Vila Verde	35	158	263	116	-

Fonte: RNT

**Gráfico 24** - Oferta por município, do número de alojamentos locais na NUT III Cávado



Fonte: RNT

Existem atualmente no concelho de Barcelos 72 Alojamentos Locais, comportando 247 quartos, com capacidade para 573 hóspedes, dos quais 11 estão localizados na sede do concelho, disponibilizando 39 quartos com capacidade para 92 hóspedes.

**Quadro 101 - Oferta Turística - Alojamento Local no Concelho**

ID	Data do registo	Modalidade	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos	Nº Beliches	Localização (Freguesia)
1	25/05/2009	Moradia	2	3	1		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
2	25/05/2009	Apartamento	1	2	1		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
3	25/05/2009	Apartamento	3	4	2		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
4	25/05/2009	Apartamento	5	7	3		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
5	25/05/2009	Apartamento	2	3	1		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
6	25/05/2009	Apartamento	4	5	2		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
7	25/05/2009	Moradia	6	6	2		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
8	24/02/2010	Moradia	3	6	4		Aldreu
9	10/03/2010	Estabelecimento de hospedagem	15	18	9		Arcozelo
10	13/04/2011	Estabelecimento de hospedagem	16	30	9		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
11	31/10/2012	Moradia	6	8	3		Aborim
12	06/05/2013	Moradia	5	8	4		Vila Cova e Feitos
13	17/03/2014	Moradia	6	9	4		Panque
14	30/09/2014	Moradia	13	20	8		Fragoso
15	17/11/2014	Moradia	8	11	6		Perelhal
16	25/11/2014	Moradia	4	6	3		Aldreu
17	23/12/2014	Moradia	5	6	3		Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
18	05/03/2015	Moradia	3	4	2		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
19	08/05/2015	Estabelecimento de hospedagem	20	22	7		Barcelinhos
20	08/05/2015	Estabelecimento de hospedagem	12	12	6		Barcelinhos
21	07/07/2015	Moradia	3	4	2		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
22	23/07/2015	Moradia	3	6	3		Balugães
23	23/07/2015	Moradia	2	4	2		Balugães
24	23/07/2015	Moradia	3	6	2		Balugães
25	02/03/2016	Estabelecimento de hospedagem	5	6	2		Lijó
26	03/03/2016	Moradia	2	4	2		Palme
27	27/05/2016	Moradia	4	4	1		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
28	06/06/2016	Moradia	4	6	3		Aldreu
29	16/03/2017	Estabelecimento de hospedagem	7	10	7		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
30	21/04/2017	Moradia	4	6	3		Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
31	20/05/2017	Estabelecimento de hospedagem	14	20	9		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
32	12/07/2017	Moradia	8	8	3		Barcelinhos
33	25/07/2017	Moradia	4	6	4		Vila Cova e Feitos
34	31/07/2017	Moradia	5	6	3		Várzea

ID	Data do registo	Modalidade	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos	Nº Beliches	Localização (Freguesia)
35	07/08/2017	Moradia	3	6	3		Paradela
36	10/08/2017	Apartamento	4	8	3		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
37	30/08/2017	Moradia	5	10	3		Durrães e Tregosa
38	01/09/2017	Moradia	2	4	2		Cossourado
39	04/09/2017	Estabelecimento de hospedagem	4	4	2		Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
40	12/09/2017	Moradia	5	8	4		Tamel (São Veríssimo)
41	03/01/2018	Moradia	6	8	5		Cossourado
42	08/01/2018	Moradia	3	6	3		Paradela
43	12/02/2018	Moradia	7	10	5		Milhazes, Vilar de Figs e Faria
44	19/02/2018	Moradia	3	8	3		Durrães e Tregosa
45	08/03/2018	Moradia	2	4	2		Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto
46	13/04/2018	Moradia	7	10	5		Vila Cova e Feitos
47	03/05/2018	Moradia	5	8	4		Fragoso
48	11/05/2018	Moradia	3	6	3		Aldreu
49	05/06/2018	Apartamento	2	2	1		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
50	03/07/2018	Apartamento	2	4	2		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
51	19/07/2018	Moradia	6	10	6		Barqueiros
52	24/07/2018	Moradia	4	6	3		Barqueiros
53	01/08/2018	Moradia	6	10	6		Barqueiros
54	01/08/2018	Moradia	4	8	4		Durrães e Tregosa
55	15/08/2018	Apartamento	1	4	1		Fragoso
56	12/09/2018	Estabelecimento de hospedagem-Hostel	41	44	7	11	Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
57	20/09/2018	Moradia	5	9	4		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
58	21/09/2018	Apartamento	2	4	2		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
59	25/09/2018	Estabelecimento de hospedagem	7	8	3		Carvalhal
60	15/10/2018	Estabelecimento de hospedagem	3	4	2		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
61	26/11/2018	Quartos	1	2	1		Barcelos, V.Boa, V.Frescainha
62	21/01/2019	Moradia	3	6	3		Abade de Neiva
63	24/01/2019	Apartamento	2	4	1		Arcozelo
64	01/03/2019	Moradia	3	6	3		Fragoso
65	29/03/2019	Moradia	3	7	2		Galegos (Santa Maria)
66	03/04/2019	Apartamento	4	6	3		Balugães
67	09/04/2019	Moradia	6	9	4		Cambeses
68	29/04/2019	Moradia	4	5	2		Areias de Vilar e Encourados
69	27/05/2019	Moradia	4	5	2		Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães
70	13/06/2019	Moradia	10	10	5		Barcelinhos
71	19/06/2019	Moradia	9	10	5		Aborim
72	09/07/2019	Moradia	2	4	2		Barcelinhos
		<b>TOTAL</b>	<b>400</b>	<b>573</b>	<b>247</b>	<b>11</b>	

Fonte: RNT

### 6.9.6.2.2 Empreendimentos Turísticos

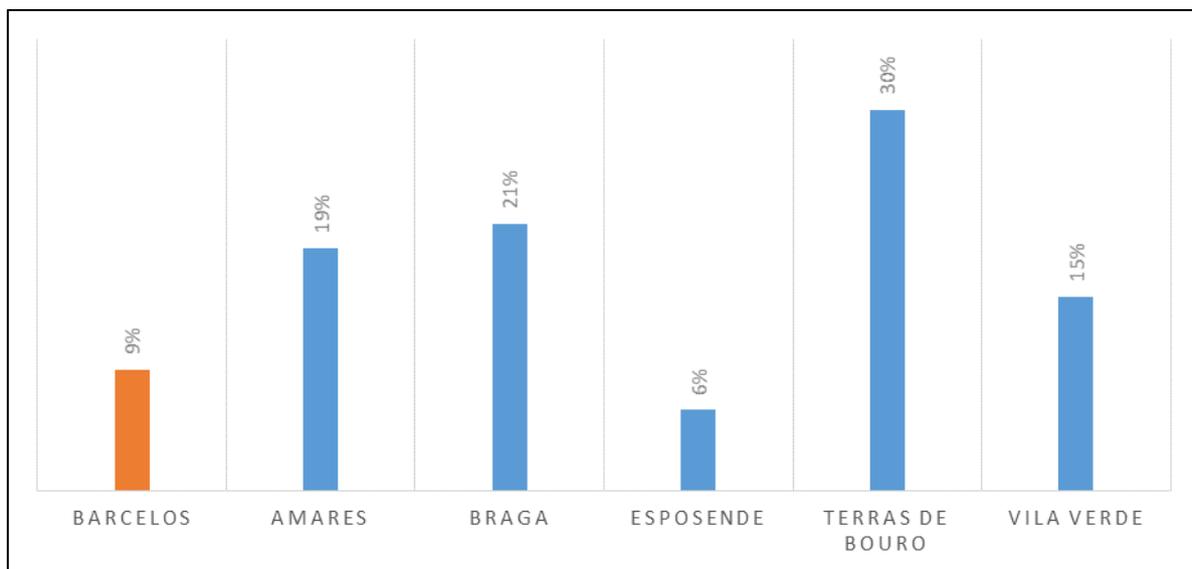
Como se pode verificar no quadro seguinte a representatividade dos Empreendimentos Turísticos do concelho, na Sub-região do Cávado, é de 9%, sendo que o município com maior representatividade é o de Terras de Bouro com 30%.

**Quadro 102** - Oferta do número de empreendimentos Turísticos, 2018

Área	Nº Empreendimentos Turísticos	Capacidade	Número de Unidades de Alojamento	Número de Unidades de Alojamento com Mobilidade Reduzida
Norte	1 449	83 683	28 160	724
Cávado	159	9 786	3 276	57
<b>Barcelos</b>	<b>15</b>	<b>373</b>	<b>203</b>	<b>2</b>
Amares	30	612	310	6
Braga	33	3 054	1 517	28
Esposende	10	1 324	461	4
<b>Terras de Bouro</b>	<b>47</b>	<b>4 066</b>	<b>593</b>	<b>14</b>
Vila Verde	24	357	192	3

Fonte: RNT

**Gráfico 25** - Oferta por município, do número de empreendimentos Turísticos na NUT III Cávado



Fonte: RNT

Em 2018 existiam no concelho 15 empreendimentos turísticos, comportando 203 unidades de alojamento (ou quartos) com capacidade para 373 hóspedes. Os Empreendimentos turísticos com maior capacidade encontram-se situados na sede do concelho, disponibilizando 118 das 203 unidades de alojamento existentes e com uma capacidade para 196 hóspedes.

**Quadro 103** - Oferta Turística – Empreendimentos Turísticos no Concelho

ID	Tipologia	Capacidade	Número de Unidades de Alojamento	Número de Unidades de Alojamento com Mobilidade Reduzida	Localização (Localidade)	Ano Abertura
1	Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	42	27	0	Barcelos	1980
2	Empreendimento de Turismo de Habitação	10	5	0	Carvalho Bcl	1987
3	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	15	6	0	Abade de Neiva	1988
4	Empreendimento de Turismo de Habitação	23	11	0	Várzea Bcl	1990
5	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	15	7	0	Viatodos	1994
6	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	16	8	0	Bastuço (Santo Estevão)	1996
7	Empreendimento de Turismo de Habitação	27	13	0	Quintiães	1997
8	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	12	6	0	Sequeade	2000
9	Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	50	37	1	Barcelos	2004
10	Empreendimento de Turismo de Habitação	20	10	0	Durrães	2005
11	Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	104	54	1	Barcelos	2007
12	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	8	4	0	Cossourado Bcl	2010
13	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	11	5	0	Durrães	2010
14	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	12	6	0	Roriz Bcl	2014
15	Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	8	4	0	Vila Cova Bcl	2017
<b>TOTAL</b>		<b>373</b>	<b>203</b>	<b>2</b>		
<b>TOTAL SEDE DE CONCELHO</b>		<b>196</b>	<b>118</b>	<b>1</b>		

Fonte: RNT

### 6.9.6.2.3 Albergues de Peregrinos

Tendo em conta o valor estratégico do Caminho Português de Santiago considera-se relevante aferir o número de albergues de peregrinos existentes no concelho, bem como o número de camas que disponibilizam para este tipo de utilizadores.

Assim, existem 4 albergues de peregrinos no concelho, dos quais 2 estão localizados na freguesia de Barcelinhos (Albergue Amigos da Montanha e Albergue Residência Senhor do Galo), 1 na sede de concelho (Albergue Cidade de Barcelos) e 1 em Tamel São Pedro Fins (Albergue Casa da Recoleta).

Tendo em conta a disponibilidade de camas, verifica-se que o Albergue Casa da Recoleta apresenta a maior oferta, com 41 camas disponíveis, existindo no concelho um total de 105 camas.

**Quadro 104 - Oferta Turística – Albergues de Peregrinos**

Albergues	Nº de Camas
Amigos da Montanha	16
Residência Senhor do Galo	22
Cidade de Barcelos	26
Casa da Recoleta	41
<b>Total</b>	<b>105</b>

Fonte: Município de Barcelos

**6.9.6.3 Dinâmica do Alojamento Turístico**

Analisando a ocupação efetiva dos alojamentos disponíveis no concelho, efetua-se, de seguida uma leitura do número de dormidas, taxa de ocupação e estadia média. Salienta-se o facto de, para estes indicadores, não estarem ainda disponíveis os dados referentes ao ano de 2018.

**6.9.6.3.1 Dormidas**

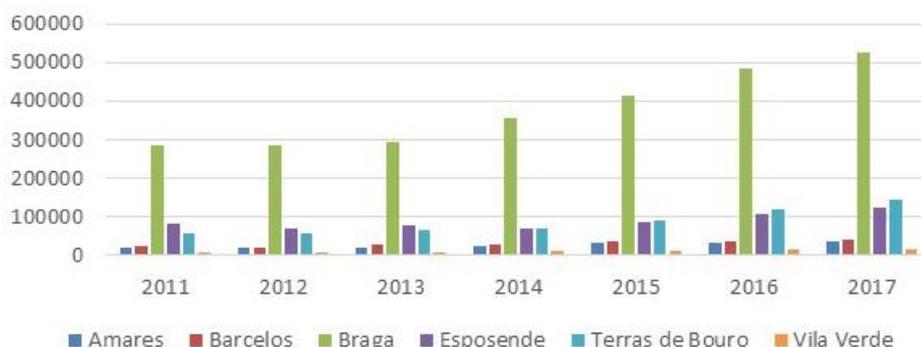
Pese embora o aumento de disponibilidade de alojamento verificada no concelho, com o surgimento de 195 novos quartos, disponibilizando 307 camas/beliches, constata-se que o número de dormidas não se reflete de forma expressiva, ficando o acréscimo aquém das 5000 dormidas, no período de referência.

A variação do número de dormidas no concelho tem vindo a apresentar oscilações, sendo o ano de 2015 aquele em que se verificou o maior acréscimo, com 9604 dormidas. Assim, considerando a totalidade do período 2011-2017, verificou-se no concelho um aumento consistente do número de dormidas, perfazendo um total superior a 217 000.

**Quadro 105 - Evolução do número de dormidas**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Norte</b>	<b>4547011</b>	<b>4541919</b>	<b>5276137</b>	<b>6061742</b>	<b>7001899</b>	<b>7989922</b>	<b>9008846</b>
<b>Cávado</b>	<b>480009</b>	<b>460585</b>	<b>497218</b>	<b>564053</b>	<b>672383</b>	<b>795627</b>	<b>889470</b>
<i>Amares</i>	22454	19086	20825	25208	33069	33183	38396
<b>Barcelos</b>	<b>23992</b>	<b>22128</b>	<b>29382</b>	<b>27945</b>	<b>37549</b>	<b>35776</b>	<b>40251</b>
<i>Braga</i>	285799	285904	293274	358066	412617	483956	525419
<i>Esposende</i>	80673	69526	79064	72287	86755	106735	124751
<i>Terras de Bouro</i>	59145	57800	65056	70150	91074	121252	143583
<i>Vila Verde</i>	7946	6141	9617	10397	11319	14725	17070

Fonte: INE

**Gráfico 26 - Evolução do número de dormidas por Município, na NUT III Cávado**

Fonte: INE

No entanto, entende-se que a leitura destes dados não poderá ser feita de forma linear tendo em conta a inexistência de dados estatísticos relativos ao ano de 2018, ano em que, como atrás se regista, se verificou o maior aumento de disponibilidade de quartos e camas, com 113 novos quartos e 173 camas/beliches.

As dormidas no concelho apresentam uma representatividade modesta, correspondendo a 5% do total das dormidas da Sub-região onde, sem grandes surpresas, o concelho com maior representatividade é Braga, sede de distrito, com 59% das dormidas.

**Gráfico 27** - Evolução comparativa do número de dormidas do Município na NUT III Cávado



Fonte: INE

### 6.9.6.3.2 Taxa líquida de ocupação

A taxa líquida de ocupação, que corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência (INE), tem registado um crescimento consistente no concelho, atingindo em 2017 - 27,9%. Braga é o concelho da sub-região Cávado que apresenta a maior taxa de ocupação, com 47,1%, superando a registada para a região Norte (42%).

**Quadro 106** – Evolução da Taxa líquida de ocupação - cama (%)

	2014	2015	2016	2017
<b>Norte</b>	<b>33,9</b>	<b>36</b>	<b>39,4</b>	<b>42</b>
<b>Cávado</b>	<b>27</b>	<b>29,9</b>	<b>34,7</b>	<b>37,7</b>
Amares	15,5	16,5	16,3	18,2
<b>Barcelos</b>	<b>19,9</b>	<b>24,8</b>	<b>23,7</b>	<b>27,9</b>
Braga	34,3	38	43,9	47,1
Esposende	21	25,6	32,3	35,9
Terras de Bouro	19,9	22,2	27,7	30,5
Vila Verde	21,5	18,4	21,1	24,5

Fonte: INE

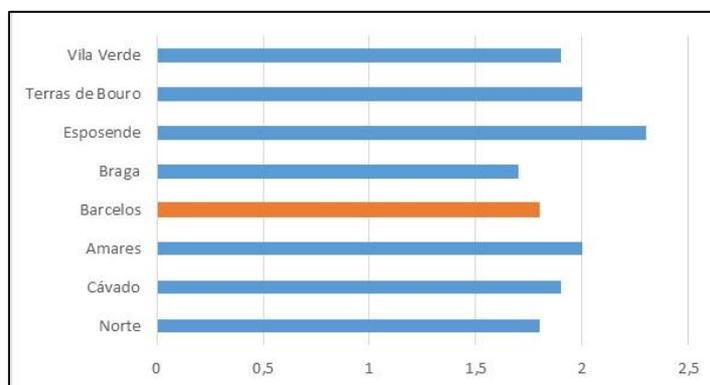
### 6.9.6.3.3 Estadia Média

A estadia média de hóspedes no concelho apresenta valores similares ao longo dos anos, sendo que o ano mais favorável foi o de 2015, com uma estadia média de 2 noites. No contexto das unidades territoriais em que se insere, a estadia média mais elevada é a verificada em Esposende, consistentemente acima das 2 noites.

**Quadro 107** – Evolução da estadia média por Município, da NUT III Cávado

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Norte</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>
<b>Cávado</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>	<b>1,9</b>
<i>Amares</i>	2,3	2,3	2,2	2
<b>Barcelos</b>	<b>1,8</b>	<b>2</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>
<i>Braga</i>	1,6	1,6	1,7	1,7
<i>Esposende</i>	2,4	2,5	2,5	2,3
<i>Terras de Bouro</i>	2	2	2	2
<i>Vila Verde</i>	1,8	2,2	1,9	1,9

Fonte: INE

**Gráfico 28** – Estadia média (2017)

Fonte: INE

#### 6.9.6.3.4 Proveitos totais dos alojamentos turísticos

Em termos económicos verifica-se que os proveitos totais decorrentes dos alojamentos turísticos na área concelhia apresentam um volume de 8 033 milhares de euros, sendo os anos mais significativos 2016 e 2017, verificando-se um aumento consistente dos proveitos totais no período de referência.

No contexto da sub-região Cávado verifica-se que Barcelos representa perto de 7% do total dos proveitos da sub-região, sendo o concelho com maior contributo é Braga, com 55%, seguido de Esposende - 16% e Terras de Bouro - 13%.

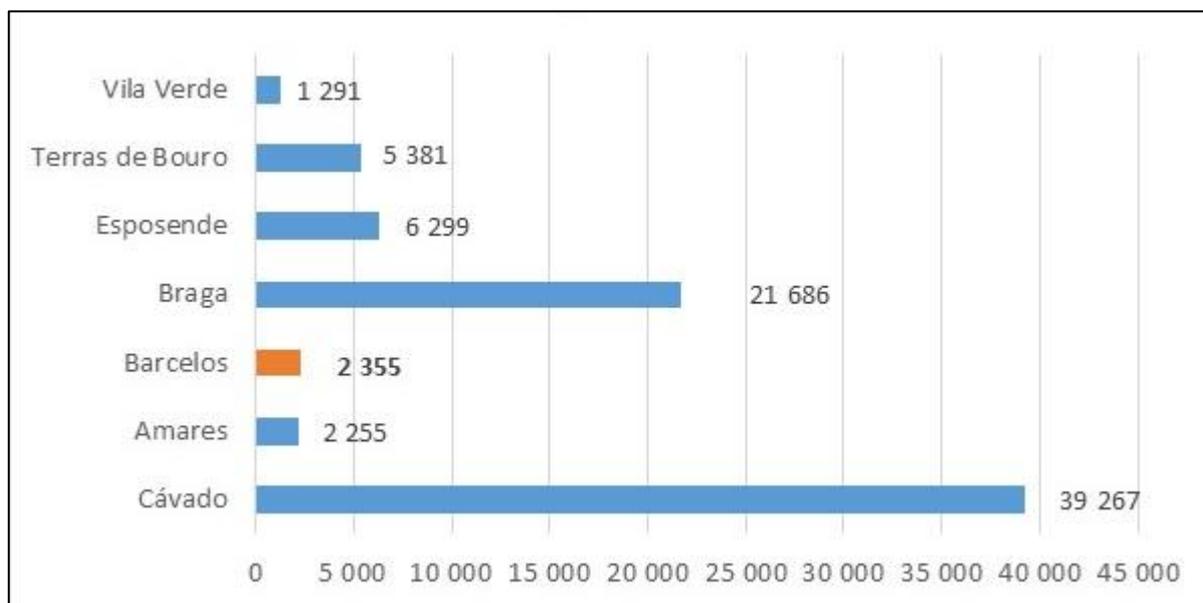
**Quadro 108** – Evolução dos proveitos totais dos alojamentos turísticos (milhares/€)

€ - milhares	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Norte</b>	<b>271 117</b>	<b>329 973</b>	<b>403 945</b>	<b>489 312</b>
<b>Cávado</b>	<b>23 407</b>	<b>26 378</b>	<b>32 555</b>	<b>39 267</b>
<i>Amares</i>	1 373	1 699	1 781	2 255
<b>Barcelos</b>	<b>1 628</b>	<b>1 932</b>	<b>2 118</b>	<b>2 355</b>
<b>Braga</b>	<b>13 283</b>	<b>14 451</b>	<b>18 011</b>	<b>21 686</b>
<i>Esposende</i>	3 965	4 467	5 013	6 299
<i>Terras de Bouro</i>	2 847	3 477	4 625	5 381
<i>Vila Verde</i>	311	352	1 006	1 291

Fonte: PORDATA/ INE

O ano de 2017 foi o ano em que se verificou o melhor desempenho de Barcelos, sendo o seu contributo na ordem dos 6% do total dos proveitos da sub-região onde se insere.

**Gráfico 29** - Proveitos totais dos alojamentos turísticos por Município, na NUT III Cávado (milhares/€)



Fonte: PORDATA/INE

#### 6.9.6.4 Dinâmica dos Albergues de Peregrinos

No que diz respeito aos albergues de peregrinos analisa-se de seguida a estadia média, proveitos, dormidas e taxa líquida de ocupação destas unidades.

Tendo em conta as características deste tipo de alojamento assim como o tipo de utilizadores – peregrinos do Caminho de Santiago – considera-se irrelevante a análise da estadia média, já que os peregrinos pernoitam, salvo muito raras exceções, por uma única noite nestes albergues.

Os albergues existentes no concelho têm estabelecidas condições distintas para pagamento da utilização do albergue por parte dos peregrinos.

**Quadro 109** - Albergues de Peregrinos por tipo de Pagamento

Albergues	Pagamento
Amigos da Montanha	Donativo
Residência Senhor do Galo	5 €
Cidade de Barcelos	Donativo
Casa da Recoleta	5 €

Fonte: CMB

Tendo em conta que dois dos albergues do concelho não têm pagamento obrigatório estabelecido – Albergue Amigos da Montanha e Albergue Cidade de Barcelos, não se efetua uma análise quantificada dos proveitos.

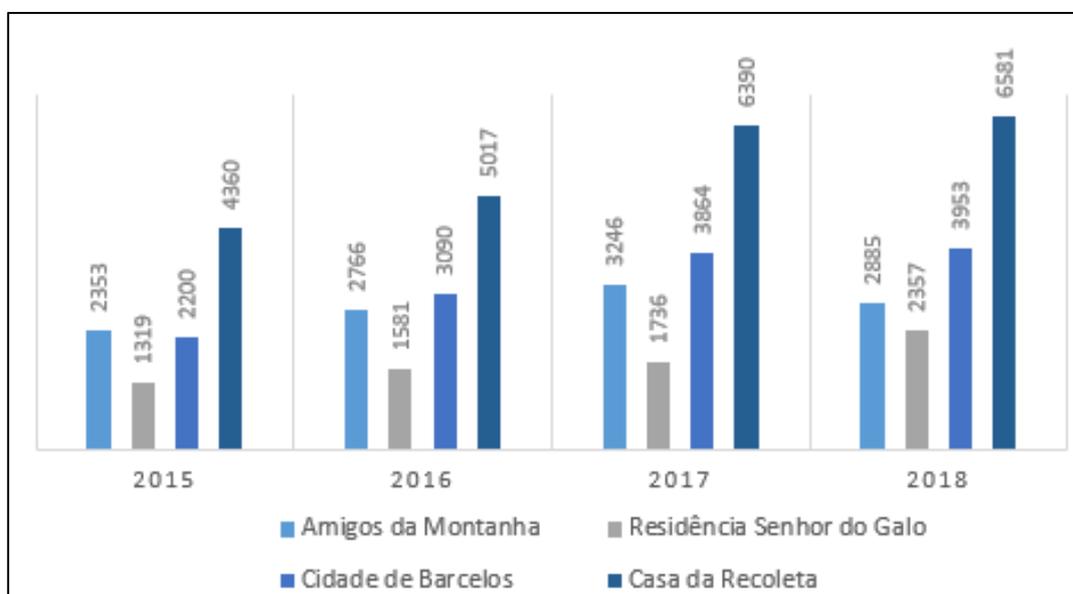
Analisando o número de dormidas, é possível afirmar que estas têm aumentado de forma consistente no período de referência. O Albergue Amigos da Montanha registou um decréscimo em 2018 após aumentos consistentes nos anos anteriores.

**Quadro 110** - Dinâmica Albergues de Peregrinos – Dormidas

Albergues	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Amigos da Montanha	2 353	2 766	3 246	2 885	<b>11 250</b>
Residência Senhor do Galo	1 319	1 581	1 736	2 357	<b>6 993</b>
Cidade de Barcelos	2 200	3 090	3 864	3 953	<b>13 107</b>
Casa da Recoleta	4 360	5 017	6 390	6 581	<b>22 348</b>
<b>Total</b>	<b>10 232</b>	<b>12 454</b>	<b>15 236</b>	<b>15 776</b>	<b>53 698</b>

Fonte: Albergues de Peregrinos do Concelho de Barcelos

Como se pode verificar pela leitura do quadro, o Albergue Casa da Recoleta apresenta o maior número de dormidas, com um total de 22 348 dormidas no período de referência.

**Gráfico 30** – Dormidas em albergues

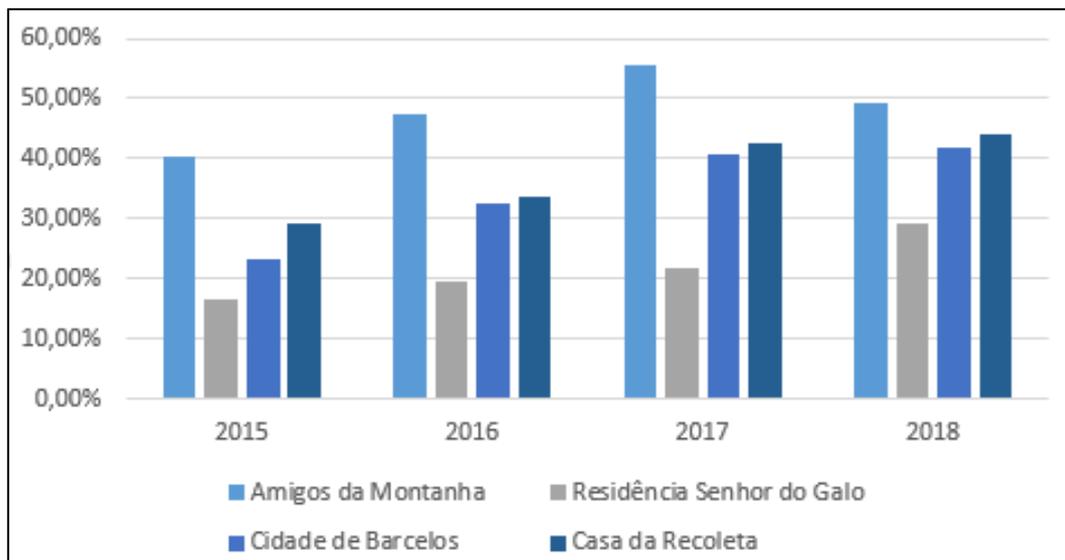
Fonte: Albergues de Peregrinos do Concelho de Barcelos

Tendo em conta a capacidade de cada albergue, bem como o número de dormidas, verifica-se que o Albergue Amigos da Montanha apresenta a maior taxa líquida de ocupação, com 48,16%.

**Quadro 111** - Dinâmica Albergues de Peregrinos - Taxa Líquida de Ocupação

Albergues	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Amigos da Montanha	40,29%	47,36%	55,58%	49,40%	<b>48,16%</b>
Residência Senhor do Galo	16,43%	19,69%	21,62%	29,35%	<b>21,77%</b>
Cidade de Barcelos	23,18%	32,56%	40,72%	41,65%	<b>34,53%</b>
Casa da Recoleta	29,13%	33,52%	42,70%	43,98%	<b>37,33%</b>

Fonte: CMB

**Gráfico 31 - Taxa Líquida de Ocupação em albergues**

Fonte: CMB

### 6.10. Dinâmica Urbanística

Por forma a aferir a dinâmica que o Plano imprimiu ao território concelhio, procedeu-se ao levantamento de todas as licenças emitidas no período de referência, com recurso a dados estatísticos recolhidos junto do INE.

Foi igualmente analisada a informação disponível nos serviços referente às operações urbanísticas enquadradas no regime jurídico da urbanização e da edificação, registadas no período de execução do Plano (2015-2018).

Os indicadores analisados foram os seguintes:

- Nº total de licenças emitidas (incluindo alvarás de loteamento);
- Área de construção total;
- Área de construção nova;
- Reabilitação de edifícios face a novos edifícios licenciados;
- Fogos licenciados;
- Nº de obras de edificação registados (por tipo de Entidade Promotora);
- Nº de obras de edificação concluídas (por tipo);
- Nº de Alvarás de Autorização de Utilização;
- Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e respetiva dimensão;
- Nº de intervenções de renovação, requalificação e reabilitação urbana;
- Relação existente entre o nº de fogos na sede de Concelho e na totalidade do Município;
- Área do Concelho por Categoria do Uso do Solo - PDM 2015;
- Operações urbanísticas por categoria de solo;
- Taxa de Execução das Áreas de Atividades Económicas;
- Taxa de execução do solo em solo urbano;
- Taxa de execução do solo em solo urbanizável.

**6.10.1. Nº total de licenças emitidas (incluindo alvarás de loteamento)**

É possível verificar um contínuo aumento do número de licenças, no período em análise, atingindo em 2018 um total de 352, sendo que o número de licenças emitidas no conjunto dos 4 anos é 1030.

**Quadro 112 - Nº Total de Licenças Emitidas por classificação de solo e ano**

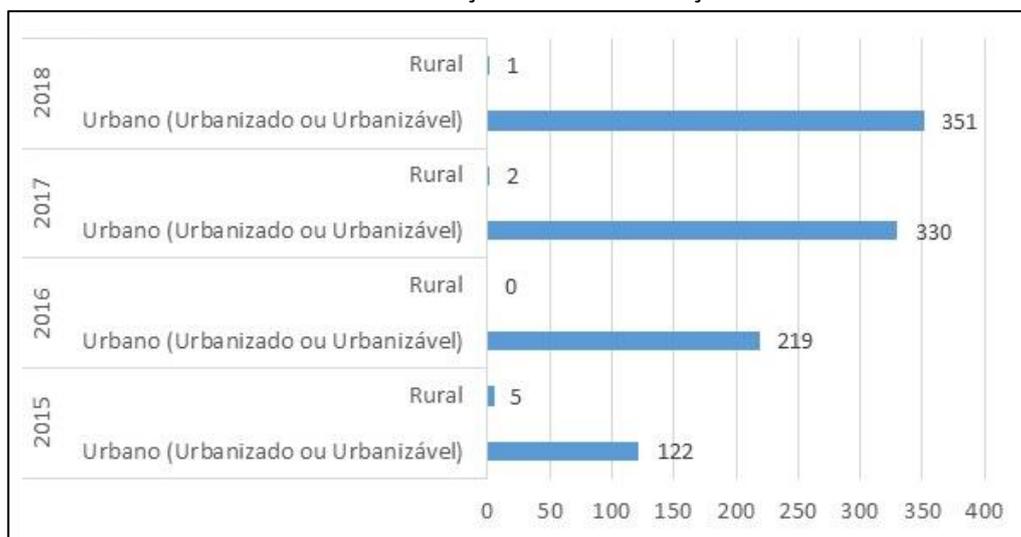
2015						
Número total de Licenças 2015	127		Classificação do Solo Abrangido	1	Urbano (Urbanizado ou Urbanizável)	122
				2	Rural	5
2016						
Número total de Licenças 2016	219		Classificação do Solo Abrangido	1	Urbano (Urbanizado ou Urbanizável)	219
				2	Rural	0
2017						
Número total de Licenças 2017	332		Classificação do Solo Abrangido	1	Urbano (Urbanizado ou Urbanizável)	330
				2	Rural	2
2018						
Número total de Licenças 2018	352		Classificação do Solo Abrangido	1	Urbano (Urbanizado ou Urbanizável)	351
				2	Rural	1

**TOTAL 1030**

Fonte: INE

Releva referir que, apesar da entidade da tutela, DRAPN, ter autorizado 134 utilizações não agrícolas em RAN (Quadro 87), ainda só foram emitidas 8 licenças incidindo sobre a totalidade do solo rural.

Em solo urbano foram registadas 1022 licenças.

**Gráfico 32 – Classificação do solo – Licenças emitidas**


Fonte: INE

### 6.10.2. Área de construção total

A área de construção total no concelho tem apresentado uma evolução significativa, sendo que no ano de 2018 apresentou um acréscimo de cerca de 50% em relação ao ano anterior. No ano de 2015, ano de aprovação do Plano, verifica-se a menor área de construção do período de referência.

Considera-se que o acréscimo verificado traduz a eficácia da execução do Plano.

**Quadro 113 - Área de construção total**

Ano	m2
2015	61 935
2016	155 877
2017	152 179
2018	228 904
<b>TOTAL</b>	<b>598 895</b>

Fonte: INE

### 6.10.3. Área de construção nova

Analisando em termos comparativos a área de construção total no concelho com a área de construção nova, permite-nos afirmar que a maior parte das obras levadas a efeito no concelho respeitam a construções novas, com uma proporção inferior a 5%.

**Quadro 114 - Área de construção nova**

Ano	m2
2015	61 935
2016	149 665
2017	140 715
2018	219 948
<b>TOTAL</b>	<b>572 263</b>

Fonte: INE

Assim, verificou-se uma área de construção total de 598 895m<sup>2</sup>, tendo em conta as licenças emitidas, sendo que a quase da totalidade dessa área, 572 263m<sup>2</sup>, corresponde a construção nova.

**Gráfico 33 - Área de construção total vs área de construção nova**



Fonte: INE

#### 6.10.4. Reabilitação de edifícios face a novos edifícios licenciados

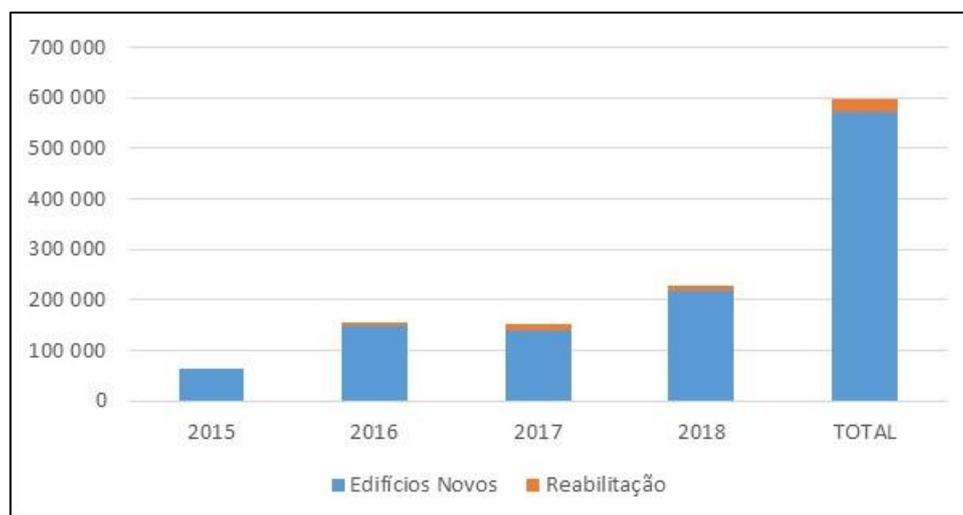
A análise anteriormente referida permite-nos igualmente aferir o número de intervenções de reabilitação que incidem sobre o edificado já construído, sendo a sua representatividade, reduzida.

**Quadro 115** - Reabilitação de edifícios face a novos edifícios licenciados

Ano	Área		Diferença (área)	Diferença (%)
	Total/ano	Total-nova/ano		
2015	61 935	61 935	0	0%
2016	155 877	149 665	6 212	4%
2017	152 179	140 715	11 464	8%
2018	228 904	219 948	8 956	4%
<b>TOTAL</b>	<b>598 895</b>	<b>572 263</b>	<b>26 632</b>	<b>5%</b>

Fonte: INE

**Gráfico 34** – Reabilitação vs Edifícios Novos



Fonte: INE

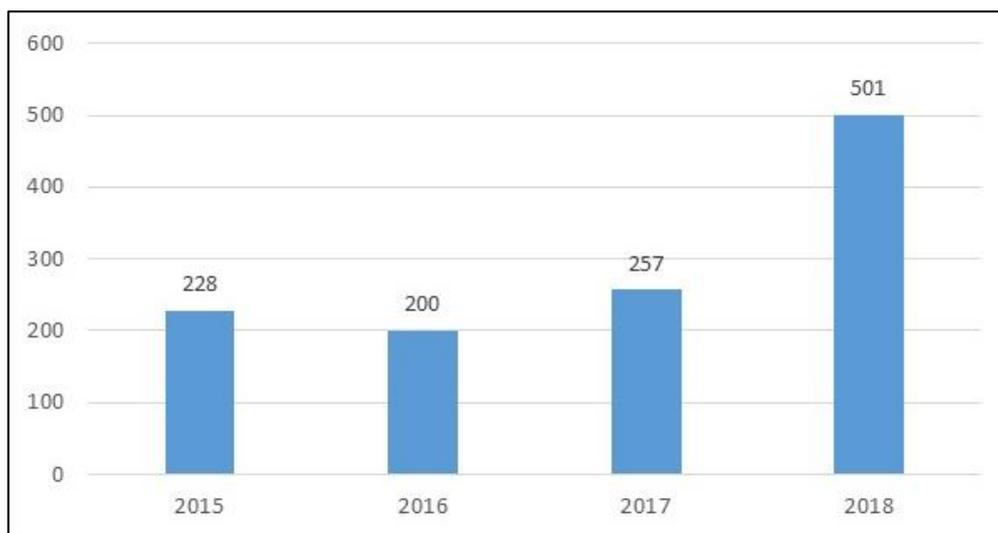
#### 6.10.5. Fogos licenciados

Tendo em conta os dados disponíveis referentes ao número de fogos licenciados na área do Município, é possível afirmar que estes apresentam um valor relativamente uniforme, destacando-se o ano de 2018 (501 fogos) no qual se verificou um acréscimo superior a 50% relativamente aos anos transatos, tendo sido registados 1 186 novos fogos no período de referência.

**Quadro 116** - Número total de fogos licenciados

Ano	n.º
2015	228
2016	200
2017	257
2018	501
<b>TOTAL</b>	<b>1 186</b>

Fonte: INE

**Gráfico 35 – Número total de fogos licenciados**

Fonte: INE

Considera-se pertinente referir que foram igualmente contabilizados os fogos destinados a custos controlados constantes dos dados disponíveis, sendo que estes - 2 fogos - se reportam exclusivamente ao ano de 2015.

#### 6.10.6. Nº de obras de edificação registadas (por tipo de Entidade Promotora)

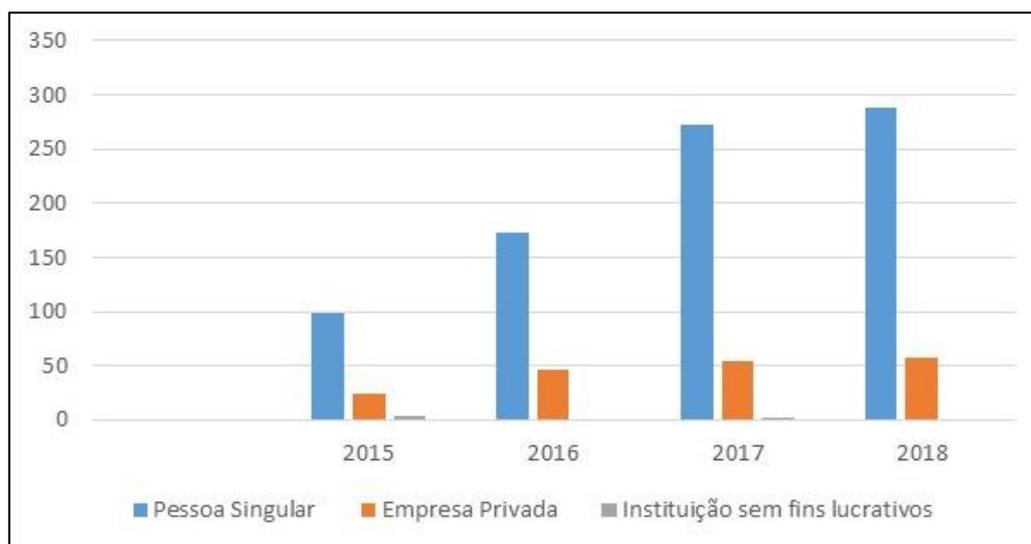
De forma sistemática verifica-se que os promotores privados são responsáveis pela quase totalidade das obras de edificação registadas no concelho. Dessas, aquelas cujo promotor consta de “Empresas Privadas” apresentam um volume a rondar os 20%, comparativamente com o promotor “Pessoa Singular” ao qual corresponde uma percentagem a rondar os 80%.

Apesar de residual verifica-se a existência de obras de edificação registadas com o promotor “Instituições Sem Fins Lucrativos”.

**Quadro 117 – Obras de edificação por entidade promotora**

Tipo entidade promotora		2015	2016	2017	2018
1	Pessoa Singular	98	173	272	288
2	Administração Central	0	0	0	0
3	Administração Regional	0	0	0	0
4	Administração Local	0	0	0	0
5	Empresa Privada	25	46	54	57
6	Empresa de Serviços Públicos	0	0	0	0
7	Cooperativa de Habitação	0	0	0	0
8	Instituição sem fins lucrativos	4	0	1	0
<b>Total</b>		<b>127</b>	<b>219</b>	<b>327</b>	<b>345</b>

Fonte: INE

**Gráfico 36 - Obras de edificação por entidade promotora**

Fonte: INE

**6.10.7. Nº de obras de edificação concluídas**

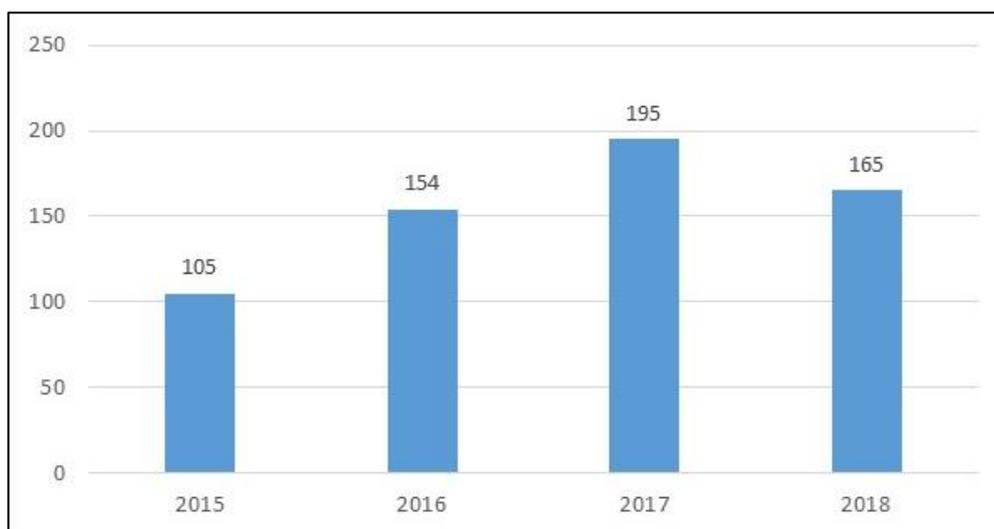
Avaliando os dados referentes a obras de edificação concluídas, pode-se verificar que a quase totalidade destas correspondem a construções novas. Com efeito, das 619 obras de edificação concluídas, 599 correspondem a edificações novas.

O ano onde se verifica o maior número de edificações concluídas - 195 -, é o ano de 2017.

**Quadro 118 - Número de obras de edificação concluídas (por tipo)**

2015				
Nº obras edificação concluídas 2015	105	Tipo obra	Construção Nova	102
			Ampliação	1
			Demolição	2
2016				
Nº obras edificação concluídas 2015	154	Tipo obra	Construção Nova	147
			Ampliação	3
			Demolição	3
			Reconstrução	1
2017				
Nº obras edificação concluídas 2015	195	Tipo obra	Construção Nova	189
			Ampliação	3
			Demolição	2
			Reconstrução	1
2018				
Nº obras edificação concluídas 2015	165	Tipo obra	Construção Nova	161
			Ampliação	1
			Demolição	1
			Reconstrução	2
<b>TOTAL 619</b>				

Fonte: INE

**Gráfico 37 - Número de obras de edificação concluídas**

Fonte: INE

**6.10.8. Nº de Alvarás de Autorização de Utilização**

Os dados referentes aos Alvarás de Autorização de Utilização emitidos pelo Município fornecem dados similares aos referentes às obras concluídas.

**Quadro 119 - Número de Alvarás de Autorização de Utilização**

Ano	n.º
2015	105
2016	154
2017	195
2018	165
<b>TOTAL</b>	<b>619</b>

Fonte: INE

**6.10.9. Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e respetiva dimensão**

O Município procedeu à delimitação de 3 ARU's, tendo já definido para duas delas o respetivo Programa Estratégico. As ARU's em causa localizam-se na área urbana da cidade de Barcelos, pelo que se entende relevante referir que as delimitações em causa se focam nas necessidades de intervenção e qualificação ao nível de cidade.

De acordo com o estabelecido no preâmbulo da legislação aplicável - Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana - "A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna."

Os Eixos Estratégicos a prosseguir na execução das Operações de Reabilitação Urbana estabelecidos são os abaixo elencados, comportando um conjunto de objetivos específicos a cada uma das ARU's:

1. Reabilitação do Edificado;
2. Proteção e Valorização do Ambiente e da Qualificação do Espaço Público;
3. Dinamização/Desenvolvimento Económico.

A ARU de maior dimensão é a delimitada para o Centro Histórico da Cidade, com 94,63ha.

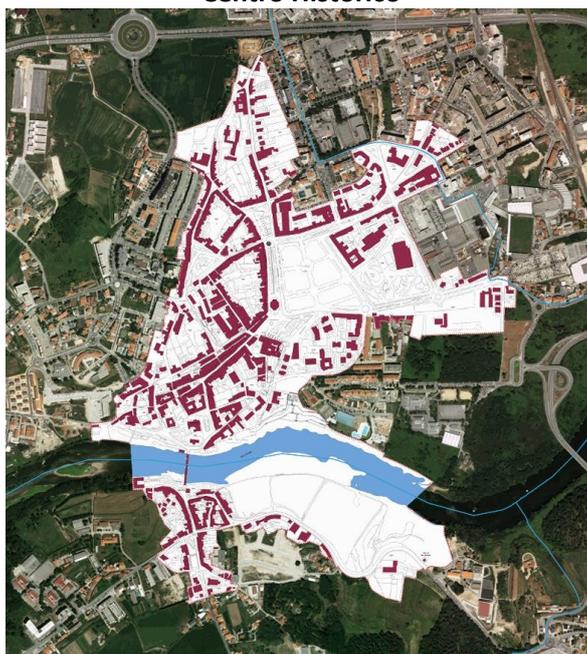
**Quadro 120 - ARU's – Áreas de Reabilitação Urbana**

	Centro Histórico	Barcelos Nascente Um	Barcelos Nascente Dois
Área	94,63 ha	31,92 ha	72,55ha
Data	2016	2018	2018
Atualização	2018	<i>na</i>	<i>na</i>

Fonte: CMB

**Figura 16 - ARU's – Áreas de Reabilitação Urbana**

**Centro Histórico**



**Barcelos Nascente Um**



**Barcelos Nascente Dois**



Fonte: CMB

#### 6.10.10. Nº de intervenções de renovação, requalificação e reabilitação urbana

Tendo por base as intervenções referentes a obras de renovação, requalificação e reabilitação urbana, levadas a efeito na área do Município, e tendo em conta os dados disponíveis para análise, sistematiza-se de seguida as intervenções levadas a efeito identificadas e enquadradas em Áreas de Reabilitação Urbana.

**Quadro 121** - Intervenções Integradas em ARU

Ano	n.º
2015	0
2016	0
2017	1
2018	8
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: INE

Uma vez que a ARU mais antiga em vigor na área do Município foi aprovada em 2016, assim como o facto de apenas serem enquadradas neste instrumento quando relevante para análise do processo, entende-se ser necessário o completamento da informação tendo em conta os dados disponíveis nos serviços.

#### 6.10.11. Relação existente entre o nº de fogos na sede de Concelho e na totalidade do Município

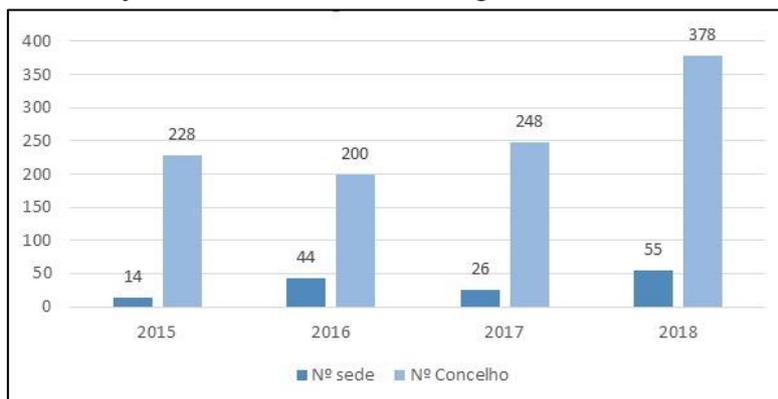
Compara-se de seguida o número de fogos licenciados na sede de Concelho, União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescaíña São Pedro e Vila Frescaíña São Martinho, face ao número de fogos licenciados para a totalidade do Concelho.

No período em análise, da totalidade dos fogos licenciados, apenas 13,19%, se localizam na sede do concelho. No ano de 2016 registou-se o maior número de fogos licenciados na sede do concelho, correspondendo a 22% do total. De forma inversa, o ano de 2015 apresenta a menor proporção, correspondendo os fogos licenciados a 6,14% do total do concelho.

**Quadro 122** - Relação existente entre o nº de fogos na UF Barcelos e no Concelho

Ano	Nº UF Barcelos	Nº Concelho	%
2015	14	228	6,14
2016	44	200	22,00
2017	26	248	10,48
2018	55	378	14,55
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>1 054</b>	<b>13,19</b>

Fonte: INE

**Gráfico 38** - Relação existente entre o nº de fogos na UF Barcelos e no Concelho

Fonte: INE

**6.10.11. Operações urbanísticas por categoria de solo**

A contabilização das áreas constantes na 1ª revisão do PDM de 2015, permitirá aferir quais os espaços e usos sobre os quais se verificou o maior pressão urbanística, e em consequência maior investimento no território.

**6.10.11.1 Área do Concelho por Categoria do Uso do Solo - PDM 2015**

Assim, apresenta-se de seguida a área afeta ao solo urbano, pelo PDM de 2015, efetuando a distinção entre o solo urbanizado e o solo urbanizável, já que o Plano, por ter sido aprovado no período de transição previsto no DL n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), prevê ainda essa qualificação do solo.

**Solo Urbano – Urbanizado**

É possível verificar que, de todos os espaços classificados como solo urbano pelo PDM de 2015, os espaços qualificados como espaço residencial (67%) e como espaço urbano de baixa densidade (20%) são os que apresentam maior área no contexto do solo urbano concelhio. Tendo em conta a quantificação das áreas, entende-se relevante enfatizar o aumento considerável de solo destinado às atividades económicas, passando de 1 999 804,58m<sup>2</sup> no PDM de 1995 para 4 758 483,00m<sup>2</sup> no PDM de 2015, um aumento superior a 275ha. No PDM de 2015 esta categoria de espaço apresenta um peso relativo de 5% face à totalidade do solo urbano.

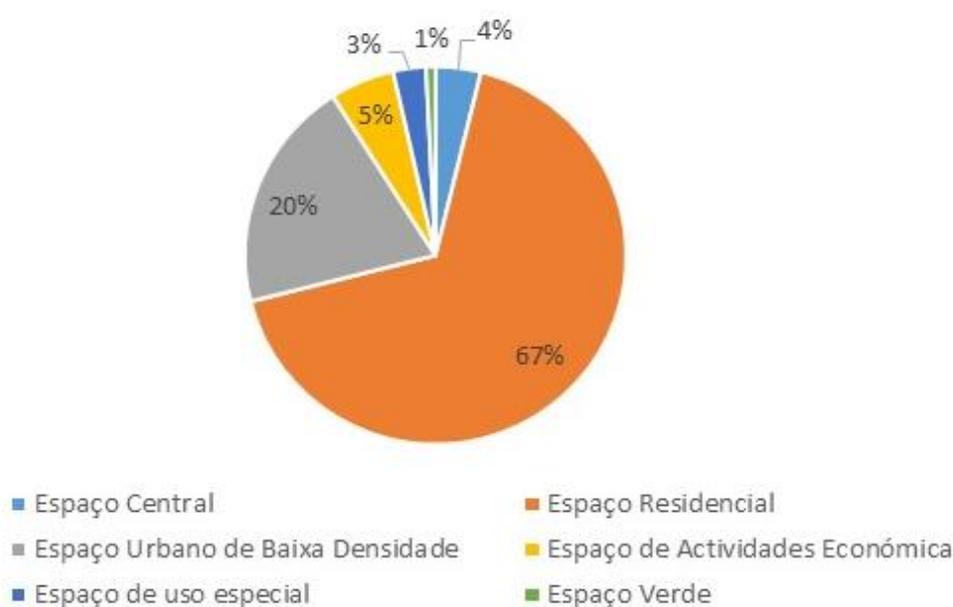
**Quadro 123** - Área em Solo Urbano – Urbanizado

Classe de espaço	área (m2)	ha
Espaço Central Nível I	466 934,00	467
Espaço Central Nível II	855 737,00	856
Espaço Central Nível III	400 254,00	400
Espaço Central Nível IV	1 620 309,00	1 620
Espaço Residencial Nível I	25 019 464,00	25 019
Espaço Residencial Nível II	32 297 697,00	32 298
Espaço Residencial Nível III	1 251 704,00	1 252
Espaço Urbano de Baixa Densidade	17 296 264,00	17 296
Espaço de Atividades Económicas nível I	535 867,00	536
Espaço de Atividades Económicas nível II	955 309,00	955

Espaço de Atividades Económicas nível III	2 863 694,00	2 864
Espaço de Atividades Económicas nível IV	8 293,00	8
Espaço de Atividades Económicas nível V	395 320,00	395
Espaço de Uso Especial	2 423 433,00	2 423
Espaço Verde de Utilização Coletiva	203 621,00	204
Espaço Verde de Enquadramento	426 472,00	426
Espaço Verde Misto	64 545,00	65

Fonte: CMB

**Gráfico 39 - Área de espaços urbanizados**



Fonte: CMB

### Solo Urbano – Urbanizável

No que diz respeito aos espaços urbanizáveis previstos pelo PDM de 2015, verifica-se que os espaços residenciais (66%) apresentam a maior área, sendo que o espaço central (13%) e o espaço de atividades económicas (15%) são duas categorias de solo com representatividade significativa. Enfatiza-se o facto de, face à indicação por parte do executivo, da necessidade de áreas para alargamento de equipamentos existentes, bem como para instalação de novos equipamentos, e previsão de investimento efetivo, procedeu o PDM em vigor à delimitação de espaços classificados especificamente para dar resposta a estas necessidades, classificando como espaço de uso especial 5% de todos os espaços urbanizáveis do concelho.

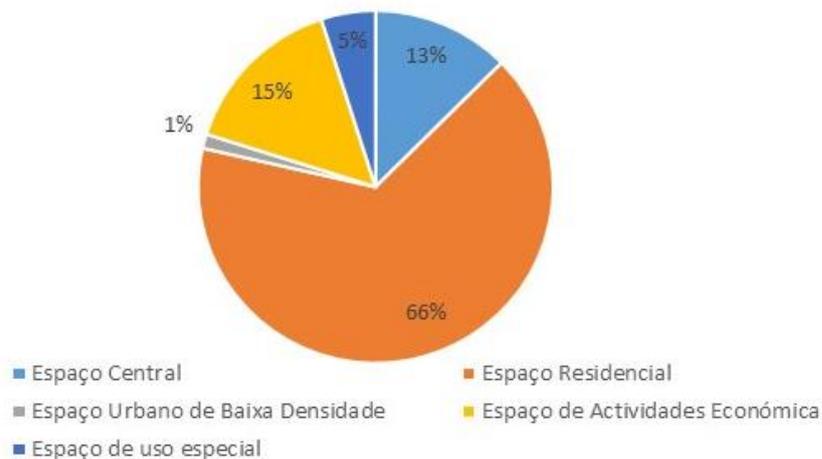
**Quadro 124 - Área em Solo Urbano - Urbanizável**

Classe de espaço	área (m2)	ha
Espaço Central nível II	135 883,00	136

Espaço Central nível III	820 972,00	821
Espaço Central nível IV	389 956,00	390
Espaço Residencial nível I	4 177 960,00	4178
Espaço Residencial nível II	2 889 170,00	2889
Espaço Urbano de Baixa Densidade	139 305,00	139
Espaço de Atividades Económicas nível I	614 815,00	615
Espaço de Atividades Económicas nível II	956 828,00	957
Espaço de Atividades Económicas nível V	56 832,00	57
Espaço de uso especial - equipamento	531 491,00	531

Fonte: CMB

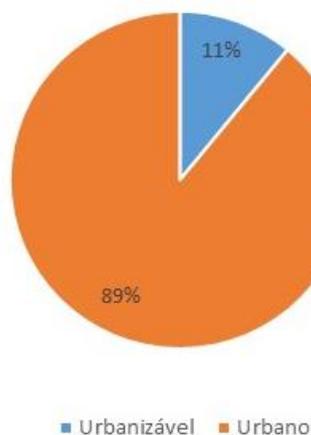
**Gráfico 40 - Área espaços urbanizáveis**



Fonte: CMB

Conforme se pode verificar no gráfico que se apresenta de seguida, de todo o solo classificado como solo urbano, 89% corresponde a solo urbanizado, e apenas 11% se qualifica como solo urbanizável.

**Gráfico 41 - Solo urbanizado vs Solo urbanizável**



Fonte: CMB

## Solo Rural

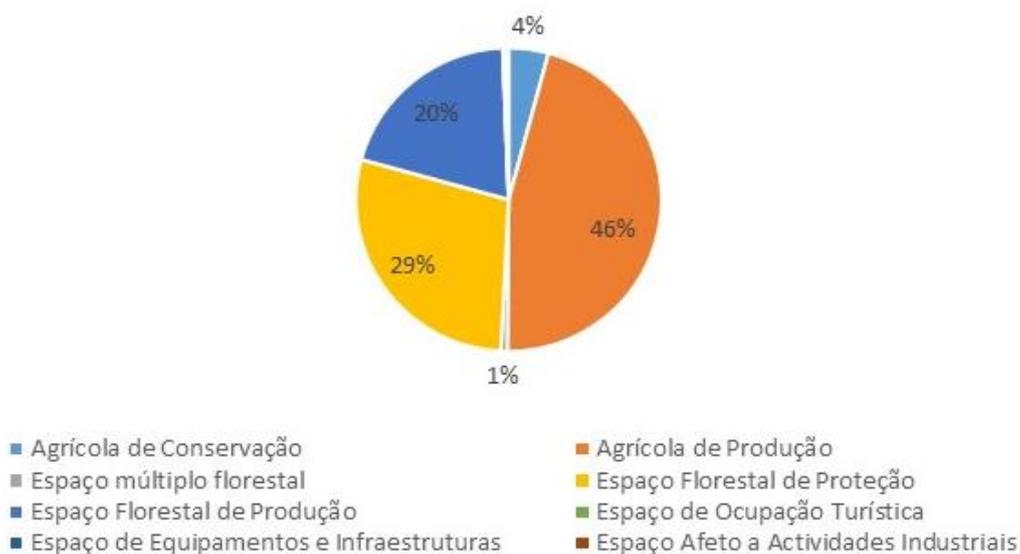
Tendo em conta a área afeta às diferentes qualificações do solo rural, verifica-se que o espaço qualificado como espaço agrícola de produção (46%) apresenta maior representatividade sendo de salientar o equilíbrio existente entre a área afeta aos solos qualificados como agrícolas e a área afeta aos espaços qualificados como florestais, ambas representando aproximadamente 50%.

**Quadro 125 - Área em Solo Rural**

Classe de espaço	área (m2)	área ha
Agrícola de Conservação	11 599 016,00	11599
Agrícola de Produção	126 593 224,00	126593
Espaço múltiplo florestal	1 871 735,00	1872
Espaço Florestal de Proteção	78 397 317,00	78397
Espaço Florestal de Produção	55 449 121,00	55449
Espaço de Ocupação Turística	148 667,00	149
Espaço de Equipamentos e Infraestruturas	1 147 311,00	1147
Espaço Afeto a Atividades Industriais	28 332,00	28
Aglomerados Rurais	396 578,00	397

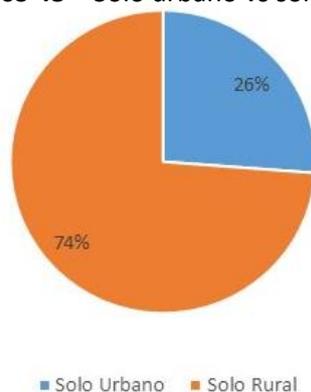
Fonte: CMB

**Gráfico 42 - Área espaços do solo rural**



Fonte: CMB

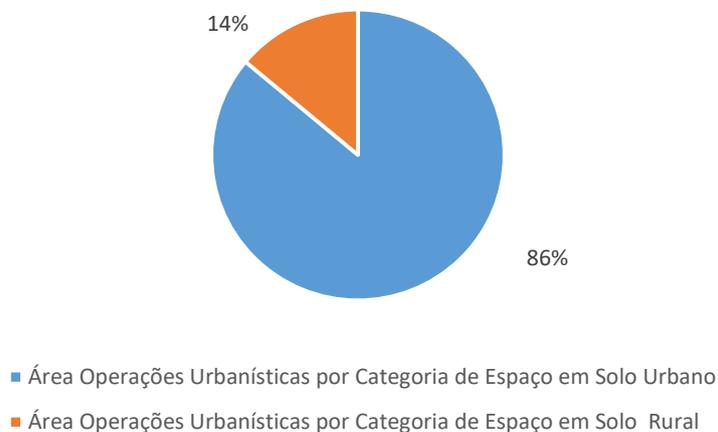
Efetuada uma comparação entre a área concelhia classificada como solo urbano face à classificada como solo rural, verifica-se que o solo urbano corresponde a  $\frac{1}{4}$  do território (26%), correspondendo o solo rural aos restantes a  $\frac{3}{4}$  do território (74%).

**Gráfico 43 – Solo urbano vs solo rural**

Fonte: CMB

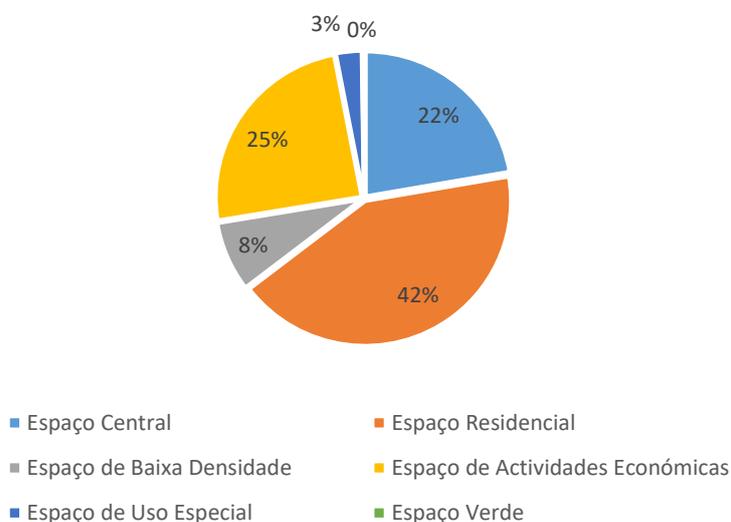
### 6.10.11.2 Área de Operações urbanísticas por Categoria do Uso do Solo

Analisa-se de seguida a área das operações urbanísticas registadas no período de referência. A totalidade das operações urbanísticas que deram entrada nos serviços incidiram sobre uma área de **1 784 348 m<sup>2</sup>**. Verifica-se que a área das operações urbanísticas incidentes sobre solo urbano representa 86%(1 535 905 m<sup>2</sup>) da totalidade. A área das operações urbanísticas inseridas em solo rural representa, por seu lado, 14% do total (248 442 m<sup>2</sup>).

**Gráfico 44 - Área de operações urbanísticas em solo urbano vs solo rural**

Fonte: CMB

Da área afeta às operações urbanísticas que incidem sobre as diferentes categorias do solo urbano, verifica-se que se enquadram maioritariamente em solos qualificados como espaço residencial (42%). Destacam-se igualmente as áreas das operações urbanísticas incidentes sobre espaço de atividades económicas e espaço central, com uma representatividade de 25% e 22% respetivamente.

**Gráfico 45** - Área de operações urbanísticas por categoria de espaço em solo urbano

Fonte: CMB

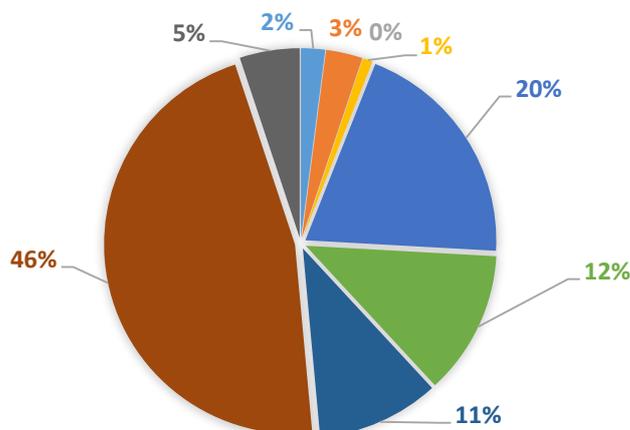
**Quadro 126** - Área de Operações urbanísticas em solo urbano

Categoria de Espaço	área (m2)	área (ha)
Espaço Central	333128	33,31
Espaço Residencial	632385	63,24
Espaço de Baixa Densidade	116311	11,63
Espaço de Atividades Económicas	367057	36,71
Espaço de Uso Especial	42204	4,22
Espaço Verde	3396	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>1494481</b>	<b>149,45</b>

Fonte: CMB

A categoria de espaços sobre a qual se verifica a existência do maior número de operações urbanísticas é o espaço residencial com 66% do total das operações urbanísticas incidentes sobre solo urbano, apresentando igualmente a maior representatividade ao nível da área, com 42% da área total.

Tendo por base a área das operações urbanísticas incidentes sobre as diferentes categorias do espaço rural, verifica-se que o espaço com maior representatividade é o espaço agrícola de produção com 46%. Tendo em conta o conjunto dos espaços agrícolas – de produção (46%) e de conservação (11%), verifica-se que sobre estas categorias de espaço incide mais de metade da área total das operações urbanísticas em solo rural. O espaço florestal com a maior área afeta a operações urbanísticas é o espaço florestal de proteção com 20%, representando o espaço florestal de produção 12% do total do solo rural.

**Gráfico 46 – Área de operações urbanísticas em solo rural**

- Espaço de Ocupação Turística
- Espaço de Equipamentos e Infraestruturas
- Espaço Afeto a Actividades Industriais
- Espaço Múltiplo Agrícola e Florestal
- Espaço Florestal de Proteção
- Espaço Florestal de Produção
- Espaço Agrícola de Conservação
- Espaço Agrícola de Produção
- Espaço de Aglomerado Rural

Fonte: CMB

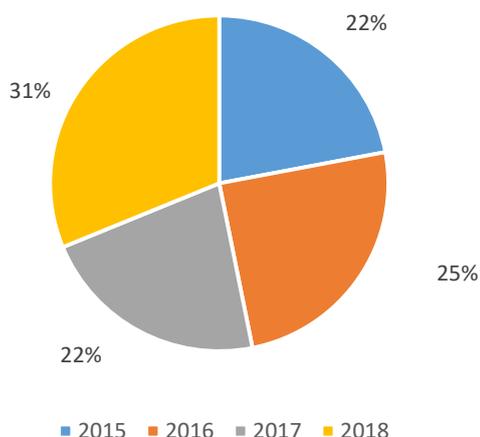
**Quadro 127 - Área de Operações urbanísticas em solo rural**

Categoria de Espaço	Área (m2)	Área (ha)
Espaço de Ocupação Turística	5055,48	0,51
Espaço de Equipamentos e Infraestruturas	7697	0,77
Espaço Afeto a Actividades Industriais	0	0,00
Espaço Múltiplo Agrícola e Florestal	2080	0,21
Espaço Florestal de Proteção	49478	4,95
Espaço Florestal de Produção	30523	3,05
Espaço Agrícola de Conservação	25792	2,58
Espaço Agrícola de Produção	115206	11,52
Espaço de Aglomerado Rural	12611,09	1,26
<b>TOTAL</b>	<b>248442</b>	<b>24,84</b>

Fonte: CMB

Constata-se que a categoria de espaços sobre a qual se verifica a existência de mais operações urbanísticas é o espaço agrícola de produção, com 60% do total das operações urbanísticas incidentes sobre solo rural, apresentando igualmente a maior representatividade ao nível da área, com 46% da área total.

Observando a sua distribuição no período em análise, constata-se que o ano onde estas incidiram sobre maior área é o de 2018, correspondendo a 31% de toda a área intervencionada no período de referência, perfazendo um total de 556 873 m<sup>2</sup>. De forma inversa, os anos 2015 e 2017 apresentaram a menor área de intervenção, tendo incidido, em ambos os anos 22% do total da área intervencionada.

**Gráfico 47 - Área de operações urbanísticas por ano**

ANO	m2	ha
2015	392 908	39,29
2016	442 988	44,30
2017	391 579	39,16
2018	556 873	55,69
Total	1 784 348	178,43

Fonte: CMB

O ano de 2018 apresenta a maior área registada, 55,69 *ha*, 31% da área total do período de referência, correspondendo igualmente ao ano em que se verificou maior número de operações urbanísticas, com uma proporção de 30% no referido ano.

#### 6.10.12. Taxa de Execução das Áreas de Atividades Económicas;

Considerando o Espaço qualificado como de Atividades Económicas no Plano, verifica-se que a taxa de execução em solo urbanizado é de 35,6%, enquanto que a execução em solo urbanizável é de apenas 9%.

**Quadro 128 – Taxa de Execução das Áreas de Atividades Económicas**

<i>Urbanizado</i>	<i>Área</i>	<i>%</i>
<b>Total Área Qualificada como AE</b>	<b>4 758 483,00</b>	<b>35,61</b>
<b>Área Edificada em AE</b>	<b>1 432 505,96</b>	
<b>Área Comprometida em AE</b>	<b>261 816,61</b>	
<i>Urbanizável</i>	<i>Área</i>	<i>%</i>
<b>Área Qualificada como AE</b>	<b>1 628 475,00</b>	<b>8,99</b>
<b>Área Edificada em AE</b>	<b>24 955,76</b>	
<b>Área Comprometida em AE</b>	<b>121 525,39</b>	

Fonte: CMB

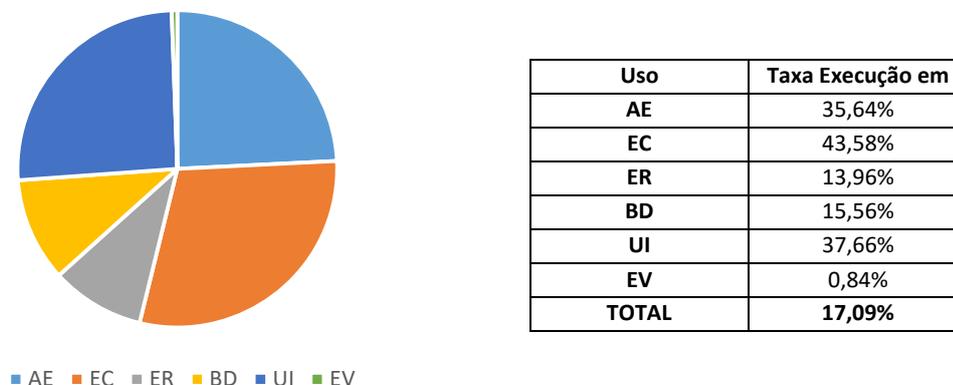
#### 6.10.13. Taxa de execução do solo em solo urbano

Considera-se a taxa de execução do espaço urbano – urbanizado como: a relação entre as áreas executadas (áreas edificadas + áreas comprometidas por operações urbanísticas), e a totalidade das áreas classificadas como solo urbano – urbanizado pelo Plano.

De seguida procura-se fazer uma caracterização das áreas executadas nas diferentes categorias de espaço urbano – urbanizado, qualificados pelo Plano. Verifica-se que a taxa global de execução dos espaços urbanos - urbanizados do concelho é de 17,09%.

Considerando as diferentes categorias de solo qualificadas pelo Plano, releva referir que a categoria que apresenta uma maior taxa de execução é o Espaço Central, com 43,58%. De forma inversa, e em consonância com o espectável, as intervenções em solo classificado como espaços verdes apresentam a menor taxa execução, com 0,84%.

**Gráfico 48 – Taxa de execução em solo urbano**



Fonte: CMB

O espaço residencial, apesar de representar uma área executada total de 841ha, consideravelmente superior ao registado noutras categorias de solo. No entanto, e tendo em conta a área total qualificada pelo Plano como espaço residencial urbanizado - 6025ha, apresenta uma taxa de execução de 13,98%.

Tendo em conta as características do território nas áreas assim qualificadas pelo Plano – Espaços Residenciais, p.e. “(...)corresponde a áreas dos aglomerados das freguesias que apresentam malha edificada em meio rural(...)”(PDM), e considerando que o IO – Índice de ocupação previsto pelo Plano admite uma ocupação máxima de 40% do prédio objeto da operação urbanística, entende-se que a referida taxa é considerável.

**Quadro 129 - Taxa de Execução em Solo Urbano**

Uso	Área Total	Área Executada	Taxa Execução em Solo Urbano
	ha	ha	%
AE	475,38	169,43	35,64%
EC	334,05	145,57	43,58%
ER	6025,53	841,16	13,96%
BD	1726,85	268,70	15,56%
UI	241,77	91,06	37,66%
EV	69,46	0,58	0,84%
<b>TOTAL</b>	<b>8873,04</b>	<b>1516,51</b>	<b>17,09%</b>

Fonte: CMB

De seguida sistematiza-se a taxa de execução em solo urbano – urbanizado, considerando as diferentes subcategorias do solo.

Dentro das diversas subcategorias estabelecidas pelo Plano, a maior taxa de execução verifica-se ao nível dos Espaços Centrais Nível III, com 47,14%. Por outro lado, constata-se que a categoria de espaço que apresenta

uma maior área executada, como anteriormente referido, é a correspondente aos Espaços Residenciais, muito superior a qualquer outra categoria de espaço, com 841 *ha*.

No contexto dos Espaços de Atividades Económicas, é no Espaço de Atividades Económicas Nível III que se verifica a maior taxa de execução, com 40,87%, o que seria expectável uma vez que corresponde a áreas delimitadas no plano onde se verificava indústrias existentes.

A taxa de execução analisada, não tem em conta a aplicação dos índices urbanísticos estabelecidos pelo Plano, ou das áreas ocupadas pelas infraestruturas territoriais. A título de exemplo, considerando o índice de ocupação 40% aplicável ao Espaço Residencial Nível II, verificar-se-ia que a área comprometida do prédio seria muito superior à contabilizada como executada, repercutindo-se na respetiva taxa de execução.

**Quadro 130 - Taxa de Execução em solo urbano por categoria de uso do solo**

AE	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
USO					Taxa Execução
AE (I)	53,59	18,57	0,73	19,30	<b>36,02%</b>
AE (II)	95,53	16,72	5,38	22,10	<b>23,13%</b>
AE (III)	285,9	97,93	18,92	116,85	<b>40,87%</b>

AE (IV)	0,83	0,19	0,00	0,19	<b>22,89%</b>
AE (V)	39,53	9,84	1,15	10,99	<b>27,81%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>475,38</b>	<b>143,25</b>	<b>26,18</b>	<b>169,43</b>	<b>35,64%</b>

EC	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
USO					Taxa Execução
EC (I)	46,69	18,79	3,22	22,01	<b>47,14%</b>
EC (II)	85,57	27,93	0,96	28,89	<b>33,76%</b>
EC (III)	40,02	7,68	1,36	9,04	<b>22,59%</b>
EC (IV)	161,77	31,66	2,08	33,74	<b>20,86%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>334,05</b>	<b>86,06</b>	<b>59,51</b>	<b>145,57</b>	<b>43,58%</b>

UI	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
USO					Taxa Execução
UI	241,77	88,47	2,59	91,06	<b>37,66%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241,77</b>	<b>88,47</b>	<b>2,59</b>	<b>91,06</b>	<b>37,66%</b>

ER	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
USO					Taxa Execução
ER (I)	2497,63	365,26	29,49	394,75	<b>15,81%</b>
ER (II)	3402,94	406,88	22,67	429,55	<b>12,62%</b>
ER (III)	124,96	16,22	0,64	16,86	<b>13,49%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6025,53</b>	<b>788,36</b>	<b>52,80</b>	<b>841,16</b>	<b>13,96%</b>

<i>BD</i>	HECTARES				%
USO	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	Taxa Execução
BD	1726,85	252,9269	15,77	268,70	15,56%
<b>TOTAL</b>	<b>1726,85</b>	<b>252,93</b>	<b>15,77</b>	<b>268,70</b>	<b>15,56%</b>

<i>EV</i>	HECTARES				%
USO	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	Taxa Execução
EV (E)	42,65	0,10	0,33	0,43	1,01%
EV (M)	6,45	0,02	0,00	0,02	0,36%
EV (UC)	20,36	0,12	0,01	0,13	0,63%
<b>TOTAL</b>	<b>69,46</b>	<b>0,24</b>	<b>0,34</b>	<b>0,58</b>	<b>0,84%</b>

Fonte: CMB

#### 6.10.14. Taxa de execução do solo em solo urbanizável

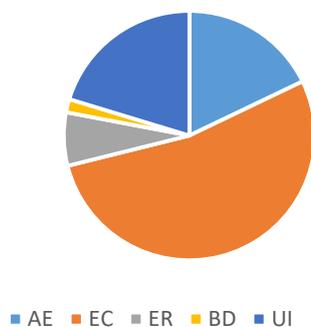
À semelhança da análise elaborada no ponto anterior para o solo urbano – urbanizado, faz-se de seguida uma caracterização da relação entre as áreas executadas face às áreas classificadas como solo urbano - urbanizável, nas diferentes categorias de espaço qualificadas pelo Plano.

Considera-se assim, a taxa de execução do espaço urbano – urbanizável como: a relação entre as áreas executadas (áreas edificadas + áreas comprometidas por operações urbanísticas), e a totalidade das áreas classificadas como solo urbano – urbanizáveis pelo Plano.

Desta forma verificou-se que a taxa global de execução dos espaços urbanos - urbanizáveis do concelho é de 6,28%.

Considerando as diferentes categorias de solo qualificadas pelo Plano, considera-se relevante referir que a categoria que apresenta uma maior taxa de execução corresponde aos espaços centrais, com 22,23%, à semelhança do que se verifica nos solos urbanos - urbanizados. De forma inversa, as intervenções em solo classificado como espaços urbanos de baixa densidade - urbanizáveis apresentam a menor taxa de execução, com 0,72%.

**Gráfico 49 - Taxa de Execução em Solo Urbanizável**



<i>Uso</i>	Taxa Execução em Solo Urbanizável
AE	7,45%
EC	22,23%
ER	2,89%
BD	0,72%
UI	8,47%
<b>TOTAL</b>	<b>6,28%</b>

Fonte: CMB

À semelhança do que se verifica nos espaços urbanos – urbanizados, e considerando as diferentes categorias de solo qualificadas pelo Plano, verifica-se que os espaços centrais - urbanizáveis, apresentam a maior taxa de execução com 22,23%, e correspondem à maior área executada, com 29,95ha.

Os espaços qualificados como Espaço Residencial – urbanizáveis do PDM apresentam a segunda maior representatividade, correspondendo a uma área de 20,38ha. No entanto, tendo em conta a área total qualificada como espaço residencial urbanizável – 705ha, apenas apresenta uma taxa de execução de 2,89%.

**Quadro 131** - Taxa de Execução em Solo Urbanizável

Uso	Área Total	Área Executada	Taxa Execução em Solo Urbanizável
	ha	ha	%
<b>AE</b>	174,75	13,02	<b>7,45%</b>
<b>EC</b>	134,68	29,95	<b>22,23%</b>
<b>ER</b>	705,63	20,38	<b>2,89%</b>
<b>BD</b>	13,94	0,10	<b>0,72%</b>
<b>UI</b>	53,13	4,50	<b>8,47%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1082,13</b>	<b>67,94</b>	<b>6,28%</b>

Fonte: CMB

De seguida sistematiza-se a taxa de execução em solo urbano – urbanizável, considerando as diferentes subcategorias do solo.

Dentro das diversas subcategorias estabelecidas pelo Plano, a maior taxa de execução verifica-se ao nível dos espaços centrais nível II, com 57,35%.

No contexto dos espaços de atividades económicas, é no espaço de atividades económicas nível II que se verifica a maior taxa de execução, com 8,64%, o que seria expectável uma vez que corresponde a áreas delimitadas adjacentes a áreas de indústria existente, em muitos dos casos com necessidades urgentes de expansão.

**Quadro 132** – Taxa de Execução em solo urbanizável por categoria de uso do solo

<b>AE</b>	HECTARES				%
<b>USO</b>	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	Taxa Execução
AE (I) Urbanizável	61,48	0,06	3,34	3,40	<b>5,53%</b>
AE (II) Urbanizável	107,59	2,11	7,19	9,30	<b>8,64%</b>
AE (V) Urbanizável	5,68	0,33	0,00	0,33	<b>5,81%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>174,75</b>	<b>2,5</b>	<b>10,52</b>	<b>13,02</b>	<b>7,45%</b>

<b>EC</b>	HECTARES				%
<b>USO</b>	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	Taxa Execução
EC (II) Urbanizável	13,59	0,48	7,31	7,79	<b>57,35%</b>
EC (III) Urbanizável	82,09	3,09	14,64	17,73	<b>21,59%</b>
EC (IV) Urbanizável	38,99	0,68	3,75	4,43	<b>11,35%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>134,68</b>	<b>4,25</b>	<b>25,70</b>	<b>29,95</b>	<b>22,23%</b>

UI	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
UI Urbanizável	53,13	2,87	1,63	4,50	<b>8,47%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53,13</b>	<b>2,87</b>	<b>1,63</b>	<b>4,50</b>	<b>8,47%</b>

ER	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
ER (I) Urbanizável	417,12	6,36	5,78	12,14	<b>2,91%</b>
ER (II) Urbanizável	288,51	3,58	4,66	8,24	<b>2,86%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>705,63</b>	<b>9,94</b>	<b>10,44</b>	<b>20,38</b>	<b>2,89%</b>

BD	HECTARES				%
	Área total Uso	Área Edificada	Área Comprometida	Área Executada	
BD Urbanizável	13,94	0,1	0,00	0,10	<b>0,72%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13,94</b>	<b>0,1</b>	<b>0,00</b>	<b>0,10</b>	<b>0,72%</b>

## 7. RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

Os riscos naturais, nos domínios da meteorologia, hidrologia e geodinâmica externa estão associados ao comportamento do clima, sendo a probabilidade e a gravidade da sua manifestação influenciadas pelas alterações climáticas.

Tendo em conta o processo de alterações climáticas em curso, torna-se necessário compreender as novas e futuras tendências das principais variáveis climáticas, fundamentadas cientificamente em modelos e cenários que implicam a adoção de um sistema dinâmico de avaliação de risco, que providencie o planeamento de ações preventivas e reativas de adaptação e de emergência.

O cenário climático indica, para o período 2080-2100, as seguintes previsões:

- Aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal. Esta tendência já se verifica desde a década de 80 com variações entre +0,29°C por década (região Centro) e +0,57°C por década (Norte);
  - Aumentos da temperatura máxima no Verão entre 3°C na zona costeira e 7°C no interior (em particular na região Norte e Centro);
  - Grande incremento da frequência e intensidade de ondas de calor e aumento no número de dias quentes (máxima superior a 35°C) e de noites tropicais (mínimas superiores a 20°C), com o aumento do risco de incêndio, com a alteração das capacidades de uso e ocupação do solo e com implicações sobre os recursos hídricos;
  - Reduções em índices relacionados com tempo frio (por exemplo, dias de geada ou dias com temperaturas mínimas inferiores a 0°C);
  - Redução da precipitação durante a primavera, verão e outono, com valores que podem corresponder a 20% a 40% da precipitação anual (devido a uma redução da duração da estação chuvosa);
  - Aumento da precipitação durante o inverno, devido a aumentos no número de dias de precipitação forte (acima de 10 mm/dia).
- (ENAAAC 2020, RCM 24/2010, 1 abril)

O relatório do PMEPCB - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (2019) identifica três categorias de riscos, organizados por incidência e/ou potencial gravidade e estruturados segundo a probabilidade de ocorrências no concelho de Barcelos.

Estes riscos são apresentados nas seguintes categorias:

- Riscos naturais (resultam do funcionamentos dos sistemas naturais);
- Riscos mistos (resultado da combinação de ações continuadas de atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais);
- Riscos tecnológicos (advêm de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana).

**Quadro 133** - Riscos naturais, mistos e tecnológicos considerados no Concelho de Barcelos

Tipologia	Riscos
Riscos naturais	Movimentos de massa; Cheias e inundações; Ondas de calor; Vagas de frio; Sismos;
Riscos mistos	Degradação dos solos; Incêndios florestais; Contaminação dos aquíferos; Erosão hídrica dos solos;
Riscos tecnológicos	Acidentes rodoviários; Acidentes ferroviários; Incêndios urbanos e industriais; Acidentes no transporte de mercadorias perigosas; Ruína de edifícios; Colapso de estruturas

Fonte: PMEPC

Consoante o grau de gravidade, todos os riscos identificados no PMEPCB podem afetar a estabilidade ambiental do concelho de Barcelos.

A Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC) define mitigação do risco como a ação sustentada para reduzir ou eliminar os riscos a longo prazo para as pessoas e os bens dos perigos e os seus efeitos. No anexo II do PMEPCB, estão identificadas as estratégias a implementar pelo Município e/ou parceiros estratégicos para a mitigação dos riscos que manifestam uma maior probabilidade de ocorrência no concelho de Barcelos, procurando-se corrigir todas as vulnerabilidades identificadas.

Aquando da 1ª primeira revisão do PDM, dos riscos atrás identificados os que se considerou mais relevante analisar, dada a sua maior incidência, frequência, e/ou maior expressão verificada no território foram: os incêndios florestais, as cheias e inundações e os movimentos de massa.

Neste sentido foram identificados e cartografadas as áreas de maior suscetibilidade ou vulnerabilidade a este tipo de riscos, nomeadamente na Carta da REN e respetiva Memória Descritiva, bem como nos elementos do Plano, especificamente no Regulamento, Plantas de Condicionantes e respetivas Cartas anexas.

## 7.1. Incêndios florestais

Os incêndios florestais representam o principal fator de destruição dos espaços florestais do concelho, afetando todos os setores de atividade (e não só o setor primário), apresentando ainda efeitos significativos na segurança de pessoas e bens.

Com o objetivo de reduzir e minimizar as consequências ao nível dos fogos florestais, e dando cumprimento ao estabelecido na legislação aplicável (Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, na redação conferida pelo Decreto lei 17/2009 de 14 de janeiro), o Município procedeu à elaboração do PMDFCIB - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barcelos, aprovado pela entidade da tutela ICNF, em 25/05/2016, documento que estabelece a respetiva cartografia de risco, prioridades de defesa, bem como os objetivos e metas a atingir com a sua implementação.

Com a integração do risco de incêndio florestal nos critérios de classificação e qualificação do solo no âmbito do PDM, pretende-se acautelar a vertente de planeamento do uso do solo enquanto medida de prevenção relativamente a estes desastres naturais.

Esta integração traduz-se na transposição para os elementos do Plano da “Carta da rede de defesa da floresta contra incêndios”, “Carta da rede de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível”, “Carta da perigosidade de incêndio florestal” e “Carta das áreas ardidas”, sendo as respetivas regras..... integradas no Regulamento do Plano.

Analisando a “Carta de perigosidade de incêndio florestal”, elaborada de acordo com a metodologia estabelecida no PMDFCIB, mostra uma predominância da classe de perigosidade média, com 33,1% da área do município, logo seguida da classe de perigosidade muito baixa, com 31,9%, representando as classes de perigosidade alta 15,2%, muito alta 10,0%, e por fim a classe de perigosidade baixa 9,7%.

Constata-se que, as áreas com classes de perigosidade de incêndio florestal mais elevadas (média, alta e muito alta) correspondem predominantemente a áreas de Floresta de Eucalipto e Floresta de Pinheiro, e as áreas com classes de perigosidade de incêndio florestal mais baixas (baixa e muito baixa) correspondem predominantemente a Áreas Agrícolas e Agro-florestais.

**Quadro 134** – Classe de perigosidade de incêndio florestal vs predominância de uso de solo (COS 2015)

Classe de Perigosidade	%	Predominância de Uso (COS 2015)
Muito baixa	31,9 %	Áreas Agrícolas e Agro- florestais
Baixa	9,7 %	Áreas Agrícolas e Agro- florestais
Média	33,1 %	Floresta de Eucalipto e Floresta de Pinheiro Bravo
Alta	15,2 %	Floresta de Eucalipto e Floresta de Pinheiro Bravo
Muito Alta	10,0 %	Florestas de Eucalipto

Fonte: DGT

O PMEPCB e PMDFCI estabelece um conjunto de medidas de mitigação específicas para os riscos associados aos incêndios florestais, nomeadamente:

- Manutenção dos pontos de água de combate a incêndios florestais;
- Criação de sistemas de vigilância – a vigilância e a deteção precoce dos incêndios florestais são extremamente importantes, como tal importa reforçar os pontos de vigia, manter as patrulhas móveis e se possível complementar com a instalação de sistemas automáticos de deteção de incêndios;

- Medidas de silvicultura preventiva – a aplicação de várias técnicas de silvicultura preventiva são essenciais, pois será modificada a estrutura da massa florestal de modo a dificultar a propagação do fogo. Algumas técnicas que devem ser utilizadas são:
  - Limpeza de matos e redução do material combustível;
  - Construção de aceiros;
  - Utilização do fogo controlado;
  - Poda e desbaste;
  - Compactação do combustível.
  - Criação/manutenção dos caminhos florestais – a criação de novos caminhos florestais e a manutenção dos caminhos já existentes irá facilitar o acesso dos meios terrestres no combate a incêndios e poderão ainda funcionar como corta fogos;
  - Criação de faixas de descontinuidade ao longo das redes viárias e dos aglomerados populacionais com o intuito de diminuir a carga de combustível e aumentar a descontinuidade vertical e horizontal dos povoamentos florestais, de forma a minimizar a ignição e propagação do fogo;
  - Ações de sensibilização da população – sensibilizar a população sobre a importância da floresta, o uso do fogo e apresentar medidas de prevenção aos incêndios florestais;
  - Adoção de boas práticas florestais.

## 7.2. Cheias e inundações

As cheias e inundações são fenómenos naturais extremos e temporários originados por precipitações moderadas e permanentes, ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade. Este excesso de precipitação provoca o aumento do caudal dos cursos de água, fazendo extravasar e inundar as margens e áreas vizinhas.

As alterações climáticas tornam este tipo de fenómenos mais frequentes bem como os seus efeitos mais extremos, particularmente em meio urbano consequente sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais dos aglomerados urbanos.

De acordo com o Anexo III do Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, as zonas ameaçadas pelas cheias compreendem “a área contígua à margem de um curso de água que se estende até à linha alcançada pela maior cheia que se produza no período de um século ou pela maior cheia conhecida no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior.”

As zonas ameaçadas pelas cheias do concelho foram delimitadas com base nos dados das cheias ocorridas em Janeiro de 2001, carta elaborada pelo Gabinete de Ambiente da Câmara Municipal de Barcelos, as quais coincidem das bacias hidrográficas da sua abrangência territorial, em particular no Rio Cávado. À falta de dados anteriores, foi tido como referência temporal as cheias ocorridas em 1962.

O PMEPCB estabelece as seguintes medidas estruturais e não estruturais para a prevenção e mitigação do efeito das cheias e inundações:

### Medidas Estruturais

- Construção de barragens, reservatórios e bacias de retenção;
- Regularização fluvial;
- Diques;
- Modificações da bacia de escoamento;

- Limpeza e desobstrução de sumidouros, valeta e outros canais de escoamento – a limpeza destes locais irá impedir a acumulação de águas pluviais;
- Verificação/reparação de eventuais desmoronamentos das margens de linhas de água – é essencial uma monitorização regular do curso da linha de água, de modo a detetar e reparar eventuais situações que possam levar a obstruções ou estrangulamentos;
- Aumentar as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água – em caso de cheia as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água irão favorecer a infiltração de água no solo;
- Reflorestação das áreas ardidadas – as áreas ardidadas tem menor capacidade de retenção de águas pluviais e são zonas sujeitas a arrastamento de material para as linhas de água, sendo deste modo fundamental proceder à sua reflorestação;
- Restrição na construção em zonas de risco – é essencial restringir a urbanização em zonas de risco de cheia ou inundação.

#### Medidas Não Estruturais

- Regulamentação e/ou zonamento de zonas inundáveis;
- Planos de emergência;
- Mapeamento das áreas suscetíveis a este risco - sendo que esta cartografia deverá ser um elemento preponderante no Plano Diretor Municipal;
- Implementação de sistemas de aviso e alerta;
- Criação de seguros;
- Educação ambiental;
- Planeamento do uso do solo;
- Incentivos às instalações de atividades menos vulneráveis às cheias.

### 7.3. Movimentos de massa

Apesar de incidência relativa deste tipo de risco do concelho, os movimentos de massa em vertentes correspondem a um conjunto de fenómeno cuja origem pode ter diversas causas desde: zonas declivosas, alterações na cobertura vegetal e de drenagem, a utilização urbana de espaços geotécnicos com menor qualificação, assim como o excesso de urbanização em algumas áreas, cujos efeitos acarretam graves riscos para a segurança de pessoas e bens.

De acordo com o Anexo III do Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, as áreas com risco de erosão correspondem a “áreas que, devido às suas características do solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de serem alterados tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos.”

Para a identificação cartográfica das zonas suscetíveis à ocorrência de movimentos de massa foram consideradas todas as áreas com declive superior a 30% nas áreas de composição granítica, e de 25% nas áreas xistosas, as quais foram cruzadas com os levantamentos existentes de deslizamentos de vertentes ocorridos no concelho nos últimos 10 anos.

O PMEPCB estabelece as seguintes medidas estruturais e não estruturais para a prevenção e mitigação dos efeitos dos movimentos de massas:

#### Medidas Estruturais:

- Proceder a uma monitorização contínua – um sistemático acompanhamento das zonas de risco é importante para perceber eventuais alterações nas vertentes;

- Controlar a drenagem – com o intuito de evitar que a água se acumule nas vertentes ou que atinja velocidades indesejadas, de modo a evitar a saturação de água no solo ou a erosão e assim minimizar eventuais movimentos de massa;
- Reformular a ocupação do território – proibir ou restringir a ocupação de zonas de elevada perigosidade;
- Construir muros retentores – a construção de muros de suporte com eficazes sistemas de drenagem irá reduzir a probabilidade de movimentos de massa;
- Reflorestação das vertentes – uma cobertura vegetal de crescimento rápido irá ajudar à fixação do solo e consequentemente diminuir os movimentos de massa;
- Pregagens – em algumas situações é possível efetuar pregagens para fixação das camadas ao nível rochoso estável;
- Aplicação de redes de proteção – a aplicação de redes impede a queda de pequenos fragmentos de rocha;
- Estabilização de taludes – estas intervenções para a estabilização de encostas visam regularizar a sua superfície e sempre que possível recompor artificialmente as condições topográficas;
- Evitar o aumento de carga em vertentes com grandes pendores – um aumento da carga no topo da vertente poderá acelerar o processo de movimento de massa;
- Evitar cortar as vertentes – o corte de vertentes, para abertura de estradas por exemplo, pode levar à destabilização da vertente.

#### Medidas Não Estruturais:

- Pesquisar indícios de eventuais movimentações;
- Elaboração de cartografia sobre a suscetibilidade desta área a este risco;
- Elaboração de planos de emergência;
- Implementação de sistemas de vigilância, deteção e fiscalização (monitorização contínua) nas áreas mais suscetíveis a este risco, especialmente se existir indícios de anteriores movimentações;
- Planeamento do uso do solo - impedir a construção em vertentes com pendores grandes;
- Criação de seguros.

## 8. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO

Pretende-se no presente capítulo avaliar o nível de concretização das ações e da execução das UOPG's propostas no âmbito da revisão do PDM.

### 8.1. Objetivos do Plano Diretor Municipal

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) entrou em vigor a 13 de julho de 2015, após publicação em Diário da República pelo Aviso nº 7722/2015, de 13 de julho. Durante este período verificaram-se algumas alterações publicitadas através das seguintes publicações:

- Aviso n.º 13667/2017, de 16 de novembro – Alteração ao Regulamento do PDM – Adequação ao RERAE;
- Aviso nº 13894/2018, 27 de setembro – Alteração por Adaptação do PDM ao PMDFCI e Lei n.º76/2017 de 17 de agosto;
- Aviso n.º 14173/2018, 3 de outubro – Correção Material ao Regulamento do PDM;
- Aviso n.º 14387/2019, 17 de setembro – Correção Material da Alteração por Adaptação do PDM ao PMDFCI;
- Aviso nº 14488/2019, 18 setembro – Alteração ao PDM – Adequação ao RERAE;

Na perspetiva do desejável desenvolvimento económico e social do concelho foram definidos os objetivos, as estratégias e políticas urbanas a adotar no âmbito do Plano, apresentados de seguida:

- a) Integração dos valores naturais, agrícolas e florestais numa base que assegure a sustentabilidade do território e que estructure a distribuição das funções do mesmo;
- b) Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística;
- c) Dotação de solo urbano adequado para dar resposta às necessidades habitacionais da população nas freguesias em espaço rural;
- d) Definição de critérios de gestão fundiária através da regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e introdução de mecanismos de perequação;
- e) Consolidação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso;
- f) Racionalização e rentabilização das redes de infraestruturas territoriais e de equipamentos de utilização coletiva e otimização da mobilidade;
- g) Melhoria das acessibilidades ao centro urbano;
- h) Definição de uma nova estratégia para os transportes públicos rodoviários;
- i) Adequação dos perfis da rede viária municipal, às funções desenvolvidas;
- j) Revitalização e requalificação dos núcleos de freguesia ou respetivas áreas identitárias;
- k) Adequação dos aglomerados urbanos à identidade rural do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, identificando e delimitando os espaços onde coexistem a função habitacional e as atividades agropecuárias;
- l) Agrupar as atividades poluentes e dar expressão aos polos industriais através da criação de novos espaços e expansão dos existentes;
- m) Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida;
- n) Potenciar a atividade turística como contraponto à crise estrutural das indústrias tradicionais.

## **8.2. Avaliação do Programa de Execução do Plano**

No âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, procedeu-se à elaboração do respetivo Programa de Execução onde foram definidas um conjunto de propostas e medidas de intervenção que visam a concretização da estratégia de desenvolvimento e ordenamento preconizada para o território municipal.

De forma a sistematizar e identificar cada uma das intervenções, foi elaborado um quadro síntese com a totalidade das intervenções propostas e, para cada uma delas, uma ficha de intervenção com a sua caracterização, estimativa orçamental e fontes de financiamento previstas.

As principais ações previstas e que traduzem os objetivos estratégicos encontram-se divididas em 4 grupos de intervenção:

- Equipamentos;
- Rede Viária;
- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG);

- Estrutura Ecológica Municipal (corredores verdes - espaços verdes a consolidar).

Sistematiza-se no quadro seguinte as principais as ações e medidas estabelecidas no Programa de Execução, sendo avaliado o respetivo grau de concretização.

<b>Código</b>	<b>Ações / Medidas</b>	<b>Estado Processo</b>	<b>Executado/ Não executado</b>
<b>Equipamentos de Educação</b>			
EE01	Centro Escolar da Pousa	Projeto Elaborado.	X
EE02	Centro Escolar da Várzea	Empreitada em execução	X
<b>Código</b>	<b>Ações / Medidas</b>	<b>Estado Processo</b>	<b>Executado/ Não executado</b>
EE03	Centro Escolar de Roriz	Projeto Elaborado	X
EE04	Centro Escolar de Carapeços	Projeto Elaborado.	X
EE05	Centro Escolar Vale do Neiva	Projeto Elaborado.	X
<b>Equipamentos de Saúde</b>			
ES1	Centro Hospitalar de Barcelos	PP em execução	X
<b>Equipamentos Desportivos</b>			
ED1	Complexo Desportivo de Barcelos	Em projecto	X
ED2	Pavilhão Polidesportivo de Fragoso		✓
<b>Rede Viária</b>			
RV1	Acessibilidade ao Centro Hospitalar	PP em execução	X
RV2	Tramo entre EM 556 e a EN 103	Projeto em execução.	X
RV3	Variante à EN 306	Em projecto	X
RV4	Ligação da variante à 306 ao Estádio	A executar	X
RV5	Ligação da "rotunda do andorinhas"	A executar	X
<b>Supressão de Passagens de Nível</b>			
SPN10	Km 40+865 / 50+163 - Arcozelo	Projeto de execução	X
SPN11	Km 50+945 - Arcozelo		✓
SPN12	Km 51+126 - Arcozelo	Projeto de execução	X
SPN17	Km 53+956 - Silva	Projeto de execução	X
SPN19	Km 56+692 / 57+156 - Carapeços	Projeto de execução	X
SPN22	Km 60+278 - Aborim	Projeto de execução	X
SPN23	61+432 / 62+123 - Quintiães	Projeto de execução	X
SPN25	Km 62+621 - Aguiar	Projeto de execução	X
<b>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão</b>			
UOPG 1	Centro Histórico de Barcelos		X
UOPG 2	Barcelos / Arcozelo - PU Barcelos		X
UOPG 3	Barcelos / Vila Frescaíña S.		X
UOPG 4	Barcelos / Vila Boa		X
UOPG 5	Barcelinhos (PU)		X
UOPG 6	Vila Frescaíña S. Pedro		X
UOPG 7	Vila Boa		X
UOPG 8	Rio Covo St.ª Eugénia		X
UOPG 9	Tamel S. Veríssimo		X
UOPG	Galegos St.ª Maria		X
UOPG	Manhente		X
UOPG	Carapeços		X
UOPG	Roriz		X
UOPG	Tamel S. Fins		X
UOPG	Panque		X
UOPG	Balugães		X
UOPG	Tregosa 1		X
UOPG	Tregosa 2		X
UOPG	Fragoso / Aldreu		X
UOPG	Vila Cova / Perelhal		X
UOPG	Várzea		X
UOPG	Encourados		X
UOPG	Pousa		X

UOPG	Alvelos		X
UOPG	Vila Seca / Gilmonde		X
UOPG	Milhazes		X
UOPG	Vila Seca / Cristelo		X
UOPG	Barqueiros		X
UOPG	Viatodos 1		X
UOPG	Viatodos 2		X
UOPG	Cambeses		X
UOPG	Silveiros 1		X
<b>Código</b>	<b>Ações / Medidas</b>	<b>Estado Processo</b>	<b>Executado/ Não executado</b>
UOPG	Silveiros 2		X
UOPG	Martim		X
UOPG	Barqueiros		X
<b>Estrutura Ecológica – Corredores Verdes</b>			
ECO 1	Parque Ribeirinho	Parcialmente executado	

Tal como é possível verificar, das 50 intervenções previstas, foram 2 concretizadas, apesar de estarem já projetadas 19 dessas intervenções.

Foram delimitadas 35 UOPG's na área concelhia. Encontram-se em elaboração 5 Planos no sentido da concretização dos objetivos estabelecidos para as seguintes UOPG's:

- UOPG 2 - Barcelos Zona Norte Nascente;
- UOPG 3 – PP1 Centro Hospitalar de Barcelos;
- UOPG 5 - PU de Barcelinhos;
- UOPG 10 – Plano de Urbanização de Galegos Sta. Maria;
- UOPG 36 – RERAE GUA 70, Gilmonde.

Assim, conclui-se que não houve concretização efetiva das UOPG's delimitadas. No entanto manteve-se dinâmica urbanística nessas áreas, dado ter sido possível verificar a existência de processos de licenciamento assistemático com 463 processos incidentes sobre área integrada em UOPG, incidindo esses processos sobre uma área de 29,16 ha.

### 8.3. Outras Ações e Projetos

Considera-se pertinente elencar um conjunto de ações/projetos entretanto desenvolvidos para o território concelhio que, apesar de não previstos no Programa de Execução do Plano, contribuem de forma decisiva para atingir os objetivos e a estratégia definidos pelo Plano, nomeadamente:

- Requalificação do Cávado e Lagoas de Caíde;
- Barcelos Bus;
- Delimitação de ARU's;
- Ecovia do Cávado;
- Ratificação dos Caminhos de Santiago;
- Implementação do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Barcelos, nas áreas da Mobilidade e da Regeneração Urbana;
- Melhoria das Condições operacionais e de rebatimento dos Transportes Públicos nas paragens;
- Rede de Ciclovias Urbanas de Barcelos (PEDU);
- Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (em desenvolvimento);
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (em desenvolvimento);
- Estudo de Valorização e Desenvolvimento Estratégico dos Rios Cávado e Homem, promovido pela Associação de Municípios do Vale do Cávado (AMVC) em parceria com a empresa Águas do Cávado;

- Plano de Ação de Reabilitação, Limpeza e Valorização de Rios e Ribeiras;
- Projeto "Ações de Qualificação de Produtos Turísticos e Estratégicos do Minho – Turismo Natureza / Náutico – Qualificação das experiências da Natureza do Minho – Acoradouros no Rio Cávado" (em elaboração).

## 9. ANÁLISE SWOT

Da avaliação do estado do ordenamento do território construiu-se a seguinte matriz de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças:

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diminuição da taxa de analfabetismo e do abandono escolar;</li> <li>✓ Aumento significativo da população com o ensino secundário e superior;</li> <li>✓ Aumento do número de empresas;</li> <li>✓ Evolução progressiva no volume de negócios;</li> <li>✓ Fileira da pecuária-leite com explorações com dimensão económica e dinâmica empresarial; sector cooperativo forte nos processos de recolha e comercialização leite;</li> <li>✓ Existência de algumas empresas de média dimensão com visibilidade e presença reconhecida no mercado e capacidade de organização de redes de subcontratação no território municipal e na envolvente próxima;</li> <li>✓ Dinâmica de terciarização em crescimento na cidade, confirmada pelo peso que apresenta na estrutura de serviços as atividades de comércio a retalho;</li> <li>✓ Decréscimo significativo de beneficiários de RSI;</li> <li>✓ Aumento significativo no número de edifícios e de alojamentos;</li> <li>✓ Aumento da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água;</li> <li>✓ Aumento da proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais;</li> <li>✓ Aumento da cobertura de alojamentos com serviço de gestão de resíduos urbanos;</li> <li>✓ A EEM ocupa 72,3% do território municipal, correspondendo 56,2% às condicionantes RAN e REN;</li> <li>✓ 32,1% do território concelhio é ocupado por espaço florestal, constituído por manchas florestais contínuas extensas, com boas potencialidades na produção de bens lenhosos e biomassa mas também de bens e serviços recreativos e ambientais;</li> <li>✓ Amplo território rural, com valor paisagístico, algumas áreas de interesse para a conservação da Natureza e para o lazer/ natureza;</li> <li>✓ Investimento significativo na requalificação de diversos equipamentos nomeadamente de educação, apoio social e de saúde;</li> <li>✓ Existência de um número considerável de bens imóveis classificados e em vias de classificação de relevo patrimonial no concelho;</li> <li>✓ Delimitação e aprovação de 3 ARU's;</li> <li>✓ Verificou-se a entrada de um elevado número de processos de licenciamento nos serviços, bem como de licenças emitidas;</li> <li>✓ Verificou-se um aumento considerável do número de unidades de alojamento local, que se traduziu no aumento significativo nº de quartos e camas disponíveis no concelho;</li> <li>✓ Boa integração em redes e sistemas de transportes (auto estradas e existência de ligações regulares (diárias) por comboio a Porto e a Vigo e de autocarro para todo o país;</li> <li>✓ Criação do Serviço de Transportes Urbanos, apesar de recente, em clara expansão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Diminuição da população residente;</li> <li>✗ Envelhecimento da população;</li> <li>✗ Diminuição da taxa de natalidade;</li> <li>✗ População ainda com baixo nível de escolaridade;</li> <li>✗ Aumento da taxa de desemprego;</li> <li>✗ Diminuição da população ativa e uma baixa taxa de atividade;</li> <li>✗ Setor industrial muito dependente da área têxtil e construção civil, estando portanto vulnerável a influências externas;</li> <li>✗ Inexistência de investimento nas redes públicas de água e saneamento em alta;</li> <li>✗ Incêndios florestais ocorridos no concelho;</li> <li>✗ Diminuição generalizada do número de alunos;</li> <li>✗ Fraco investimento nos bens imóveis classificados e em vias de classificação do concelho;</li> <li>✗ Manutenção da suspensão e não aproveitamento do potencial único das Termas do Eirogo, equipamento estratégico para o concelho;</li> <li>✗ Baixo nível de serviço/ qualidade do transporte ferroviário;</li> <li>✗ Baixo nível de cobertura (temporal e espacial) por transporte coletivo rodoviário interno ao concelho;</li> <li>✗ Existência de um interface de transportes rodo e ferroviário na cidade que não se encontra convenientemente aproveitado devido a um défice de articulação urbana.</li> </ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Boa integração com eixos rodoviários de grande capacidade e com centros urbanos e logísticos. Proximidade a grandes concentrações urbanas e metropolitanas, com relevo para a RUCI Quadrilátero, a Área Metropolitana do Porto e a Galiza;</li> <li>✓ Integração em sistemas multimunicipais de águas e resíduos, que facilitará a racionalização dos investimentos locais, a implementação de projetos inovadores e as economias de escala;</li> <li>✓ Espaço de valorização de margens fluviais e de terrenos envolventes susceptível de potenciar novas formas de dinâmica de animação urbana e turística, com abertura de oportunidades para a emergência de novas actividades económicas urbanas nos domínios do recreio e lazer;</li> <li>✓ Níveis de oportunidade de crescimento empresarial significativos;</li> <li>✓ Progressão das qualificações que tem vindo a observar-se no concelho nos últimos anos assegura perspectivas de atracção de novas actividades empresariais moderadamente mais intensivas em qualificações;</li> <li>✓ Criação do "Digital Games Lab" Centro de Investigação e Desenvolvimento em Jogos Digitais (sedeado no IPCA) poderá contribuir para o reforço de Barcelos ao nível do sector das indústrias culturais e criativas no plano regional;</li> <li>✓ Existência de política pública no domínio da Reabilitação Urbana e da Habitação;</li> <li>✓ Construção do novo Centro Hospitalar de Barcelos;</li> <li>✓ Mudança de paradigma na oferta de transporte coletivo e multimodalidade resultando na introdução dos transportes urbanos e serviço por estes prestados;</li> <li>✓ Identificação e salvaguarda do Património cultural;</li> <li>✓ Valorização, salvaguarda e proteção dos recursos naturais através do condicionamento da ocupação de áreas de património natural e fruição das funções recreio, lazer e turismo a eles associadas;</li> <li>✓ Reforçar a competitividade global do concelho de uma forma sustentável através da salvaguarda e valorização do património natural e da identidade rural e por outras como o comércio e serviços, lazer, recreio e turismo que interessa fixar por forma a diversificar o perfil funcional do concelho.</li> <li>✓ Reforçar da identidade rural do município, através da definição de medidas de proteção dos núcleos urbanos e das paisagens rurais;</li> <li>✓ Urgência na implementação de Políticas e Medidas no sentido da prevenção, mitigação e resiliência dos territórios face às Alterações Climáticas;</li> <li>✓ Proporção de água segura para consumo humano próxima dos 100%;</li> <li>✓ Aumento da qualidade das águas superficiais e da taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais;</li> <li>✓ Afiramar Barcelos como destino turístico integrado, qualificado e sustentável através da promoção do agroturismo, da criação de espaços qualificados de lazer e recreio, da qualificação e valorização do património;</li> <li>✓ Existência de interesse na prospeção e exploração de Recursos geológicos associados a áreas de negócio emergentes, como sendo o lítio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Inserção geo-territorial do concelho penalizadora para a fixação de instituições de base tecnológica dada a proximidade geográfica a concelhos (Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão) nos quais está localizada uma oferta relativamente estabilizada de instituições com essas características;</li> <li>✗ Perda de espaços verdes e florestais pelos incêndios florestais que são potenciais sumidouros de carbono e de fixação de solo e que promovem a infiltração de água;</li> <li>✗ Grande utilização do transporte individual (TI) e, conseqüentemente, emissões de GEE, pela ausência de medidas efetivas para a utilização de transporte coletivo rodoviário, apesar da recente criação do Serviço de Transportes Urbanos;</li> <li>✗ Aumento da insegurança de edificações face a eventos climáticos extremos pela ausência de medidas de mitigação das mesmas;</li> <li>✗ Manutenção dos níveis de ruído provenientes do transporte rodoviário;</li> <li>✗ Ausência de medidas para a promoção de métodos de produção sustentáveis e de estratégias para estimular a criação de produtos certificados e/ou de origem controlada constitui uma ameaça à competitividade do setor;</li> <li>✗ Manutenção da tendência de dispersão urbana;</li> <li>✗ Ameaças e pressão sobre o equilíbrio do território que a exploração de recursos geológicos pode acarretar;</li> <li>✗ Manutenção da suspensão e não aproveitamento do potencial único das Termas do Eirogo, equipamento estratégico para o concelho.</li> </ul>

## 10. RECOMENDAÇÕES PARA A REVISÃO DO PDM/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrendo a presente revisão da obrigatoriedade de adaptação ao novo quadro legal, e dado o curto período de vigência do PDM (4 anos), entende-se que não decorreu tempo suficiente para que a sua execução tivesse resultados mais significativos no território, pelo que se considerou que os objetivos do Plano se mantêm atuais, sendo assumidos no presente documento.

Da evolução ocorrida neste período, e tendo em conta a avaliação efetuada, ressalta a necessidade de manter e reforçar o desenvolvimento das medidas previstas no Plano, com vista a atingir a estratégia de desenvolvimento aí preconizada.

Face à análise efetuada considera-se que são conhecidas as dinâmicas do território, os fatores que lhe deram origem e a atual organização do território, identificando-se os avanços alcançados, as ações não concretizadas e a emergência de novos problemas, aspetos a ter em conta na futura revisão do PDM.

A recessão económica da qual o país tem vindo a recuperar desacelerou a economia e a capacidade de investimento ao nível central, com as respetivas repercussões ao nível da execução do Plano.

Por outro lado verificou-se um conjunto de dinâmicas no território que terão de ser incorporadas na estratégia e nos objetivos a desenvolver pelo Plano.

O novo paradigma que constituem as alterações climáticas ditam uma ação assertiva por parte das instituições, no sentido de dotar o seu território de condições de resiliência face aos fenómenos extremos esperados, identificando as áreas de maior suscetibilidade, bem como incorporando nas suas estratégias medidas de mitigação eficazes e eficientes.

Assim:

Decorrente da entrada em vigor de normas legais e regulamentares, o Plano deverá proceder a:

- Adequação do Plano às imposições legais decorrentes da publicação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio, e da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei nº 31/2014, de 30 de maio.

Dadas as incorreções e lapsos detetados no período de execução do Plano, deverá o presente procedimento:

- Proceder à sistematização e correção das imprecisões verificadas nos elementos do Plano publicado.

Tendo em conta a avaliação efetuada elencam-se de seguida um conjunto de recomendações:

- Promoção de execução sistemática de áreas estratégicas do território, urbano e rustico, garantindo a prossecução dos objetivos estabelecidos no Plano;
- Salvar o equilíbrio do território como um todo, garantindo que as funções estabelecidas para cada tipo de solo, dão resposta às necessidades para aí identificadas, não comprometendo a sua função na manutenção desse equilíbrio global;
- Garantir o equilíbrio entre solo urbano e solo rústico, a sustentabilidade dos ecossistemas e que a prestação de serviços ambientais do solo rústico é compensada pelas mais-valias resultantes do solo urbano – p.e. – criação e implementação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental;

- Implementação e/ou reforço de medidas para a promoção de métodos de produção sustentáveis e de estratégias para estimular a competitividade do setor agrícola e florestal;
- Promover a reabilitação urbana, a colmatação e preenchimento dos tecidos urbanos como forma de rentabilização das infraestruturas existentes, contendo a expansão dos perímetros urbanos, e assim garantir um uso equilibrado, racional e efetivo dos solos urbanos disponíveis;
- Potencializar o surgimento de novas centralidades resultantes de investimentos supramunicipais e/ou privados e as mais valias para o território daí decorrentes – p.e Centro Hospitalar de Barcelos, Clínica Privada do Grupo Trofa Saúde, Espaços Comerciais, Quartel de Bombeiros de Barcelinhos, etc.;
- Integração das boas práticas associadas às alterações climáticas, medidas de mitigação, correção e resiliência, através da implementação de critérios claros e objetivos para todas as intervenções com carácter de permanência no solo, quer em espaço público como em espaço privado, quer em intervenções públicas como levadas a efeito por privados;
- Promoção e incentivo na valorização de recursos únicos e diferenciadores, como vantagem competitiva do território;
- Promoção da cobertura do território pelas infraestruturas territoriais e urbanas e rede de equipamentos garantindo acesso a toda a população;
- Estabelecer medidas para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que promovam a mobilidade suave e fomentem o uso de transporte coletivo;
- Maior rigor e definição nos critérios a aplicar nas intervenções incidindo sobre valores naturais, agrícolas, florestais e culturais, aproveitando as potencialidades dos instrumentos ao dispor e/ou criados pelo Plano – p.e. Estrutura Ecológica Municipal, Bens Imóveis Inventariados, etc;
- Reavaliação dos critérios e parâmetros estabelecidos no Regulamento do Plano para as intervenções em bens imóveis inventariados, dotando-os de maior rigor e pormenor e, por consequência menor discricionariedade.

## BIBLIOGRAFIA

- APA, Agência Portuguesa do Ambiente, [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt);
- Avaliação Ambiental Estratégica do PDM (2015), Câmara Municipal de Barcelos;
- Câmara Municipal de Barcelos, [www.cm-barcelos.pt](http://www.cm-barcelos.pt), e informação disponibilizada em consulta direta aos diferentes serviços do Município;
- Carta Educativa, 2010, Câmara Municipal de Barcelos;
- Carta Desportiva, disponível em:  
<http://sig.cmbarcelos.pt/cartadesportivaasasdfdfsdgdfgretertregegsfdgsdfgdfgertewsrtgfsdfgsrte/>
- Carta Social 2018, 2019, disponível em: <http://www.cartasocial.pt/>
- Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2015 e 2010, Direção-Geral do Território, 2018;
- CCDRn – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- Declaração de Retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro publicado no Diário da República nº 222/2016, 1º Suplemento, série I, de 18 de novembro, que retifica a Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2016, de 20 de setembro, onde aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima e do Cávado, Ave e Leça;
- Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
- Decreto-Lei nº 76/2016, de 9 de novembro, publicado no Diário da República nº 215/2016, série I, de 9 de novembro de 2009, onde aprova o Plano Nacional da Água;
- Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto, publicado em Diário da República nº 188/2003, série I-A, de 16 de agosto de 2003, onde altera o Plano Rodoviário Nacional definido pelo Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho;
- Decreto Regulamentar nº 17/2007, de 28 de março, publicado no Diário da República, 1ª série, nº62, de 28 de março de 2007, que aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, DGEsTE, 2019, disponível em: <http://www.dgeste.mec.pt>
- DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia - <http://www.dgeg.gov.pt/>
- DGT – Direção Geral do Território - Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental (COS), 2019 em: [http://www.dgterritorio.pt/dados\\_abertos/cos/](http://www.dgterritorio.pt/dados_abertos/cos/)
- DRAPN Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - informação disponibilizada em consulta direta à entidade referente à RAN – Reserva Agrícola Nacional;
- DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte - informação disponibilizada em consulta direta à entidade referente aos Bens Imóveis Classificados e Em Vias de Classificação - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>;
- Estudos de Caracterização do PDM de Barcelos, 2005-2015;
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) – Resolução de Conselho de Ministros nº 24/2010, de 1 de abril;
- Estratégia Municipal Barcelos 2020, Parte I: Diagnóstico Estratégico;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt);
- Instituto Nacional de Estatística (INE), [www.ine.pt](http://www.ine.pt), e informação disponibilizada em consulta direta à entidade;

- Lei nº 31/2014, de 30 de maio, aprova a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo;
- Memoria descritiva REN (2013), Câmara Municipal de Barcelos;
- Oficina do Peregrino -<https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>;
- Plano Diretor Municipal de Barcelos - Aviso nº7722/2015 de 13 de julho, alterado pelo Aviso nº13666/2017, de 16 novembro, pelo Aviso nº13894/2018 de 27 de setembro, pelo Aviso nº14173/2018 de 3 de outubro, Aviso n.º 14387/2019, 17 de setembro e Aviso nº 14488/2019, 18 setembro, aprova o Plano Diretor Municipal;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento, PEDU, Barcelos 2020, Parte II, Plano de Mobilidade Urbana Sustentável;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Câmara Municipal de Barcelos, aprovação pelo ICNF a 25 maio 2016;
- Plano Operacional – Ação Social (2016), Câmara Municipal de Barcelos;
- Programa Execução PDM 2015-2025, Câmara Municipal de Barcelos;
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Barcelos (2019), Câmara Municipal de Barcelos;
- Programas Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana – 2016/2018, Câmara Municipal de Barcelos;
- PAMUS – Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável do Cávado – 2016;
- PORDATA, Base de Dados Portugal contemporâneo, 2019, disponível em: <http://pordata.pt>;
- Retificação nº 103-A/2007, de 2 de novembro, publicada no Diário da República nº 211/2007, 1º Suplemento, série I, de 2 de novembro de 2007, que retifica a Lei nº 58/2007, de 4 de setembro, onde é aprovado o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território;
- RNAL - Registo Nacional de Alojamento Local - Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril)
- RNET -Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos - Decreto-Lei nº15/2014, 23 de janeiro;
- RNT - Registo Nacional de Turismo, 2019, disponível em:  
<https://rnt.turismodeportugal.pt> e <https://travelbi.turismodeportugal.pt>
- Serviço Nacional de Saúde, SNS, 2019, consulta em: <http://sns.gov.pt>;
- XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, Instituto Nacional de Estatística, 2018.